

**LIGIA DIAS FEITOSA**

# **GUERRA DE SENTIDOS:**

Uma leitura dos Pronunciamentos do Presidente  
George W. Bush sobre a guerra com o Iraque

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da  
Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas,  
para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo

**CAMPINAS**  
**2008**

## Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

**F329g** Feitosa, Ligia Dias.  
Guerra de sentidos : uma leitura dos pronunciamentos do presidente George W. Bush sobre a guerra com o Iraque / Ligia Dias Feitosa. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Jonas de Araújo Romualdo.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Bush, George W. (George Walker), 1946-. 2. Análise do discurso. 3. Interdiscurso. 4. Guerra. 5. Iraque. I. Romualdo, Jonas de Araújo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: war of meanings: a reading of George W. Bush's speeches on Iraq.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Bush, George W. (George Walker), 1946-; Discourse analysis; Interdiscourse; War; Iraq.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Mestre em Lingüística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo (orientador), Prof. Df. Eric Mitchell Sabinson e Profa. Dra. Maria Viviane do Amaral Veras.

Data da defesa: 28/02/2008.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

Jonas de Araújo Romualdo

Jonas de Araújo Romualdo

Eric Mitchell Sabinson

Eric Mitchell Sabinson

Maria Viviane do Amaral Veras

Viviane Veras

Anna Christina Bentes da Silva

\_\_\_\_\_

Flávia Trocoli Xavier da Silva

\_\_\_\_\_

IEL/UNICAMP

2008

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que me deu força e perseverança para seguir em frente, apesar das dificuldades.

Aos meus pais, Maria e Antonio, que, na sua simplicidade e cada um à sua maneira, sempre apoiaram os meus projetos.

À Lídia, minha irmã e amiga, pelo incentivo nos momentos de crise.

Ao Profº Jonas, pela paciência e por não me deixar desistir, mesmo quando tudo parecia perdido.

À Profª Viviane, pela leitura cuidadosa, pelas sugestões e, principalmente, por ter reconhecido, antes de qualquer outra pessoa, meu potencial para percorrer esse caminho.

Ao Profº Eric, pelos valiosos comentários no exame de qualificação, os quais, com certeza, ajudarão na continuidade da pesquisa.

À Chun, pela amizade com a qual sempre posso contar.

Ao Fábio, grande amigo, pelas leituras, pelas conversas e pelo incentivo.

À Marta, minha analista, que tem me ajudado a fazer a análise do meu discurso.

A Maria Isabel, Michele, Greice, Edna, Érica, Tânia, Maristela e Fausto, que, em algum momento da jornada, contribuíram com uma palavra, um abraço, um ombro amigo...

*Nem sempre sou igual no que digo e escrevo.  
Mudo, mas não mudo muito.  
A cor das flores não é a mesma ao sol  
De que quando uma nuvem passa  
Ou quando entra a noite  
E as flores são da cor da sombra.*

(Fernando Pessoa, pelo heterônimo  
Alberto Caeiro)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de legitimação, pelo Governo Bush, da guerra entre Estados Unidos e Iraque, iniciada em março de 2003. Com efeito, os atentados terroristas de 11 de setembro transformaram o cenário sócio-político internacional e exigiram que os Estados Unidos assumissem uma nova postura. Assim, o presidente George W. Bush deu início a uma das maiores transformações na política externa norte-americana desde o início da Guerra Fria, liderando um movimento de combate ao terrorismo chamado Guerra ao Terror. O *corpus* é composto de quinze (15) pronunciamentos, os quais abrangem um período que começa em 29 de janeiro de 2002, quando Bush informou o estado da União, até 29 de dezembro de 2006, quando Saddam Hussein foi executado. A perspectiva teórica adotada é a da análise do discurso, tal como desenvolvida por Pêcheux (1969, 1988 e 1997), Orlandi (1990, 1996, 1999 e 2003) e Maingueneau (1997 e 2005). Finalmente, à conclusão do trabalho, verificamos que a guerra Estados Unidos *versus* Iraque é um acontecimento resultante de um intenso trabalho de formulações que se sustentam em sentidos que, a nosso ver, remetem ao discurso fundador dos Estados Unidos da América.

Palavras-chave: análise do discurso, interdiscurso, tipologia, ethos, guerra, George W. Bush, Estados Unidos, Iraque.

## ABSTRACT

This paper focuses on analyzing the process of legitimation of the war between the United States and Iraq performed by Bush Government, which started in March, 2003. Needless to say, the terrorist attacks of 11/9 transformed the international social-political scenario and demanded a new posture from the United States. For this reason, president George W. Bush has initiated one of the most significant changes in the North American external politics since the beginning of Cold War, leading a movement for fighting terrorism called War on Terror. The *corpus* consists of fifteen (15) speeches, ranging from January 29, 2002, when Bush informed the State of the Union, to December 29, 2006, when Saddam Hussein was executed. The theoretical basis adopted refers to the Discourse Analysis, as proposed by Pêcheux (1969, 1988 and 1977), Orlandi (1990, 1996, 1999 and 2003) and Maingueneau (1997 and 2005). Finally, the study concludes that the war between the United States and Iraq is the result of an intensive work of formulations, which are sustained in meanings that, in our opinion, refers to the founding discourse of the United States of America.

Key words: discourse analysis, interdiscourse, typology, ethos, war, George W. Bush, United States, Iraq.

## SUMÁRIO

|                             |                                                                  |     |
|-----------------------------|------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b>           | .....                                                            | 9   |
| <b>CAPÍTULO I:</b>          | A formação dos Estados Unidos da América .....                   | 14  |
| <b>CAPÍTULO II:</b>         | Fundamentação teórica .....                                      | 33  |
| <b>CAPÍTULO III:</b>        | Um percurso dos sentidos: a discursividade norte-americana ..... | 51  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> | .....                                                            | 89  |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b>         | .....                                                            | 93  |
| <b>ANEXO</b>                | .....                                                            | 101 |

## INTRODUÇÃO

*Every nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists.*

George W. Bush  
Capitólio, Washington, D.C., 20 de setembro de 2001

Washington, D.C., 19 de março de 2003, 22h16, horário local. O Presidente George W. Bush aparece em rede nacional, direto do Salão Oval, para anunciar aos norte-americanos e ao mundo aquilo que todos já esperavam e temiam há meses: o início da guerra com o Iraque.

Embora os dois países já tivessem um longo histórico de confrontos, este teria algo mais que faria toda a diferença. Considerando o fracasso na captura de Osama Bin Laden, esta guerra seria, efetivamente, a primeira reação militar dos Estados Unidos aos ataques terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001.

A repercussão da notícia foi imediata, principalmente porque Bush estava agindo sem o apoio de uma Resolução da ONU.

Com efeito, o interesse em empreender uma pesquisa sobre tal evento foi despertado por um certo incômodo causado pela forma como tal acontecimento<sup>1</sup> foi sendo construído meses antes.

Até onde pudemos investigar, tudo começou em 29 de janeiro de 2002, quando Bush, ao apresentar o estado da União, apontou o Irã, a Coreia do Norte e o Iraque como países pertencentes ao “eixo do Mal”.

Meses depois, em uma carta datada de 30 de julho de 2002, o presidente norte-americano comunica ao Porta-voz da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado sua decisão de estender, por mais um ano, os termos do artigo 202(d) do *National Emergency Act* [Lei de Emergências Nacionais] no que diz respeito ao Iraque, sob o argumento de que o governo iraquiano continuava mantendo atividades inimigas à estabilidade no Oriente Médio e hostis aos interesses dos Estados Unidos.

Bush precisou de menos de um ano.

A partir desse comunicado, deu-se início a um intenso trabalho de formulações que, pouco a pouco, transformaram Saddam Hussein na grande ameaça à paz mundial, a personificação de todo o Mal que precisava ser combatido e extirpado a qualquer preço.

---

<sup>1</sup> O termo *acontecimento* está sendo usado, aqui, na acepção de Pêcheux. Segundo Orlandi (1999:19), “nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história.

Aos 12 de setembro de 2002, exatamente um ano e um dia após os ataques terroristas, é divulgado o documento denominado *A decade of deception and defiance* [Uma década de logro e rebeldia], o qual apresenta um histórico das violações de Saddam Hussein às Resoluções da ONU nos últimos dez anos.

Dentre os assuntos abordados, o documento apresenta evidências de que Saddam continuava a desenvolver ou adquirir armas de destruição em massa e a cometer atos de violência contra o povo iraquiano, além de apontar o Iraque como um dos países a apoiar grupos terroristas, tais como o Al Qaeda.

Munido de tais informações, Bush vai até a ONU em busca de apoio para invadir o Iraque. Contudo, apesar do discurso acalorado em defesa da paz e da segurança mundiais, os líderes da Organização mostram-se relutantes.

Bush, porém, não desiste. Suas determinações seguintes incluem a criação do *Department of Homeland Security* [Departamento de Segurança da Nação] e a elaboração de uma série de procedimentos que darão suporte àquilo que foi chamado de *War on Terror* [Guerra ao Terror]. Dentre tais procedimentos, citamos *National Security Strategy of the United States of America* [Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América], de setembro de 2002; *National Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction* [Estratégia Nacional de Combate às Armas de Destruição em Massa], de dezembro de 2002; e *National Strategy for Combating Terrorism* [Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo], de fevereiro de 2003.

Aos 17 de março de 2003, mesmo sem o apoio da ONU, Bush dá um ultimato a Saddam Hussein e seus dois filhos, determinando que eles deixem o Iraque em 48 horas, sob pena de ação militar.

Dois dias depois, enquanto Bush fala ao mundo em rede nacional, as tropas norte-americanas e aliadas invadem o Iraque. Saddam Hussein é capturado meses depois e levado a julgamento.

Hoje, quando escrevemos este breve relato, passados quase 5 anos do início da guerra, o Iraque tem presidente escolhido por seu povo na primeira eleição realizada no país e Saddam Hussein foi julgado, condenado e executado pelos crimes cometidos.

Bush, embora a recente derrota do Partido Republicano nas eleições para a Câmara dos Deputados e para o Senado, continua sua cruzada contra o terrorismo e sua determinação em levar a democracia aos quatro cantos do mundo. As armas de destruição em massa, contudo, nunca foram encontradas, mas quase não se fala mais nisso.

De fato, ainda é cedo para tecer afirmações categóricas sobre as consequências futuras da ação norte-americana no Oriente Médio, em especial no Iraque, mas podemos refletir sobre o fato.

Assim, o objetivo do presente trabalho é investigar o processo de legitimação da guerra a partir de duas hipóteses:

- a) o discurso religioso é um pré-construído, retomado em função do político, para legitimar a ação militar no Iraque e criar um efeito de ilusão de uma guerra pela paz; e
- b) a posição de Bush revela um *ethos* democrático que se filia a sentidos que remetem ao discurso fundador dos Estados Unidos da América como nação independente.

O *corpus* é composto de quinze (15) pronunciamentos<sup>2</sup> do presidente George W. Bush, os quais abrangem um período que começa em 29 de janeiro de 2002, quando Bush informa o estado da União, até 29 de dezembro de 2006, quando Saddam Hussein foi executado.

Os pronunciamentos foram selecionados por se remeterem a momentos importantes no antes, no durante e no pós-guerra. Dentre tais momentos, destacamos o discurso feito por Bush na sede da ONU, o anúncio do início da guerra, as eleições no Iraque e o julgamento e a execução de Saddam Hussein.

A fim de refletir sobre tais questões, o trabalho está dividido em três capítulos.

O **Capítulo I** apresenta um percurso pela história dos Estados Unidos, desde a colonização inglesa até a declaração de independência e a elaboração da Constituição.

O **Capítulo II** é composto das premissas base da Escola Francesa de Análise de Discurso, que servirão de fundamentação teórica para as reflexões que serão desenvolvidas neste trabalho.

---

<sup>2</sup> O termo **pronunciamento** será utilizado para remeter aos discursos do presidente Bush, reservando o termo **discurso** para referência exclusiva à teoria da análise do discurso.

O **Capítulo III**, finalmente, é destinado às reflexões sobre os pronunciamentos do presidente George W. Bush acerca do Iraque.

Passemos, agora, ao capítulo I, no qual apresentaremos um esboço sobre a formação dos Estados Unidos da América.

## **Capítulo I**

# **A FORMAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

*é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso.*

Paul Henry (1994: 51-52)

Na perspectiva discursiva, a linguagem só é linguagem porque faz sentido e, conseqüentemente, só faz sentido porque se inscreve na história (Orlandi, 1999: 25). Michel Pêcheux (1969), por sua vez, diz que o sentido é historicamente determinado.

Diante de tais considerações, é importante salientar que a história de que trata a AD não é considerada por sua cronologia, por seus fatos ou por sua evolução, mas sim pelos efeitos de sentido que produz.

Orlandi (1990: 15 e 18), ao analisar o discurso da descoberta do Brasil, diz que “a história, para quem analisa discursos, não são os textos em si mas a discursividade” e que esta história “se faz assim com um imaginário”. Por esta razão, a AD prefere falar em historicidade, entendida como o modo de um texto<sup>3</sup> produzir sentidos.

Mais especificamente, no que diz respeito à história da formação de um país, a historicidade é o que define o discurso fundador. Segundo Orlandi (2003b: 7)

em relação à história de um país, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país. E a nossa tarefa [do analista de discurso] é então mostrar como é que eles se estabilizam como referência na construção da memória nacional.

Desse modo, abordar a discursividade norte-americana implica refletir sobre o discurso fundador dos Estados Unidos da América, de modo a identificar os elementos que sustentam o discurso imperialista que se ouve até hoje.

O pensador francês Alexis de Tocqueville, ao comentar o período em que viveu nos Estados Unidos, no século XIX, declarou:

Quando cheguei aos Estados Unidos, foi o aspecto religioso do país que desde logo me atraiu a atenção. À medida que prolongava minha permanência, percebia as grandes conseqüências políticas que decorriam desses fatos novos. Tinha visto entre nós [os franceses] o espírito de religião e o espírito de liberdade quase sempre em sentido contrário. Aqui, encontrava-os intimamente unidos um ao outro; reinavam juntos no mesmo solo. (Tocqueville, 1835/1998: 227)

---

<sup>3</sup> Na análise de discurso, o texto não é visto como uma unidade fechada, com começo, meio e fim. Pelo contrário, ele é estudado a partir de sua relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com as condições de produção (os sujeitos e a situação), com a exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer), o que caracteriza sua incompletude. (cf. Orlandi, 1996: 54)

As palavras de Tocqueville ilustram bem como os aspectos políticos e religiosos coexistem na vida dos norte-americanos e é exatamente essa relação de coexistência que pretendemos explorar daqui em diante. Para tanto, é importante considerar a influência da memória e do imaginário ingleses na construção do discurso e do sujeito americanos ao longo do processo de colonização dos Estados Unidos.

Com efeito, refletir sobre a colonização americana é um grande desafio. Karnal (1992: 9) fala de tais dificuldades e aponta, primeiramente, o fato de que não se pode falar em Estados Unidos-Colônia pois o que havia era “um grupo de treze colônias espalhadas pela costa leste da América do Norte” as quais “não tinham unidade política e geográfica”.

Além disso, um outro problema reside no fato de que a colonização inglesa na América previa vários projetos mas, “para fins didáticos, todos os livros acabam fazendo generalizações que conferem uma unidade artificial para a América anglo-saxônica” (cf. Karnal, 1992: 9).

Para problematizar esta questão, Karnal propõe discutir as expressões **colônias de exploração** e **colônias de povoamento**, trazendo para a reflexão o ponto de vista do historiador brasileiro Vianna Moog, que traçou um paralelo entre duas posturas de colonização: a **católica** e a **protestante**.

No que tange à visão católica, Karnal (1992: 12) diz que

na Idade Média a Igreja proibia o lucro e o juro, punidos como crimes. O ideal católico era a salvação da alma; o progresso econômico era visto com desconfiança. Demônio e riqueza eram constantemente associados na ética católica e medieval.

A visão protestante, por outro lado, difere da católica na medida em que

os protestantes, (...) particularmente os calvinistas, desenvolveram uma ética religiosa oposta. Deus ama o trabalho e a poupança: o dinheiro é sinal externo da graça de Deus. O ócio é pecado, o luxo também (...) Protestantismo e capitalismo estão associados profundamente. (Karnal, 1992: 13)

Embora a diferenciação apresentada acima seja bastante esclarecedora, não é suficiente para compreender a colonização inglesa nos Estados Unidos. É preciso

considerar a situação em que se encontrava a Inglaterra antes do início do processo de colonização.

No final da Idade Média, a Inglaterra já havia passado por duas guerras: a **Guerra dos Cem Anos** (1353-1453) e a **Guerra das Duas Rosas** (1455-1485), as quais contribuíram para a formação da nacionalidade inglesa e o fortalecimento do poder real, com o conseqüente enfraquecimento da nobreza.

A descoberta do chamado Novo Mundo coincidiu com o início da Era Moderna na Europa, o que possibilitou a expansão do poder e da cultura européia a todo o mundo.

Além disso, o Renascimento possibilitou ao homem uma nova visão de si, fazendo-o questionar seu lugar no mundo. Ao invés de considerar a vida na terra uma jornada em busca da salvação eterna, como fizeram os pensadores da Idade Média, o homem renascentista acreditava que o próprio homem e não Deus deveria ser objeto de estudo. Começaram, então, a estudar astronomia, anatomia e ciência política, áreas até então proibidas pelos intelectuais da Igreja.

A Era Moderna instalou uma nova ordem discursiva na Inglaterra e o fez pela via da religião. O rei Henrique VIII, quando quis se casar pela segunda vez, solicitou ao Papa permissão para se divorciar de sua atual esposa, o que lhe foi negado. Enfurecido, o rei divorciou-se da primeira esposa e casou-se com Anna Boleyn como queria e, ao mesmo tempo, confiscou todos os bens da Igreja e declarou-se chefe de uma nova religião, o Anglicanismo. Assim, na Inglaterra, a ação política foi desvinculada da teologia e da moral, diferenciando-a de outros países europeus.

Segundo Karnal (1992: 20),

ao contrário de uma Espanha que se unificava em torno do catolicismo, expulsando judeus e muçulmanos e perseguindo as vozes discordantes, a Inglaterra conheceu a relatividade religiosa. (...) Tanto na política como na religião, dois aspectos fundamentais do homem do século XVI, a Inglaterra conviveu com a desordem e a falta de unidade. No século XVII, quando se iniciou a dinastia Stuart, a Ilha estava fragmentada em inúmeras seitas protestantes, vários focos de resistência católicos e a Igreja anglicana oficial.

O rompimento com Roma e a fundação de uma nova Igreja não foram só fruto de um problema particular do rei, mas parte de um grande movimento conhecido como

Reforma, que tomou conta da Europa no século XVI. Seus líderes pretendiam reformar o Cristianismo ao abolir a estrutura hierárquica e autoritária do Catolicismo e retornar às formas mais simples dos primeiros cristãos. Insistiam na idéia de que qualquer pessoa que pudesse ler a Bíblia poderia interpretar as palavras de Deus, sem a ajuda dos sermões de bispos e papas, como sustentava a Igreja Católica.

O “ato de rebeldia” de Henrique VIII afirmou “a supremacia de sua vontade individual sobre a tradição” (Karnal, 1992: 20), criando uma nova visão de mundo para os ingleses.

Posteriormente, Elizabeth I, durante seu longo reinado, não mediu esforços para firmar o Anglicanismo como a religião da Inglaterra, considerada uma nação de eleitos com deveres espirituais e geopolíticos.

John Aylmer, no segundo ano do governo de Elizabeth, escreveu *An Harborow for faithful and true subjects*, texto em que expõe a idéia de que a Inglaterra seria a virgem mãe a acolher o segundo nascimento de Cristo:

God is English. For you fight not only in the quarrel of your country, but also and chiefly in defence of His true religion and His dear son Christ. [England says to her children:] ‘God hath brought forth in me the greatest and excellentest treasure that He hath for you comfort and all the world’s. (John Aylmer, *apud* Johnson, 1999: 20).

A dissolução do mundo medieval operou muitas mudanças na Inglaterra e, inevitavelmente, instalou o caos social.

Os choques constantes entre rei e burguesia, entre a religião oficial e as seitas, bem como choques entre grupos mais democráticos e populares contra grupos mais elitizantes, tudo isso colabora para tornar o século XVII um século conturbado na Inglaterra. (...) As perturbações sociais nestes séculos são constantes. A fome e a peste, filhas da inflação e do aumento populacional, varrem a Europa. (Karnal, 1992: 22)

Além dos problemas mencionados no fragmento acima, a Revolução Agrícola, embora tenha trazido progresso, desencadeou um crescente êxodo rural. Tal episódio

explica-se pelo fato de o processo de cercamentos ter transformado as terras comuns, até então exploradas por todos, em terras particulares.

Com isso, era o fim da vida no campo para muitos camponeses que, conseqüentemente, migraram para as cidades, aumentando o número de pobres. Daí a constatação de que o grande contingente que partiu para a América era formado pela massa pobre e por perseguidos religiosos que buscavam melhores condições de vida.

Na verdade, ninguém sabia exatamente o que a América reservava àqueles que para lá se dirigissem. O próprio rei Henrique VII, na carta em que encarregava o navegador italiano João Cabot de explorar o Novo Mundo, revelou a visão fantasiosa que se tinha da América:

*O rei concede o que ninguém sabe o que é, a América, entregando-lhe quaisquer ilhas, quaisquer nativos, quaisquer castelos que o navegante encontrasse... A América é um mundo de incertezas, terra do desconhecido, mas capaz de atrair expedições em busca de quaisquer riquezas.* (Karnal, 1992: 25; grifo nosso)

O processo de colonização inglesa na América do Norte foi impulsionado por Elizabeth I que, desobedecendo às determinações do Tratado de Tordesilhas que dividia o mundo entre Portugal e Espanha, autorizou Sir Walter Raleigh a iniciar a colonização do Novo Mundo, como demonstra a cédula de doação:

Walter Raleigh poderá apropriar-se de todo o solo destas terras, territórios e regiões por descobrir e possuir, como antes se disse, assim como todas as cidades, castelos, vilas e vilarejos e demais lugares dos mesmos, com os direitos, regalias, franquias e jurisdições, tanto marítimas como outras, nas ditas terras ou regiões ou mares adjuntos, para utilizá-los com plenos poderes, para dispor deles, em todo ou em parte, livremente ou de outro modo, de acordo com os ordenamentos das leis da Inglaterra (...) reservando sempre para nós, nossos herdeiros e sucessores, para atender qualquer serviço, tarefa ou necessidade, a quinta parte de todo o mineral, ouro ou prata que venha a se obter lá. (25/03/1585). (Karnal, 1992: 27)

Retomando a reflexão proposta no início do capítulo sobre a diferença entre as colônias de povoamento e de exploração, entendemos que o fragmento acima mostra muito

bem a complexidade que envolve as duas formas de colonização e o perigo das generalizações comumente feitas. No tocante, Karnal (1992: 27) afirma que

de muitas formas, o projeto que estava sendo montado no final do século XVI em muito se assemelhava ao ibérico. O soberano absoluto concede a um nobre um pedaço de terra assegurando seus direitos. Pouca coisa diferenciaria Sir Walter de um donatário brasileiro do período das capitanias hereditárias. Além desta semelhança, notamos a mesma preocupação metalista no documento, a fome de ouro e prata que marca o Estado Moderno.

Assim, nos anos de 1584, 1585 e 1587, Sir Walter organiza expedições à terra que batizou de Virgínia em homenagem a Elizabeth I, conhecida como a rainha virgem.

Os relatos dos primeiros colonizadores criaram para a América a imagem de terra próspera e abundante em riquezas. Em *A Map of Virginia*, por exemplo, J. Smith descreve a América como um verdadeiro paraíso onde se pode encontrar “grande variedade de frutos” e “plantas nunca vistas, sabores não experimentados” além de “pássaros e felinos de toda espécie” (cf. Karnal, 1992: 25).

Assim, a ida para a América seria a chance de uma vida livre e melhor em virtude da possibilidade de possuir um pedaço de terra e até mesmo ascender socialmente, como explica Degler (1970: 2):

in early America, and through most of the nineteenth century, too, land was available to an extent that could appear only fabulous to land-starved Europeans. (...) *The imagination of men was stretched by the availability of land in America.* (...) Thus, thanks to the bounty of America, it was possible for an Englishman of the most constricted economic horizon to *make successive jumps from servant to freeman, from freeman to freeholder, and, perhaps in a little more time, to wealthy speculator in lands farther west.* (Degler, 1970: 2; grifo nosso)

As considerações de Degler remetem à afirmação do historiador O’Gorman (*apud* Karnal, 1992: 24) de que “a América foi inventada antes de ser descoberta”, por meio da qual defende a tese de que já existia um grande imaginário em torno da América antes de sua colonização e que tal imaginário determinou todo o processo de colonização antes mesmo de seu início.

Embora o esforço de Raleigh, suas tentativas fracassaram e, até 1603, quando a Rainha Elizabeth faleceu, não houve nenhum outro registro de colonização na América do Norte.

Em 1606, porém, já sob a Dinastia Stuart, a Inglaterra retoma seu projeto de colonização do Novo Mundo, desta vez por meio de duas Companhias: Londres e Plymouth.

Conforme já adiantado, o êxodo rural e as perseguições religiosas foram fatores importantes para determinar quem deveria seguir para a América.

A própria Companhia de Londres declarou, em 1624, que seu objetivo era: “a remoção da sobrecarga de pessoas necessitadas, material ou combustível para perigosas insurreições e assim deixar ficar maior fartura para sustentar os que ficam no país”. (...) A Inglaterra faria da colonização um meio de descarregar no Novo Mundo tudo o que não fosse desejável no Velho. (Karnal, 1992: 29)

Assim, as palavras de Degler parecem apropriadas:

America would be a testing ground, but it would be difficult to predict what would happen. Some of the European ways would wither; some would strike root; still others would change and adapt to the new environment. (Degler, 1970: 1)

Diante dos problemas que a Inglaterra enfrentava, os colonos ingleses, diferente dos ibéricos, levaram consigo uma tradição cultural diversa.

Para os ingleses que chegavam à América, a *memória política e religiosa* era muito mais fragmentária do que para os ibéricos. O senso do relativo que a história inglesa ajudara a formar estabeleceria uma possibilidade de opção bem maior. (...) O Estado e a Igreja oficial, na verdade, não acompanharam os colonos ingleses. Aqui *eles teriam de construir muita coisa nova, inclusive a memória*. No entanto, *uma nova memória só foi possível graças às transformações que a própria memória inglesa havia sofrido* desde o final da Idade Média. (Karnal, 1992: 22-23; grifo nosso)

A citação acima, a nosso ver, ilustra claramente como o imaginário inglês influenciou o discurso fundador norte-americano e, ao mesmo tempo, ofereceu condições para que algo novo pudesse ser construído tanto em termos políticos quanto religiosos.

Dentre vários grupos de colonos que chegaram à América, um em especial entrou para a história. A bordo do navio *Mayflower*, o grupo que reunia 101 homens, mulheres e crianças desembarcou no Cabo Cod, hoje o Estado de Massachussets, em 9 de novembro de 1620. Dentre estas 101 pessoas havia um grupo menor, formado por religiosos, dentre os quais citamos John Robinson, William Brewster e William Bradford que, posteriormente, seriam consagrados com o título de pais peregrinos [*pilgrim fathers*].

A importância destas pessoas para os Estados Unidos é muito bem colocada por Karnal (1992: 30):

Estes “pais peregrinos” (*pilgrim fathers*) são, de certa forma, os fundadores do que, mais tarde, seriam os EUA. Não são os pais de toda a nação, são os pais da parte “WASP” (em inglês, white anglo-saxon protestant, ou seja, branco, anglo-saxão, protestante) dos EUA. A historiografia, de todas as formas, costuma consagrá-los como os modelos de colonos. O *Mayflower*, seu navio, como símbolo de todos os navios que vieram para a América.

Uma vez estabelecidos em um local onde não havia nenhuma forma organizada de governo, 41 dos peregrinos firmaram, em 21 de novembro de 1620, um acordo que ficou conhecido como *Mayflower Compact*, por meio do qual se comprometeram a obedecer às leis criadas por líderes de sua escolha.

Segundo Tindall & Shi (2000: 36), o *Mayflower Compact*

was not a formal constitution but an agreement among members of a religious group who believed that God had made a covenant (or agreement) with people to provide a way to salvation. Thus the civil government evolved naturally out of the church government, and the members of each were initially identical.

Vale destacar que as premissas estabelecidas neste documento foram, mais tarde, usadas como modelo por outros colonos ingleses para estabelecer uma forma de governo baseada no senso comum.

Sobre o assunto, Degler afirma que

if representative government can be said to have triumphed in the seventeenth century, it can also be said that the idea of democracy, defined as government by the consent of all the governed, was born in that century. (...) But the beginnings of the democratic idea are

already to be found in the Puritans' conception of the covenant. The idea of an agreement between the ruler and the ruled as the basis for government was very well understood in seventeenth century Protestant America, not only because of the contemporary theological use of it, but because the extensive and close reading of the Bible among all classes made the idea common coin. (Degler, 1970: 23)

No que tange à democracia, a luta dos *Levellers* por uma lei que protegesse o povo das arbitrariedades do governo é considerada uma das maiores manifestações das idéias democráticas do século XVII na Inglaterra. Embora os *Levellers* tenham falhado em atingir seus objetivos, temos aí o germe do pensamento democrático que, posteriormente, surtiu efeitos na formação dos Estados Unidos, ajudando a construir a tradição norte-americana de **governo democrático**.

Ainda sobre os pais peregrinos, é importante salientar que eram puritanos e acreditavam fazer parte de um grupo escolhido por Deus para compor uma sociedade de eleitos e buscavam na Bíblia os indícios desta missão (cf. Karnal, 1992: 30).

Tal crença parece, igualmente, ser herança dos ingleses, cuja idéia de proclamar-se o Povo Escolhido [*Chosen Race*] foi difundida por exploradores, navegadores e colonizadores, dentre os quais John Davys foi um dos que expressou esta ideologia ao afirmar:

There is no doubt that we of England are this saved people, by the eternal and infallible presence of the Lord predestinated to be sent into these Gentiles in the sea, to those Isles and famous Kingdoms, there to preach the peace of the Lord; for are not we only set on Mount Zion to give light to all the rest of the world? It is only we, therefore, that must be these shining messengers of the Lord, and none but we! (John Davys, *apud* Johnson, 1999: 21).

No entanto, cumprir esta missão não seria nada fácil. O início da vida na colônia foi marcada por grandes dificuldades, dentre elas um inverno rigoroso que causou a morte de muitos colonos.

The Pilgrims built and occupied their dwellings amid and winter snow, but many failed to see the arrival of spring. (...) Nearly half the colonists died of exposure and disease, but friendly relations with the neighboring Wampanoag Indians proved their salvation.

In the spring of 1621, the colonists met Squanto, who showed them how to grow maize. By autumn the Pilgrims had a bumper crop of corn, a flourishing fur trade, and a supply of lumber for shipment. To celebrate, they held a harvest feast with the Wampanoags, an annual ritual that later would be dubbed Thanksgiving. (Tindall & Shi, 2000: 36)

Desde então, em toda quarta quinta-feira do mês de novembro, os americanos celebram o Dia de Ação de Graças [*Thanksgiving Day*], ocasião em que agradecem a Deus as graças recebidas, em especial a capacidade de superar os obstáculos impostos. A exemplo do que fizeram os peregrinos em 1621, a comemoração inclui uma grande refeição em que comem peru, torta de abóbora e torta de maçã.

Ao comentar tal evento, Dugaich (2000: 33) diz que “do ponto de vista discursivo que estamos acompanhando, a celebração do Dia de Ação de Graças em 1621 fundou o rito que legitimou o discurso fundador americano a construir a nação sob a força do poder divino.”

Ainda estabelecendo um paralelo com a Bíblia, em especial com o Velho Testamento, os peregrinos pensavam formar um “novo Israel” pois

tal como os hebreus no Egito, eles foram perseguidos na Inglaterra. Tal como os hebreus, eles atravessaram o longo e tenebroso oceano, muito semelhante à travessia do deserto do Sinai. Tal como os hebreus, os puritanos receberam as indicações divinas de uma nova terra (...) são frequentes as indicações sobre o “pacto” entre Deus e os colonos puritanos. (Karnal, 1992: 30)

Winthrop, puritano considerado o primeiro grande americano, fala da América como uma espécie de Éden, de modo a justificar “a ocupação da América como parte da ordem divina de crescer e multiplicar-se pela terra” (Karnal, 1992: 25).

Uma vez que haviam se identificado com o povo escolhido por Deus para ocupar a terra prometida, os peregrinos fariam o que fosse preciso para manter e defender sua “Canaã”. Por isso, apoiados em argumentos teológicos, iniciaram a ocupação das terras indígenas, transformando milhares de índios em escravos.

Um dos relatos mais antigos dessa época foi feito por Jonas Michaëlius, que apresenta um retrato bastante negativo dos índios americanos:

Quanto aos nativos deste país, encontro-os totalmente selvagens e primitivos, alheios a toda decência; mais ainda, incivilizados e estúpidos, como estacas de jardim, espertos em todas as perversidades e ímpios, homens endemoniados que não servem a ninguém senão o diabo (...) É difícil dizer como se pode guiar a esta gente o verdadeiro conhecimento de Deus e de seu mediador Jesus Cristo. (Jonas Machaëlius, *apud* Karnal, 1992: 43)

Vemos, pelo fragmento acima, que a visão de Michaëlius é tipicamente européia, ou seja, divide o mundo entre civilizados e não-civilizados. Os índios, claramente classificados como não-civilizados, são como “estacas de jardim” além de “homens endemoniados que não servem a ninguém senão o diabo”.

Temos aí que, diferente da ibérica, a colonização inglesa não se preocupou com a catequização do índio, excluindo-o totalmente de seu universo. Além disso, já há uma tendência de justificar os atos a partir de princípios religiosos e de associar a figura do “inimigo” ao eixo do Mal.

Diante de tal constatação, concordamos com Dugaich (2000: 26) quando ela afirma que

os sentidos instaurados pelo discurso fundador americano que definiu a terra como conquistada estabeleceram a direção de sentidos do discurso americano que tem o inimigo sempre como aquele que poderá lhe tomar o bem maior – a nação – que, por sua vez, concretiza o símbolo de poder para o sujeito americano.

No que tange ao discurso fundador e à sua relação com a historicidade, a questão da ruptura é importante, pois o que caracteriza um discurso como fundador de uma nova discursividade é exatamente a “ruptura que cria uma filiação de memória, uma tradição de sentidos e estabelece um novo sítio de significância” e o fato de que “ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra” (Orlandi, 2003b: 13 e 23-24).

Desse modo, é importante perceber que, ao se apoiarem no discurso religioso, os peregrinos rompem com o absolutismo da coroa inglesa e fundam uma nova ordem discursiva. No tocante, Dugaich (2001: 33-34) afirma que

se observadas as justificativas teológicas das quais os peregrinos se serviram para explicar porque se entendiam no direito de posse da terra, poder-se-ia pensar que o discurso fundador americano

rompera com a *modernidade política inglesa*, segundo a qual as ações não dependiam de justificativas teológicas e morais. (...) os argumentos fundamentados no discurso religioso não deixaram ouvir o discurso absolutista constitutivo da memória política inglesa.

A instalação da nova ordem discursiva na América significou o sujeito americano como dono de seu destino e capaz de fazer sua própria história, a qual seria perpassada e entremeada por aspectos religiosos, inclusive no que diz respeito à política.

No tocante, Alexis de Tocqueville afirma:

A maior parte da América inglesa foi povoada por homens que, depois de se terem subtraído à autoridade do Papa, não se haviam sujeitado a nenhuma supremacia religiosa; por isso, conduziam para o Novo Mundo um cristianismo que eu não poderia retratar melhor se o não chamasse *democrático e republicano*; isso favoreceu singularmente o estabelecimento da república e da democracia nos assuntos públicos. *Desde o princípio, a política e a religião acharam-se de acordo, e desde então nunca deixaram de estar.* (Tocqueville, 1835/1998: 222; grifo nosso)

Ao desenvolver sua reflexão, Tocqueville não parece estudar a democracia norte-americana para estabelecer um modelo, mas sim para refletir sobre o funcionamento, as vantagens e os perigos da democracia enquanto sistema político. Para ele, a democracia, acompanhada da igualdade e da liberdade, dependem, entre outras coisas, dos costumes e das leis, da mentalidade e dos paradigmas morais de um povo.

Mais adiante, comenta a influência indireta que a religião exerce sobre a política, afirmando que

a sua ação [da religião] indireta parece-me ainda mais poderosa, e é quando não está falando da liberdade que melhor ensina aos americanos a arte de ser livre. (...) Não sei se todos os americanos têm fé na sua religião, pois quem pode ler no fundo dos corações? Mas tenho certeza de que *a julgam necessária à conservação das instituições republicanas. Essa opinião não pertence a uma classe de cidadãos ou a um partido político, mas à nação inteira*; encontramos-la repetida em todas as camadas. (Tocqueville, 1835/1998: 224-225; grifo nosso)

Retornando ao período colonial dos Estados Unidos, é importante salientar que, em 1733, os ingleses já haviam estabelecido 13 colônias na costa do Atlântico, as quais, na época da independência, contavam com uma população de 2,5 milhões de habitantes.

Em virtude das diferenças religiosas e geográficas, as colônias foram divididas em três grupos. O **primeiro grupo**, denominado *New England* e centralizado em Massachussets, era composto pelos primeiros peregrinos que chegaram à América. Por acreditarem numa Igreja forte, propuseram a construção de uma Igreja-Estado, cuja autoridade culminaria na perseguição de todos aqueles que representassem uma “ameaça” por desobedecerem às normas. O movimento que ficou conhecido como “caça às bruxas”, no qual os processos de Salem são um dos mais conhecidos, originou-se deste tipo de organização social. Economicamente, as colônias do norte dedicaram-se ao mercado interno, uma vez que o clima da região não era favorável ao desenvolvimento de produtos voltados ao mercado europeu.

O **segundo grupo**, localizado ao sul do primeiro e centralizado na Pensilvânia e em Nova York, ficou conhecido como *Middle Colonies*. A principal característica deste grupo era a tolerância às diferenças religiosas, razão pela qual os *quakers* se instalaram nesta região. Uma figura importante foi William Penn que, por pertencer aos *quakers*, fundou, em 1681, uma grande colônia para recebê-los: a Pensilvânia. Segundo Karnal (1992: 37), tanto as idéias de Penn quanto as dos *quakers* revelam princípios anarquistas, uma vez que o lema da colônia era nem cruz, nem coroa [*no cross, no crown*]. Com um predomínio das pequenas propriedades, a vida econômica das colônias centrais caracteriza-se pela agricultura e atividades manufatureiras.

Por fim, o **terceiro grupo** foi denominado *The southern colonies of Virginia* e era composto pelas duas Carolinas e a Georgia, esta a última colônia estabelecida antes da independência. Os colonos do sul eram mais conservadores e formais em suas crenças religiosas e, na região, predominava o Anglicanismo. Economicamente, as colônias sulinas diferenciaram-se das outras pela possibilidade de atender ao mercado externo.

Não obstante a grande diversidade religiosa e as variadas formas de desenvolvimento econômico, uma coisa parece ser comum às colônias: a preocupação com a educação religiosa. Karnal (1992: 33) diz que “do ensino primário até o superior, o

conhecimento da Bíblia parece ter orientado todo o projeto educacional das colônias inglesas”. Por esta razão, esta época testemunhou a fundação de algumas das principais e mais importantes universidades dos Estados Unidos, como Harvard (em Massachussets, 1636), Yale (em Connecticut, 1701), Princeton (em Nova Jersey, 1746), Universidade da Pensilvânia (na Pensilvania, 1754) e Columbia (em Nova York, 1754).

Entretanto, como mostra a divisão apresentada anteriormente, as colônias não eram uniformes nem unidas, situação que será decisiva para compreender o processo de independência.

É importante lembrar que não havia, de forma alguma, uma nação unificada que se uniu contra a Inglaterra. Na verdade, as treze colônias não se uniram por um sentimento nacional, mas por um sentimento antibritânico. (Karnal, 1992: 63)

No século XVIII, a Inglaterra firmou-se como uma monarquia parlamentar e, após uma sucessão de guerras européias, começou a exercer um controle maior, política e economicamente, sobre as colônias, alterando a relação entre ambas.

As guerras em que a Inglaterra se viu envolvida implicaram muitos gastos e, para ajudar no pagamento, a Coroa aumentou a carga de impostos da colônia. Na segunda metade do século XVIII, a imposição de uma série de leis<sup>4</sup> restringiu a autonomia das colônias e agravou ainda mais a situação.

Indignação e revolta tomavam conta das colônias, mas não havia um sentimento uno. As colônias do sul, em especial, resistiam à separação. No entanto, aos 10 de janeiro de 1776, Thomas Paine publica o artigo que mudaria tudo isso. Intitulado *Senso Comum* [*Common Sense*], o texto de Paine “sistematizou um sentimento que era crescente entre os colonos, um senso comum e ‘bom’; deu forma à revolta e corpo às idéias esparsas e aos protestos contra a Inglaterra” (Karnal, 1992: 64). Diz Paine:

A Europa está separada em muitos reinos para que possa viver muito tempo em paz, e onde quer que estoure uma guerra entre a Inglaterra e qualquer potência estrangeira, o comércio da colônia sofre ruínas, por causa de sua conexão com a Grã-Bretanha... Tudo

---

<sup>4</sup> Estas leis ficaram conhecidas como “leis intoleráveis”, dentre as quais citamos a Lei do Açúcar, a Lei da Moeda e a Lei da Hospedagem, aprovadas em 1764; a Lei do Selo, aprovada em 1765; e os Atos de Towshend, aprovados em 1767. (cf. Karnal, 1992: 58-60)

o que é justo ou razoável advoga em favor da separação. O sangue dos que caíram e a voz chorosa da natureza reclamam: Já é hora de separar-nos! Inclusive *a distância que o Todo-Poderoso colocou entre a Inglaterra e as colônias constitui uma prova firme e natural de que a autoridade daquela sobre estas nunca entrou nos desígnios do Céu...* (Paine, *apud* Karnal, 1992: 64; grifo nosso)

Paine, confirmando o rompimento ideológico com a modernidade política inglesa, busca na Bíblia uma justificativa teológica para o rompimento com a Inglaterra. Além disso, apoiado no pensamento iluminista de Locke, propôs uma forma de governo que garantisse os direitos naturais do homem.

Dessa forma, aos 02 de julho de 1776, os representantes das 13 colônias decidem pela separação e, aos 04 de julho do mesmo ano, é finalizada a redação da Declaração de Independência, fundamentada nos direitos inalienáveis que o Criador confere ao homem: vida, liberdade e felicidade.

Consideramos as seguintes verdades como evidentes por si mesmas, a saber, que *todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais figuram a vida, a liberdade e a busca da felicidade*. Para assegurar esses direitos, entre os homens se instituem governos, que derivam seus justos poderes do consentimento dos governados. Sempre que uma forma de governo se dispõe a destruir essas finalidades, cabe ao povo o direito de alterá-lo ou aboli-lo, e instituir novo governo, assentando seu fundamento sobre tais princípios e organizando os poderes pela forma que a ele pareça ter maior probabilidade de alcançar-lhe a segurança e a felicidade. (Syrett, 1980: 65; grifo nosso)

Considerado o documento que marca o nascimento da nação, a Declaração de Independência é escrita com base em argumentos religiosos, uma vez que busca garantir aos homens os direitos conferidos por Deus. Assim, se na Inglaterra a teologia e a moral não deveriam justificar uma ação política, verificamos que o discurso da Declaração de Independência rompe, mais uma vez, com esta postura, construindo uma memória local para a nova nação e para o sujeito americano.

Numa outra passagem da Declaração de Independência, os representantes das colônias justificam sua indignação em relação à Coroa inglesa:

Mas quando uma longa série de *abusos e usurpações*, perseguindo invariavelmente o mesmo objetivo, indica o propósito de submetê-lo a um *despotismo absoluto*, é seu direito, é seu dever, derrubar esse governo e providenciar novos guardas para sua futura segurança. Esse tem sido o paciente *sofrimento destas colônias*; e esta é agora a necessidade que as obriga a *alterar seus sistemas anteriores de governo*. A história real da Grã-Bretanha é uma *história de danos e usurpações repetidos*, todos os quais têm tido por objetivo direto o estabelecimento de uma *tiranía absoluta sobre estes Estados*. (Syrett, 1980: 65-66; grifo nosso)

A forma como Thomas Jefferson se refere à tirania do rei da Inglaterra parece muito semelhante ao modo como Bush descreve Saddam Hussein e seu governo, o que será discutido em detalhes no Capítulo III.

Dando continuidade, embora Karnal afirme que a independência americana foi resultado mais de um sentimento antibritânico do que nacionalista, parece que o movimento pela independência só foi possível em função da união dos colonos em prol de um objetivo comum. Dessa forma, refletindo sobre o nome que foi dado ao país – **Estados Unidos da América** – verificamos que a união está presente de modo a concretizar a história de fundação da nação norte-americana.

No tocante, Dugaich (2001: 47) afirma:

consideramos que os sentidos instaurados por união tenham força de persuasão significativa para o povo americano, na medida em que o sujeito americano não convive com a possibilidade de se pensar dividido. O nome dado ao país, portanto, significa todo o seu percurso de ruptura com a Inglaterra na conquista, na colonização, na independência, bem como na conquista da hegemonia da qual os Estados Unidos desfrutam nos dias de hoje.

Segundo Degler, o movimento norte-americano pela independência foi o primeiro bem-sucedido da história e, por isso, serviu de exemplo para outras colônias.

Despite its precedent-setting character, however, the American revolt is noteworthy because it made no serious interruption in the smooth flow of American development. Both in intention and in fact the American Revolution conserved the past rather than repudiated it. And in preserving the colonial experience, the men of the first quarter century of the Republic's history set the scenery

and wrote the script for the drama in American politics for years to come. (Degler, 1970: 73)

Uma vez conquistada a independência, era preciso estabelecer regras que garantissem a instauração de um governo estável. Assim, começou-se a pensar em uma Constituição.

Inicialmente, em 1787, representantes dos Estados reuniram-se na Pensilvânia com o objetivo de revisar os *Articles of Confederation* [Artigos da Confederação] que haviam sido elaborados para estabelecer uma aliança entre os Estados. Entretanto, a maioria dos representantes chegou à conclusão de que seria melhor elaborar um novo plano de governo, algo que refletisse não só a união dos Estados, mas também garantisse os direitos individuais.

Assim, uma Convenção reuniu, na Pensilvânia, 55 representantes de diferentes Estados, dos quais 39 assinaram o texto final da Constituição, que entrou em vigor aos 21 de junho de 1788. Posteriormente, aos 15 de dezembro de 1791, o Congresso aprovou as dez primeiras emendas ao texto constitucional, as quais foram chamadas *Bill of Rights* [Declaração de Direitos e Garantias].

Segundo o ensaio que introduz o texto da Constituição, disponível no *site* do Departamento de Estado americano,

the Constitution was designed to *serve the interests of the people* – rich and poor, Northerners and Southerners, farmers, workers, and business people. (...) Delegates to the Constitutional Convention believed strongly in the rule of the majority, but they wanted to *protect minorities against any unjustness by the majority*. (...) Other basic constitutional aims included respect for the rights of individuals and states, rule by the people, separation of church and state, and supremacy of the national government. (grifo nosso)

Pelo percurso feito até aqui, constatamos que a necessidade dos Estados Unidos de manter uma posição de liderança em relação às demais nações mundiais remonta aos eventos que contribuíram para sua formação como nação e, conseqüentemente, aos sentidos instaurados pelo discurso fundador, os quais permitem que o sujeito americano se inscreva

numa formação discursiva que defende a vida, a liberdade e a felicidade, não só para si, mas para todo o mundo.

Vale ressaltar que, em 1945, com o fim da II Guerra Mundial os Estados Unidos emergiram como grande líder mundial, ao lado da ex-União Soviética, tornando-se o primeiro país no mundo a deter armas nucleares. Embora relacionado ao tema aqui desenvolvido, esse aspecto da história norte-americana será objeto de pesquisas futuras.

Vejam, a seguir, os pressupostos da escola francesa de análise do discurso, a qual servirá de fundamentação para nossas reflexões.

## Capítulo II

# FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*Para alguns, o já-dito é fechamento de mundo. Porque estabelece, delimita, imobiliza. No entanto, também se pode pensar que aquilo que se diz, uma vez dito, vira coisa no mundo: ganha espessura, faz história. E a história traz em si a ambigüidade do que muda e do que permanece.*

Eni P. Orlandi (2003a: 9)

## 1.- Análise de Discurso: disciplina de entremeio

Uma disciplina de entremeio difere das demais pelo fato de não acumular conhecimentos simplesmente, mas sim por questionar seus pressupostos, efetuar deslocamentos e transformar noções, possibilitando uma mobilidade nos limites das ciências e alterando as relações entre elas (Orlandi, 1996: 23).

A AD surgiu como uma disciplina de conhecimento com uma especificidade própria, formada num campo em que a lingüística e as ciências sociais são tomadas ao revés. Não se trata, portanto, de uma outra tendência, paralela à sociologia, à teoria da enunciação, entre outras, mas sim de um conhecimento que se produz em um campo de contradições. Daí ser considerada uma disciplina de entremeio.

a AD é uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, que vai colocar questões da lingüística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam. (Orlandi, 1996: 25)

A AD propõe um deslocamento teórico que não mais questione **o que** o texto significa, mas **como** significa, reintegrando o sujeito à língua e mostrando a existência de uma relação entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva.

Assim, à AD interessa observar a língua funcionando e produzindo sentidos por e para sujeitos, colocando em xeque a noção de **interpretação** em função da noção de **compreensão**.

Quando se interpreta já se está preso em um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem. (Orlandi, 1999: 26)

Compreender como um discurso produz sentidos implica observar a relação deste com o sujeito e a ideologia.

## 2.- Língua, discurso e ideologia

Todo trabalho que toma a linguagem como objeto de estudo deve, antes de tudo, expor a concepção de linguagem segundo a qual os dados serão analisados.

A fim de estabelecer a Lingüística como ciência autônoma, Saussure definiu a língua como seu objeto, deixando a fala em segundo plano. Fazendo isso, separou o social do individual e criou um sistema fechado em si mesmo, isolado do exterior, deixando um vasto terreno a ser explorado, como explica Pêcheux (1969: 62):

a inclinação pela qual a lingüística constituiu sua cientificidade, deixou a descoberto o terreno que ela estava abandonando, e a questão que a lingüística teve que deixar de responder continua a se colocar, motivada por interesses a um só tempo teóricos e práticos.

Pêcheux, então, aponta o **sentido** como aquilo que a Lingüística teve que abandonar para se constituir como ciência e que, embora banido, insiste em retornar e pressionar os limites de seu domínio.

A AD surgiu da necessidade de restituir o sentido aos estudos da linguagem, numa clara ruptura com a concepção idealista de linguagem e com a análise de conteúdo até então dominantes na prática escolar de análise de textos na França da década de 1960.

O deslocamento teórico efetuado por Pêcheux passou da dicotomia saussuriana língua-fala para a dicotomia pecheutiana língua-discurso, cuja proposta é considerar a língua em seu funcionamento discursivo, isto é, observar uma palavra em *relação a* outras palavras ou um sentido em *relação a* outros sentidos.

À AD interessa construir um método de análise que possibilite ao analista a compreensão dos acontecimentos lingüísticos não mais a partir da evidência dos sentidos, mas considerando a linguagem em sua opacidade e incompletude e considerando a possibilidade do equívoco pois, além de ser impossível tudo dizer, os sentidos não são transparentes e podem derivar de um para outro.

Considerar a linguagem em sua transparência ou em sua opacidade determina o modo de acesso ao objeto e, por conseqüência, o tipo de análise. No primeiro caso, há o predomínio da evidência dos sentidos, da homogeneidade lógica; é o universo do

**logicamente estabilizado**, próprio das instituições administrativas (Política, Economia, Justiça, etc.).

Esses espaços – através dos quais se encontram estabelecidos (...) detentores de saber, especialistas e responsáveis de diversas ordens – repousam, em seu funcionamento interno, sobre uma proibição de interpretação, implicando o uso regulado de proposições lógicas (Verdadeiro ou Falso) com interrogações disjuntivas (“o estado de coisas” é A ou não-A?) e, correlativamente, a recusa de certas maneiras de distância discursiva. (Pêcheux, 1997: 30-31)

O segundo caso, por outro lado, caracteriza-se pela multiplicidade de sentidos e pelo equívoco; é o universo do **não-estabilizado logicamente**. Neste universo, mesmo que os enunciados remetam a um mesmo fato, **não** constroem as mesmas significações, gerando um **confronto discursivo**.

Este confronto é resultado da tensão existente entre os **processos parafrásticos** e os **processos polissêmicos**, os quais determinam todo o funcionamento da linguagem.

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. (...) A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (Orlandi, 1999: 36)

Ao situar a paráfrase nos estudos da linguagem, Orlandi (2003a: 119) diz que, “do ponto de vista da Análise do Discurso, a mera repetição já significa diferentemente, pois introduz uma modificação no processo discursivo (...) são dois *acontecimentos* diferentes”. Ela chama a atenção, ainda, para a necessidade de “procurar a diferença de sentido instaurada pela diversidade dessas construções”, diferença esta que não se constitui “simples diferença de *informação* mas sim de *efeitos de sentido*”.

Orlandi, aliás, em seu livro *Terra à vista!* (1990), ao refletir sobre o discurso da colonização no Brasil, aborda muito bem essa tensão entre o mesmo e o diferente, mostrando que os sentidos de “colonização” assumem diferentes formas cada vez que retomamos tais sentidos para significarmos-nos em relação a este momento histórico.

É nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos se

movimentam, fazem seus percursos, (se) significam. (Orlandi, 1999: 36)

Desse modo, a transparência da linguagem só é possível se considerarmos que os sentidos estão fechados em um sistema e que, conseqüentemente, derivam de um espaço logicamente estabilizado, o que é inaceitável na AD. Nesse sentido, Pêcheux (1997: 53) afirma que

toda descrição (...) está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro.

Com esta afirmação, Pêcheux reafirma a idéia de que todo processo discursivo é marcado por relações contraditórias que, por sua vez, se inscrevem em relações ideológicas de classes. Tal observação remete a dois conceitos de extrema importância na AD – **formação discursiva e formação ideológica** - os quais estão interligados.

Numa determinada formação social, as relações políticas e ideológicas caracterizam-se por manter entre si laços de aliança, de antagonismo ou de dominação.

não são os “objetos” ideológicos regionais tomados um a um, mas sim o próprio desmembramento em regiões (Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber, etc.) e as relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões que constituem a cena da *luta ideológica de classes*. (Pêcheux, 1988: 146)

Assim, Pêcheux (1975: 166) define **formação ideológica** como um “conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras” e, na seqüência, afirma que as formações ideológicas “comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura”.

Podemos concluir, a partir desta definição, que a **formação discursiva** equivale a enunciados caracterizados pelas mesmas regularidades, os quais remetem a uma mesma **formação ideológica**. Por outro lado, uma mesma **formação ideológica** pode abranger

várias **formações discursivas** interligadas. A variação de sentidos acontece quando um mesmo texto aparece em formações discursivas distintas.

Ainda no que diz respeito às formações discursivas, Pêcheux (1988: 162) diz que:

o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso (...) objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” sempre “antes, em outro lugar e independentemente”.

O **interdiscurso** é a relação de um discurso com outros discursos, constitui os outros dizeres, o já-dito. Apóia-se na noção de **pré-construído** que, por sua vez, se refere ao *toujours-déjà-là* ou o “sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (cf. Pêcheux, 1988: 164). Graças ao interdiscurso, o sujeito pode sustentar o seu dizer por meio das filiações de sentido presentes no já-dito.

Pêcheux (1997), ao refletir sobre a vitória de François Mitterrand nas eleições presidenciais francesas, em maio de 1981, exemplifica como um evento histórico pode receber diferentes interpretações. O autor diz que a expressão *On a gagné* [Ganhamos] só ganha sentido para explicar quem ganhou o quê a partir do momento em que é interpretada dentro de uma determinada formação discursiva (no caso, a do partido e dos eleitores que apoiavam o candidato). Além disso, mostra como a mesma expressão pode receber outros sentidos se interpretada dentro de outras formações discursivas, como no final de um jogo de futebol em que um dos times saiu vencedor.

Tal fato vem comprovar as palavras de Orlandi (1996: 9), segundo a qual “a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação de linguagem. Não há sentido sem interpretação.”

O trabalho interpretativo de Pêcheux é importante também porque aborda o *acontecimento* como um o ponto de encontro de atualidade e uma **memória**, de modo que o gesto de interpretação faz trabalhar o acontecimento em seu contexto de atualidade, mas também no espaço no espaço de memória que ele convoca e reorganiza (cf. Pêcheux, 1997: 17 e 19).

Sabemos que a obra de Pêcheux é marcada por impasses teóricos e práticos, os quais exigiram dele constantes retornos e revisões de seus escritos. O anexo III de *Semântica e Discurso*, escrito anos depois, “durante o inverno político francês de 1978-79”, é o texto no qual Pêcheux inicia a retificação de alguns aspectos desenvolvidos ao longo de sua obra.

Leite (1994: 69), ao tomar a teoria psicanalítica como parâmetro para refletir sobre a relação entre Psicanálise e a Análise do Discurso, afirma ser possível “demonstrar como, desde o referencial da teoria psicanalítica, se viabiliza compartilhar estrutura e acontecimento (enquanto ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória), uma vez que a estrutura nesse campo se dá como cerceamento da hiância radical do Real, incluindo-o”. Vemos, assim, que alguns acontecimentos não podem ser simbolizados totalmente e, por isso, estão constantemente reclamando sentidos. É o caso, por exemplo, do Holocausto, da discriminação racial e da luta de classes, para citar apenas alguns.<sup>5</sup>

### **3.- Sujeito, discurso e ideologia**

A noção de sujeito presente no quadro epistemológico da AD teve sua origem em Althusser. Segundo Pêcheux (1988: 133), em *Aparelhos ideológicos do Estado*, Althusser “apresentou os fundamentos reais de uma teoria das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção: a relação entre *inconsciente* (no sentido freudiano) e *ideologia* (no sentido marxista)”.

Assim, é possível afirmar que a teoria do discurso apresenta uma noção de sujeito, herdada da Psicanálise, que vê o homem como um ser afetado pela sua história, a qual condiciona os processos de produção de sentido e que direcionam a relação da língua com os sujeitos que a falam e a situação em que se inserem os dizeres.

Dessa forma, para o desenvolvimento de uma teoria não-subjetiva da subjetividade, Pêcheux parte da tese de Althusser (2003: 104), segundo a qual

---

<sup>5</sup> Embora relacionado ao tema aqui desenvolvido, bastante interessante e instigante, esse aspecto da história norte-americana será objeto de pesquisas futuras.

o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão, para que ele ‘realize por si mesmo’ os gestos e atos de sua submissão. Os sujeitos se constituem pela sua sujeição. Por isso é que ‘caminham por si mesmos’.

Observando o fragmento acima, observamos que Althusser utilizou as palavras **sujeito** (com “s” minúsculo) e **Sujeito** (com “S” maiúsculo). Essa mesma problemática foi retomada por Althusser, posteriormente, em um outro artigo, no qual apresenta a seguinte afirmação:

os homens (no plural) concretos são necessariamente sujeitos (no plural) *na* história, pois atuam *na* história enquanto sujeitos (no plural). Mas não há Sujeito (no singular) *da* história. Iria até mais longe: “os homens” não são “os sujeitos” *da* história. (Althusser, [1978?]: 67)

Ao afirmar que “não há Sujeito da história” e que “os homens não são sujeitos da história”, Althusser coloca em xeque a questão do centramento do sujeito, a qual é fundamental na perspectiva conteudística. Esse posicionamento de Althusser fica ainda mais claro quando ele afirma que

Não se pode compreender (*begreifen*: conceber), ou seja, *pensar* na história real (processo de reprodução e de revolução de formações sociais) como capaz de ser reduzida a *uma* Origem, *uma* Essência ou *uma* Causa (ainda que fosse o Homem), que seria o seu Sujeito – o Sujeito, esse “ser” ou “essência” posto como *identificável*, ou seja, como existente sob a forma da *unidade* de uma *interioridade*, e (teórica e praticamente) *responsável* (a identidade, a interioridade e a responsabilidade são constitutivas, entre outras determinações, de todo sujeito), capaz portanto de *prestar contas* do conjunto dos “fenômenos” da história. (Althusser, [1978?]: 69)

Por outro lado, Althusser afirma também que “os homens são sujeitos na história”, estabelecendo uma relação com o materialismo histórico, com a luta de classes. Isso fica claro no fragmento que segue:

Que os indivíduos humanos, ou seja, sociais, são *ativos* na história – como agentes das diferentes práticas sociais do processo histórico de produção e de reprodução – é um fato. Mas, considerados como *agentes*, os indivíduos não são sujeitos “livres”

e “constituintes” no sentido filosófico desses termos. Eles atuam em e sob as determinações das *formas de existência* histórica das relações sociais de produção e de reprodução. (Althusser, [1978?]: 67)

Além disso, o fragmento acima esclarece o que o sujeito **não** é: livre e constituinte. Na verdade, para Althusser (2003: 103-104), o termo *sujeito* está revestido de uma ambigüidade que, por um lado, implica “uma subjetividade livre: um centro de iniciativas, autor e responsável por seus atos” e, por outro lado, refere-se a “um ser subjugado, submetido a uma autoridade superior, desprovido de liberdade, a não ser a de livremente aceitar a sua submissão”.

Essa ambigüidade presente na definição do termo *sujeito* remete à contradição, ao conflito e à tensão, elementos característicos da AD desde seu nascimento.

Em seguida, ainda no mesmo artigo, Althusser explica como acontece a interpelação dos indivíduos em sujeitos, apresentando um dos conceitos mais importantes para a AD, a **forma-sujeito**:

Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A “forma-sujeito”, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais (...) Os indivíduos-agentes, portanto, agem sempre na forma de sujeitos, enquanto sujeitos (...) Os agentes-sujeitos só são ativos *na* história sob a determinação das relações de produção e de reprodução, e em suas formas. (Althusser, [1978?]: 67)

Pêcheux, então, apóia-se em tal conceito e chama forma-sujeito o sujeito afetado pela ideologia ou, em outras palavras, o sujeito que se identificou com a formação discursiva que o domina. Nesse sentido, Pêcheux (1988: 160) afirma que

as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* (...) nas quais essas posições se inscrevem.

Assim, podemos dizer que a busca de cientificidade de Pêcheux inclui o descentramento do sujeito e a interpelação ideológica, em que os esquecimentos nºs 1 e 2 têm um papel fundamental.

Como vimos anteriormente, o conceito de ideologia proposto por Althusser e as teorias do inconsciente desenvolvidas por Freud e Lacan permitiram que Pêcheux concebesse uma noção de sujeito inconsciente e interpelado pela ideologia.

De fato, o sujeito do discurso é afetado pelo inconsciente e por uma ideologia que já estava sendo processada muito tempo antes de seu nascimento. Contudo, para formular seu discurso, o sujeito precisa da ilusão de ser a origem, a fonte do que diz. Nesse sentido, Orlandi (1999: 35-36) afirma que:

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. (...) Essa é uma determinação para que haja sentidos. (...) As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos.

Pêcheux chama de **esquecimento**<sup>6</sup> o mecanismo estruturante do pensamento, responsável por criar esse efeito de ilusão no sujeito. Segundo Pêcheux são dois os esquecimentos.

O **esquecimento nº 1**, também chamado de ideológico, é aquele por meio do qual criamos a ilusão de ser a origem de nossos dizeres quando, na verdade, estamos somente repetindo ou retomando dizeres anteriores. Sobre esse esquecimento Pêcheux (1988: 173) diz:

apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o *esquecimento nº 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no interior da formação discursiva que o domina.

Já o **esquecimento nº 2**, que é da ordem da enunciação, cria no sujeito a ilusão de que aquilo que diz só pode ser dito daquela forma e não de outra, isto é, de que ao

---

<sup>6</sup> É importante salientar que o termo *esquecimento* não designa um lapso de memória, algo que o sujeito sabia e esqueceu, mas sim o próprio processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos.

formular uma proposição muitas outras possibilidades ficaram de fora. Ao comentar esse esquecimento, Pêcheux (1988: 173) diz:

Concordamos em chamar *esquecimento n° 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia formulá-lo na formação discursiva considerada.*

Assim, é possível dizer que, a exemplo de tudo o que envolve o AD, o sujeito do discurso também é marcado pela contradição, pelo conflito, uma vez que não é totalmente livre nem totalmente assujeitado e move-se no espaço do Um e do Outro, caracterizando-se pela incompletude e pelo desejo de ser completo.

#### 4.- Condições de produção

Ao funcionamento que se quer compreender num texto<sup>7</sup> dá-se o nome de **processo discursivo**, o qual, por sua vez, se dá em determinadas **condições de produção** (doravante CPs). Já na AAD-69, Pêcheux (1969) coloca em evidência os elementos estruturais das CPs: os protagonistas do discurso (A e B) e seu referente.

Partindo do esquema informacional proposto por Jakobson, Pêcheux (1969: 82) afirma que “A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social” e nisso reside sua contribuição uma vez que não considera os protagonistas do discurso como “organismos humanos individuais”, mas a representação de lugares próprios a uma formação social, “lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos”.

Além disso, Pêcheux (1969: 82) diz que a relação entre esses lugares aparece, no discurso, por meio de “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A

---

<sup>7</sup> Na AD o texto é definido no decorrer da análise, conforme os recortes e as delimitações estabelecidos dentro de um objetivo de análise específico. Em outras palavras, é o próprio texto, considerado em sua discursividade, que serve de material ao analista.

e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”.

Assim, para o estudo dos protagonistas do discurso, Pêcheux propõe o seguinte quadro:

| Expressão que designa as formações imaginárias |                    | Significação da expressão                         | Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente |
|------------------------------------------------|--------------------|---------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| A                                              | I <sub>A</sub> (A) | Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A | “Quem sou eu para lhe falar assim?”                                               |
|                                                | I <sub>A</sub> (B) | Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A | “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”                                          |
| B                                              | I <sub>B</sub> (B) | Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B | “Quem sou eu para que ele me fale assim?”                                         |
|                                                | I <sub>B</sub> (A) | Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B | “Quem é ele para que me fale assim?”                                              |

(Pêcheux (1969). In: Gadet & Hak (org.), 1997: 83)

De forma semelhante, Pêcheux propõe o estudo do referente, colocando este como um "objeto imaginário e não da realidade física":

|   | Expressões que designam as formações imaginárias | Significação da expressão     | Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente |
|---|--------------------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| A | I <sub>A</sub> (R)                               | “Ponto de vista” de A sobre R | “De que lhe falo assim?”                                                          |
| B | I <sub>B</sub> (R)                               | “Ponto de vista” de B sobre R | “De que ele me fala assim?”                                                       |

(Pêcheux (1969). In: Gadet & Hak (org.), 1990: 84)

Orlandi (1999: 39) esclarece que as formações imaginárias é o nome dado aos mecanismos de funcionamento do discurso, a saber: relação de sentidos, relação de forças e antecipação.

A **relação de sentidos** diz respeito às redes de filiação, ou seja, um discurso sempre aponta para discursos que o antecederam e abre espaço para dizeres futuros, o que permite afirmar que “não há começo absoluto nem ponto final para o discurso”.

No que tange à **relação de forças**, esta implica uma questão de hierarquia, de poder, de autoridade, que sempre está em jogo quando o sujeito formula seu dizer. O sujeito “fala de um lugar que constitui o que ele diz” e “suas palavras significam de modo diferente” dependendo do lugar que ele ocupa.

Por fim, o mecanismo da **antecipação** refere-se à capacidade que todo sujeito tem de se colocar no lugar de seu interlocutor, antecipando o sentido que suas palavras produzirão; “o sujeito dirá de um jeito ou de outro, conforme o efeito que pensa produzir em seu ouvinte”.

Assim, conclui-se que não são os sujeitos físicos nem os lugares que eles ocupam na estrutura social que funcionam no discurso, mas sim as suas imagens. Por esse motivo, é imprescindível estabelecer a distinção entre **lugar** e **posição**. Para tanto, valer-nos-emos mais uma vez das palavras de Orlandi (1999: 40) quando ela afirma que “em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições”.

Dando continuidade, um outro aspecto que pertence às condições de produção é a tipologia do discurso. Considerando que todo discurso pertence a uma tipologia, Orlandi (1999 e 2003a) apresentou uma proposta que julgamos pertinente para o presente trabalho.

## **5. A tipologia do discurso**

Orlandi (2003a: 219) diz que “todas as análises de discurso supõem uma tipologia” embora esta nem sempre faça parte do enfoque central do analista.

A proposta de tipologias como auxílio à análise de discursos não é uma novidade. Um dos critérios mais comuns é basear-se nas diferentes instituições e suas regras, originando, assim, o discurso religioso, o político, o jurídico, o científico, o pedagógico, entre outros. Uma outra tendência é focar nas diferenças entre disciplinas, originando o discurso histórico, o literário, o biológico, o sociológico, o antropológico, etc.

O que ocorre com tais tipologias é que, o seu uso corrente e sua ligação com as instituições, transformaram os tipos em modelos fixos e cristalizados, impedindo a circulação de sentidos.

Nesse sentido, Orlandi (1999: 86) chama a atenção para o fato de que “os tipos resultam eles mesmos de funcionamentos cristalizados que adquiriram uma visibilidade sob uma rubrica, uma etiqueta que resulta de fatores extradiscursivos, lógicos, psicológicos, sociológicos, etc”.

Por esta razão, a autora diz que a reflexão sobre os tipos pode ser de grande utilidade ao analista, desde que ele considere como primordial o modo de funcionamento do discurso, não se apegando a classificações dadas *a priori*.

Tendo isso em mente, Orlandi desenvolve uma tipologia baseada nos critérios de interação e polissemia e estabelece três tipos de discurso: autoritário, polêmico e lúdico.

O **discurso autoritário** é “aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor”; o **discurso polêmico**, por outro lado, é “aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos”; e, por fim, o **discurso lúdico** é “aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos” (Orlandi, 1999: 86).

Diante desta distinção, é importante frisar que, embora a nossa sociedade esteja organizada de modo a privilegiar o discurso autoritário, não há como falar na existência de um discurso 100% autoritário. O que há é um jogo de dominância entre os tipos, de modo que um texto pode apresentar seqüências que ora se encaixam em diferentes tipos, ora combinam diferentes tipos, ora utilizam um tipo em função de outro, etc. Por esta razão, a cada elaboração discursiva, o analista deve ter o cuidado de observar a dinâmica estabelecida entre os tipos.

Nesse sentido, Orlandi (1999: 87) esclarece que “não há nunca um discurso puramente autoritário, lúdico ou polêmico. O que há são misturas, articulações, de modo que podemos dizer que um discurso tem um funcionamento dominante autoritário, ou tende para o autoritário”.

Ao privilegiar a interação, Orlandi toma a noção de **reversibilidade**, entendida como a troca de papéis entre interlocutores no discurso, para distinguir os tipos lúdico, polêmico e autoritário.

*Discurso lúdico:* é aquele em que a reversibilidade entre interlocutores é total, sendo que o objeto do discurso se mantém como tal na interlocução, resultando disso a polissemia aberta.

*Discurso polêmico:* é aquele em que a reversibilidade se dá sob certas condições e em que o objeto do discurso está presente, mas sob perspectivas particularizantes dadas pelos participantes que procuram lhe dar uma direção, sendo que a polissemia é controlada.

*Discurso autoritário:* é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida. (cf. Orlandi, 2003a: 154).

Posteriormente, Orlandi (2003a: 239-262) toma a noção de reversibilidade para elaborar uma reflexão sobre o discurso religioso católico. Ao destacar o discurso autoritário, afirma que o que sustenta esse tipo de discurso é uma *ilusão de reversibilidade*, ou seja, uma vez que o discurso autoritário tende para a monossemia necessita-se da ilusão de que há uma relação entre interlocutores.

A autora parte do princípio de que neste discurso fala a voz de Deus e que, por isso, há um desnivelamento na relação entre o locutor (pertencente ao plano espiritual: Deus) e o ouvinte (pertencente ao plano temporal: os homens). Tal relação dá origem a uma assimetria que caracteriza a tendência para a não-reversibilidade, ou seja, “os homens não podem ocupar o lugar do Locutor porque este é o lugar de Deus” (Orlandi, 2003a: 244).

Orlandi (2003a: 245) diz que há uma “maior ou menor autonomia do representante em relação à voz que fala nele” e que isso pode ser identificado em qualquer tipo de discurso. Ela diz que, no discurso político, por exemplo, há uma independência maior, ou seja, “o político não só é autônomo em relação à voz do povo como ele pode até mesmo criar, inventar a voz do povo que lhe for mais conveniente”, “desde que lhe seja atribuída legitimidade”. Por outro lado, “o discurso religioso não apresenta nenhuma autonomia, isto é, o representante da voz de Deus não pode modificá-la de forma alguma”.

Entretanto, para que o discurso religioso possa cumprir sua função – o impulso à salvação - é preciso que haja uma identificação dos sujeitos e isso acontece, segundo Orlandi (2003a: 258), pelo exórdio do sermão: “Caríssimos irmãos!”.

O que difere o discurso religioso dos outros discursos é que

nos outros discursos a que nos referimos, esses lugares são disputados e a retórica é uma *retórica de apropriação*. O sujeito se transforma naquele do qual ele ocupa o lugar. Então, dada certas condições, o representante passará a falar do lugar próprio. (...) No entanto, isso não se dá no caso do discurso religioso. O representante (...) não se confunde com Ele, não é Deus. (Orlandi, 2003a: 251)

Uma outra característica muito importante do discurso religioso é o emprego de performativos. Orlandi (2003a: 252) diz que “para realizar esses atos, é preciso estar investido de uma autoridade dada, ou pelo menos reconhecida”. Em diferentes cerimônias, o padre costuma declarar *Eu te absolvo*, *Eu te abenção*, *Eu vos declaro marido e mulher*, *Eu te batizo*, entre outros. Tais declarações só são possíveis porque o padre está investido de um poder a ele concedido por uma instituição maior e poderosa, a Igreja.

Embora Orlandi trabalhe apenas com o discurso religioso, podemos pensar que as instituições em geral baseiam-se em performativos que, por sua força de Lei, fazem parte de rituais de uma determinada cultura e atestam a inscrição do sujeito numa ordem simbólica. É o caso, por exemplo, de atos jurídicos como veredictos, testamentos ou certidões em geral.

Dando prosseguimento, Orlandi aborda temas muito delicados na doutrina católica: a blasfêmia, o pecado, a heresia, vistos como formas de transgressão, isto é, tentativas de ocupar um lugar nunca ocupado.

Ao analisar a blasfêmia, afirma que

o sentimento religioso é fortemente ambivalente e essa ambivalência é que está presente no mecanismo da blasfêmia: pode-se dizer “Deus” ou “Diabo” na mesma situação, preenchendo o mesmo papel semântico. (...) a expressão limite do maniqueísmo – ou está comigo ou está contra mim – não deixa lugar para meio termo. (Orlandi, 2003a: 255)

Além disso, Orlandi chama a atenção também para o fato de que

pelo menos no domínio do cristianismo, em que o homem, no espaço determinado pelo desejo de partilhar do poder ilimitado só tem essa escolha: entre o bem e o mal, entre estar ao lado de Deus ou vender a alma ao seu contrário. (Orlandi, 2003a: 255)

Considerando que, no discurso, o posicionamento do sujeito é seguido de uma imagem desse sujeito, não só pelo que diz, mas também pela maneira como diz, a noção de *ethos* revela-se de grande relevância para o presente trabalho, conforme veremos a seguir.

## 6.- Aspectos gerais sobre a noção de *ethos*

A noção de *ethos* remonta à Antigüidade clássica, especificamente à *Retórica* de Aristóteles, e tem a ver com a imagem de si construída pelo locutor em seu discurso de modo a influenciar o alocutário e garantir o sucesso do empreendimento oratório. Amossy diz que

todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. (...) Que a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa realização do projeto, é algo que ninguém pode ignorar sem arcar com as consequências. (Amossy, 2005: 9)

Maingueneau é quem retoma a reflexão sobre o *ethos*, estabelecendo a ligação deste com a enunciação e inscrevendo-o no quadro dos estudos sobre o discurso. Entretanto, adverte que a integração do *ethos* retórico à AD exige um duplo deslocamento.

Em primeiro lugar, é preciso afastar a idéia de que o enunciador, tendo em mente o efeito que pretende produzir no outro, escolhe o papel que desempenha. Na verdade, “do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva” (cf. Maingueneau, 1997: 45).

Para Maingueneau (2005: 69-70), a noção de *ethos* permite não só a persuasão por argumentos, mas também a reflexão sobre o processo de adesão do sujeito a uma determinada posição no discurso. Além disso, este processo é evidente em discursos publicitários, filosóficos, políticos, entre outros, os quais não visam a uma adesão imediata,

mas sim a conquistar um público que, por sua vez, tem o direito de não aceitá-los ou de ignorá-los.

Em segundo lugar, “a AD deve recorrer a uma concepção de *ethos* que, de alguma forma, seja transversal à oposição entre o oral e o escrito (...) mesmo os corpus escritos não constituem uma oralidade enfraquecida, mas algo dotado de uma ‘voz’” (cf. Maingueneau, 1997: 46).

No âmbito da AD, o *ethos* não se restringe à oralidade uma vez que qualquer discurso, inclusive o escrito, possui uma vocalidade específica, um **tom**<sup>8</sup>. A determinação do tom, contudo, não abrange o *ethos* em sua totalidade, o que implica em determinação do corpo do enunciador. Assim, a noção de *ethos* adotada pela AD compreende as dimensões vocal, física e psíquica ligada à imagem do enunciador criada em seu discurso.

Maingueneau (2005: 72) refere-se ao enunciador como “uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador”, ao qual são atribuídos um **caráter** e uma **corporalidade**.

O caráter (ou dimensão psíquica do fiador) corresponde ao conjunto de traços psicológicos enquanto a corporalidade (ou dimensão física do fiador) está ligada a um modo de ser e de se movimentar no espaço social, o que inclui a forma de se vestir. A constituição de tais dimensões está fundada em representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, em estereótipos próprios a uma determinada cultura (Maingueneau, 1999: 47; 2005: 72).

Sendo assim, a qualidade do *ethos* está associada à imagem do enunciador que faz de si próprio um retrato compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado. Logo, se por um lado a formação discursiva impõe ao enunciador o que ele deve e pode dizer, por outro o *ethos* impõe a maneira que ele deve e pode se representar no mundo.

Uma vez apresentada a fundamentação teórica, passemos à análise dos dados.

---

<sup>8</sup> Maingueneau (2005: 72) esclarece que prefere utilizar *tom* a *voz* porque tom pode se referir tanto ao escrito quanto ao oral.

### **Capítulo III**

## **UM PERCURSO DOS SENTIDOS:**

### **A discursividade norte-americana**

*O homem na sua relação com a realidade natural e social não pode não significar; condenado a significar, essa interpretação não é qualquer uma, pois é sempre regida por condições de produção de sentidos específicos e determinados na história da sociedade.*

Eni P. Orlandi (1990: 36)

Durante mais de cinquenta anos a política externa norte-americana foi baseada na Doutrina Truman – *Containment Policy* -, a qual estabeleceu os pilares da Guerra Fria, propondo uma política de contenção ao comunismo.

Os atentados terroristas de 11 de setembro, porém, tiveram como consequência a emergência da **Doutrina Bush**, mudando radicalmente as relações dos Estados Unidos com o mundo. Aos 17 de setembro de 2002, o presidente George W. Bush apresenta a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, cujas premissas básicas são por ele apresentadas da seguinte forma:

*Defending our Nation against its enemies is the first and fundamental commitment of the Federal Government. (...) America will hold to account nations that are compromised by terror, including those who harbor terrorists – because the allies of terror are the enemies of civilization. (...) Finally, the United States will use this moment of opportunity to extend the benefits of freedom across the globe. We will actively work to bring the hope of democracy, development, free markets, and free trade to every corner of the world. (cf. Estratégia de Segurança Nacional, 2002; grifo nosso)*

Cerca de seis meses depois, aos 19 de março de 2003, os Estados Unidos e seus Aliados, liderados por Bush, invadem o Iraque, sem o aval da ONU, com o objetivo de procurar as armas de destruição em massa e libertar o povo iraquiano do regime ditatorial de Saddam Hussein.

A análise aqui apresentada tem como objetivo percorrer alguns dos pronunciamentos do presidente George W. Bush enunciados nos meses anteriores e posteriores à invasão, mostrando que essa guerra é um acontecimento resultante de um intenso trabalho de formulações que se sustentam em sentidos que, a nosso ver, remetem ao discurso fundador dos Estados Unidos da América.

## **1.- Os Estados Unidos e os norte-americanos**

Vimos no fragmento acima que o primeiro compromisso assumido pelo Governo norte-americano na Estratégia de Segurança Nacional, divulgada em setembro 2002, é proteger a nação de seus inimigos.

Com efeito, os atentados terroristas de 11 de setembro revelaram que os Estados Unidos não estão livres de ameaças externas como acreditavam.

For all Americans, it has been a year of adjustment, of coming to terms with the difficult knowledge that *our nation has determined enemies, and that we are not invulnerable to their attacks*. (Pronunciamento 4, p. 116 do Anexo; grifo nosso)

Essa sensação de invulnerabilidade trouxe consigo a urgência de agir a fim de defender o bem maior do sujeito norte-americano: a sua nação.

In two years, America has gone *from a sense of invulnerability to an awareness of peril*; from bitter division in small matters to calm unit in great causes. And we go forward with confidence, because *this call of history has come to the right country*. (Pronunciamento 7, p. 137 do Anexo)

Conforme já adiantado, antes do início da colonização da América, criou-se todo um imaginário em torno das oportunidades que poderiam existir no Novo Mundo. Desse modo, o que mais atraiu os primeiros ingleses para a América foi a possibilidade de possuir um pedaço de terra onde poderiam construir uma vida nova, livre das perseguições da Coroa inglesa.

Assim, a conquista do Novo Mundo deu origem a uma discursividade que valoriza a terra acima de tudo, uma terra fértil, na qual se pode viver e enriquecer e que, portanto, deve ser protegida. Bush, a nosso ver, ao atender o “chamado da história” e assumir a responsabilidade pela proteção e segurança dos Estados Unidos está retomando e reafirmando o compromisso assumido pelos primeiros norte-americanos.

Em 11 de setembro de 2002, exatamente um ano após os ataques, Bush faz um pronunciamento no qual afirma:

*The attack on our nation was also attack on the ideals that make us a nation. Our deepest national conviction is that every life is precious, because every life is the gift of a Creator who intended us to live in liberty and equality*. (Pronunciamento 4, p. 118 do Anexo; grifo nosso)

Nesse pronunciamento, Bush diz que “os ataques à nação foram também ataques aos ideais da nação”, dentre os quais menciona vida, liberdade e igualdade. Os norte-

americanos, a nosso ver, estão inscritos numa formação ideológica segundo a qual pensar o homem privado de seu direito à liberdade equivale a pensar esse homem privado do seu direito à vida.

Assim, verificamos que os sentidos de liberdade têm circulado na discursividade norte-americana há muito tempo, produzindo novos efeitos de sentido. Vejamos, por exemplo, o pronunciamento de posse de John Kennedy:

We observe today not a victory of party but a *celebration of freedom* – symbolizing an end as well as a beginning – signifying renewal as well as change. (...) We dare not forget today that *we are the heirs of that first revolution*. (...) *the torch has been passed to a new generation of Americans*, born in this century, tempered by war, disciplined by a hard and bitter peace, proud of our ancient heritage and unwilling to witness or permit the slow undoing of those human rights to which this nation has always been committed. (cf. Pronunciamento de posse de John F. Kennedy, 1960; grifo nosso)

Kennedy abre seu pronunciamento atribuindo sua vitória não à conquista de um partido político, mas à “celebração da liberdade”. A imagem da passagem da tocha remete, entre outras coisas, a um dos maiores símbolos dos Estados Unidos – a Estátua da Liberdade. Situada na Ilha da Liberdade, no Porto de Nova York, e inaugurada em 28 de outubro de 1886, a Estátua da Liberdade foi um presente da França ao povo dos Estados Unidos como sinal de amizade. O seu nome oficial é *Liberty Enlightening the World* [A Liberdade Iluminando o Mundo], numa referência à tocha que leva na mão direita e que, a nosso ver, ilustra uma recorrência ao simbólico, tão importante para o povo norte-americano.

Verificamos, assim, que a liberdade é um dos direitos dos norte-americanos, povo convicto de que o Criador lhe conferiu direitos inalienáveis, conforme Thomas Jefferson afirmara na Declaração de Independência, documento que marca o nascimento dos Estados Unidos.

We hold these Truths to be self-evident, that *all men are created equal*, that they are endowed by the Creator with certain unalienable Rights, that among these are *Life, Liberty and Pursuit*

*of Happiness.* (cf. Declaração de Independência, 1776; grifo nosso)

Pouco mais de uma década depois, ao elaborar-se a **Constituição**, tais preceitos são retomados e reafirmados. Vejamos o preâmbulo do texto:

**We the People** of the United States, in Order to form a more perfect Union, establish Justice, insure domestic Tranquility, provide for the common defence, promote the general Welfare, and *secure the Blessings of Liberty to ourselves and our Posterity*, do ordain and establish this Constitution for the United States of America. (cf. Constituição, 1788; grifo nosso)

Observando os fragmentos acima, podemos dizer que a historicidade representada por **liberdade** remete-nos aos primeiros ingleses que, movidos pelo desejo de se libertar da Coroa inglesa, partiram para a América. Posteriormente, o anseio de liberdade justificou a luta dos pioneiros pela independência, a qual foi reconhecida pela Inglaterra em 1783 e, alguns anos depois, serviu de base para a redação da Constituição.

Desse modo, consideramos que a história dos Estados Unidos se sustenta nesse discurso pela liberdade, o qual transformou a América num legado a ser preservado para as futuras gerações. Arriscamo-nos até a dizer que a liberdade é um estado de espírito dos norte-americanos, o qual nem sempre é compreendido.

Alexis de Tocqueville (1835/1998), por exemplo, observou que o povo norte-americano era o mais individualista do mundo, cada um cuidando de si, sem se importar com as dificuldades dos outros. Ao mesmo tempo, tinha um senso de união jamais visto, de modo que, diante de um problema que afetasse a todos, cada um sabia exatamente o que fazer para superar tal problema.

Esta característica do povo norte-americano pôde ser observada após os atentados de 11 de setembro, como apontado por Bush:

Yet, in the events that challenged us, we have also seen *the character that will deliver us*. We have seen the *greatness of America in airline passengers* who defied their hijackers and ran a plane into the ground to spare the lives of others. We've seen the *greatness of America in rescuers* who rushed up flights of stairs toward peril. And we continue to see the *greatness of America in*

*the care and compassion our citizens show to each other.*  
(Pronunciamento 4, p. 118 do Anexo; grifo nosso)

No fragmento acima, Bush destaca o sentimento único que uniu as pessoas diretamente envolvidas na tragédia: proteger uns aos outros, mesmo à custa do sacrifício de alguns. Além disso, aqueles que acompanharam a tragédia de longe, pelas telas da TV, se solidarizaram da mesma forma.

Com efeito, aparelhos de TV no mundo inteiro repetiam, incansavelmente, as imagens da colisão dos aviões e a posterior queda das torres do World Trade Center, dando a impressão de já termos visto aquilo em algum lugar. Quanto mais assistíamos aquelas cenas, maior era a sensação de perplexidade e, embora soubéssemos que não se tratava de ficção, tudo parecia ter saído dos melhores filmes de Hollywood.

A nosso ver, a repetição constante e ininterrupta das imagens dos aviões indo de encontro ao World Trade Center contribuiu significativamente para o estabelecimento de um vínculo emocional que gerou uma onda mundial de união e solidariedade que envolveu os Estados Unidos após a tragédia. O mundo, de repente, estava de luto.

Posteriormente, outras nações uniram-se aos Estados Unidos:

Many nations, however, do have the resolve and fortitude to act against this threat to peace, and *a broad coalition is now gathering to enforce the just demands of the world.* (Pronunciamento 8, p. 139 do Anexo; grifo nosso)

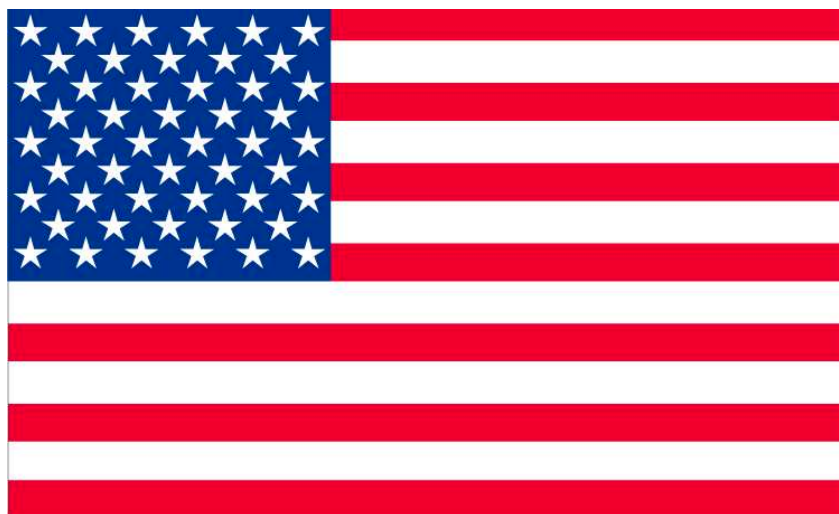
Observando os dois fragmentos anteriores, parece-nos que a idéia de **união** traz em si uma historicidade que suscita na memória discursiva formulações que remetem a momentos da formação dos Estados Unidos.

Vimos, no Capítulo I, que movidos por um sentimento antibritânico, os colonos uniram-se para lutar pela sua independência. As primeiras moedas cunhadas pela nova nação simbolizaram a soberania dos Estados Unidos, trazendo, na parte de trás, treze círculos entrelaçados, e, no centro, os dizeres "American Congress: We Are One", conforme figura que segue.



Além disso, a fim de assegurar a liberdade conquistada, os representantes de cada Estado formaram uma Convenção para a elaboração da Constituição. O preâmbulo do texto começa com a frase “**We the People**”, ilustrando um retorno aos sentidos de união, que também está presente no próprio nome do país – “**United** States of America”.

Por fim, os sentidos de união são reafirmados nas treze listras da bandeira dos Estados Unidos, representando cada uma das treze colônias que se uniram para garantir o nascimento dos Estados Unidos como nação. Vale ainda salientar a existência de cinquenta estrelas no canto superior esquerdo da bandeira, como mostra a ilustração que segue, representando os Estados da Federação que se mantêm unidos em nome da nação norte-americana.



Concluímos, assim, que, a exemplo da liberdade, os sentidos de união são constitutivos da formação ideológica norte-americana e da formação discursiva na qual se inscrevem os pronunciamentos do presidente Bush.

Vimos, até aqui, como os sentidos de **liberdade** e **união** circulam na discursividade norte-americana. Falta, porém, um terceiro direito mencionado na Declaração de Independência: *Pursuit of Happiness* [Busca da Felicidade].

Com efeito, o homem, no exercício dos direitos que lhe foram conferidos por Deus, tende a conquistar a **felicidade** que, a nosso ver, está ligada à realização do **sonho americano**.

Conforme já mencionado neste capítulo, após o descobrimento da América criou-se todo um imaginário em torno do que o Novo Mundo poderia oferecer.

No que tange aos Estados Unidos, os ingleses que para lá se dirigiram pretendiam, além de fugir da Inglaterra, encontrar um lugar onde a vida fosse melhor, mais rica e próspera, com oportunidades iguais para todos. Não é a toa que os Estados Unidos são conhecidos como *Land of Opportunities* [Terra das Oportunidades].

A possibilidade de viver o sonho americano produz efeitos de sentido que circulam não só entre os norte-americanos, mas que ultrapassam as fronteiras do país e do continente. Tal afirmação pode ser confirmada pela quantidade de imigrantes que vivem ali, além daqueles que tentam, todos os anos, entrar no país, mesmo que de forma ilegal, chegando a arriscar as próprias vidas.

Assim, reconhecer a vulnerabilidade diante do inimigo é ver ameaçados o território e, ao mesmo tempo, o poder que está associado à posse desse território. A nosso ver, garantir a segurança da nação significa assegurar a existência de uma pátria a um sujeito que, antes, não tinha pátria nenhuma e, mais ainda, manter vivo o sonho americano e toda a força ideológica e poder que há por detrás da expressão. Se para isso for preciso uma guerra, que assim seja.

Para tanto, o presidente Bush precisa de argumentos que sustentem e legitimem uma guerra desse porte, como veremos a seguir.

## 2.- A Guerra ao Terror

A análise que segue foca as relações de imagens: eu, outro e referente (cf. Pêcheux, 1969), de modo a explicitar que a guerra do Iraque é um acontecimento construído a partir da desqualificação do inimigo.

Quando o grupo terrorista al Qaeda assumiu a autoria dos atentados de 11 de setembro, os Estados Unidos iniciaram uma caçada aos líderes desse grupo, em especial a Osama Bin Laden, que se encontra em local incerto até hoje.

Poucos meses depois, em 29 de janeiro de 2002, ao falar a uma sessão conjunta do Congresso norte-americano, Bush faz uma avaliação da ação no Afeganistão<sup>9</sup> e declara:

Our discoveries in Afghanistan *confirmed our worst fears*, and showed us the true scope of *the task ahead*. (...) We'll be deliberate, yet *time is not on our side*. I will not stand by, as peril draws closer and closer. *The United States of America will not permit the world's most dangerous regimes to threaten us with the world's most destructive weapons*. (Pronunciamento 1, p. 105-106 do Anexo)

Tal declaração contém alguns dos elementos daquilo que, após a divulgação da Estratégia de Segurança Nacional, ficou conhecido como **Doutrina Bush**. Dentre tais elementos, destacamos, em primeiro lugar, a urgência de agir, expressa pela frase “time is not on our side” e, em segundo, a ameaça real e direta das armas de destruição em massa.

Vimos que a Estratégia de Segurança Nacional representou uma grande mudança na política externa norte-americana, que passou da “contenção” para a “ação”. Observando o fragmento acima, parece-nos que os primeiros passos dessa mudança estão presentes ali e, além disso, que os sentidos instaurados pelo funcionamento desse discurso remetem à figura de um inimigo constantemente à espreita, ameaçando a nação.

Tendo isso em mente, é importante salientar que nesse mesmo pronunciamento, o presidente Bush aponta a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque como alguns dos países que representam uma ameaça maior à paz mundial e que integram o grupo que ele chamou de

---

<sup>9</sup> Especialistas no assunto dizem que a intervenção norte-americana no Afeganistão foi bem-sucedida porque teve objetivos muito simples, como derrubar o regime Talibã e destruir os campos do al Qaeda.

“eixo do Mal”, uma vez que são países dispostos a abrigar e apoiar facções terroristas como o al Qaeda. O mundo é, então, dividido em duas partes: o lado do **Bem** e o lado do **Mal**.

*We must choose between a world of fear and a world of progress. We cannot stand by and do nothing while dangers gather. We must stand up for our security, and for the permanent rights and the hopes of mankind. By heritage and by choice, the United States of America will make that stand. And, delegates to the United Nations, you have the power to make that stand, as well.* (Pronunciamento 5, p. 123 do Anexo; grifo nosso)

No fragmento acima, Bush chama a atenção para a necessidade de fazer uma escolha entre um mundo dominado pelo medo ou um mundo destinado ao progresso, tudo em prol da segurança do país, além da garantia dos direitos humanos e da manutenção da esperança da humanidade.

*we resolved a year ago to honor every last person lost. (...) We owe them, and their children, and our own, the most enduring monument we can build: a world of liberty and security made possible by the way America leads, and by the way America lead our lives. (...) In the ruins of two towers, under a flag unfurled at the Pentagon, at the funerals of the lost, we have made a sacred promise to ourselves and to the world: we will not relent until justice is done and our nation is secure. What our enemies have begun, we will finish.* (Pronunciamento 4, p. 118-119 do Anexo; grifo nosso)

Em 04 de março de 1801, ao tomar posse como presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson declarou:

*quando contemplo esses objetivos transcendentais, e vejo a honra, a felicidade e as esperanças deste amado país confiadas ao resultado e auspícios deste dia, recuo diante da contemplação e humilho-me perante a magnitude do empreendimento.* (cf. Syrett, 1980: 118; grifo nosso)

Diante dos fragmentos acima, parece-nos que as condições de produção constitutivas dos pronunciamentos do presidente Bush apontam para uma filiação a sentidos que priorizam não só o bem-estar dos Estados Unidos, mas de todo o mundo. Dessa forma, Bush mostra-se coerente à formação discursiva na qual a forma-sujeito

**Presidente dos Estados Unidos** se inscreve como depositário da esperança do país (cf. Thomas Jefferson, 1801).

Além disso, ao oferecer a possibilidade de escolha, cria-se uma ilusão de liberdade. O assujeitamento ideológico refere-se exatamente a isso, ou seja, fazer o sujeito pensar que é livre quando, na verdade, só há um caminho a seguir. Desse modo, entendemos que os sentidos instaurados pela proposta de livrar o mundo dos terroristas impedem que qualquer nação possa recusá-la, uma vez que refutá-la implica posicionar-se como contrário ao progresso da humanidade e, conseqüentemente, como pertencente ao “eixo do Mal”.

Em 01 de junho de 2002, por exemplo, Bush falou aos formandos da Academia Militar de West Point nos seguintes termos:

*Yet the war on terror will not be won on the defensive. We must take the battle to the enemy, disrupt his plans, and confront the worst threats before they emerge. In the world we have entered, the only path to safety is the path of action. And this nation will act.* (Pronunciamento 2, p. 114 do Anexo; grifo nosso)

As palavras de Bush são claras ao propor a guerra preventiva como forma de garantir a segurança do país e do mundo. Além disso, e mais importante, os efeitos de sentido ali produzidos retomam os dizeres da Declaração de Independência que, em seu primeiro parágrafo, dispõe:

When in the course of human events, it becomes necessary for one People to *dissolve Political Bands which have connected them with another*, and to assume among the Powers of the Earth, the separate and equal Station to which the Laws of Nature and of Nature’s God entitle them, a decent Respect to the Opinions of Mankind requires that *they should declare the causes which impel them to the separation*. (cf. Declaração da Independência, 1776; grifo nosso)

Conforme já adiantado, o movimento pela independência dos Estados Unidos surgiu de um sentimento de inconformismo e revolta que tomou conta da maioria dos colonos ingleses na segunda metade do século XVIII. Movidos pelo desejo de justiça e

liberdade, redigiram a Declaração de Independência mediante a qual declaravam-se livres da Inglaterra.

A nosso ver, este acontecimento deu origem a uma formação discursiva segundo a qual o indivíduo, diante da insatisfação, deve assumir o controle de seu destino e agir no sentido de operar as mudanças necessárias a seu bem-estar.

*In a world moving toward liberty, we are determined to show the meaning and promise of liberty. In America's ideal of freedom, citizens find the dignity and security of economic independence, instead of laboring on the edge of subsistence (...) now we will extend this vision by reforming great institutions to serve the needs of our time. (...) By making every citizen an agent of his or her own destiny, we will give our fellow Americans greater freedom from want and fear, and make our society more prosperous and just and equal. (Pronunciamento 12, p. 157 do Anexo; grifo nosso)*

Acreditamos que, ao se tornar agente de seu destino, o sujeito norte-americano está exercendo os direitos a ele conferidos pelo Criador, tal como proposto na Declaração de Independência, concretizando, assim, o sonho americano.

Ao propor “estender essa visão a outras nações”, Bush retoma os valores dos fundadores da nação de modo a fundamentar sua decisão de empreender ações preventivas contra possíveis ataques terroristas, em vez de aguardar passivamente por novos atentados aos Estados Unidos ou a seus Aliados.

Em outras palavras, ao acessar uma memória discursiva que tem vida, liberdade, igualdade e felicidade como referentes, Bush reafirma os valores e ideais que fundaram os Estados Unidos como nação. Por outro lado, há, a nosso ver, todo um não-dito que apaga os sentidos que remetem à necessidade de confirmar os Estados Unidos como única superpotência política, econômica e militar nesse início de século XXI.

Dando continuidade, em 30 de julho de 2002, Bush encaminha ao Porta-voz da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado uma carta comunicando sua decisão de estender, por mais um ano, os termos do artigo 202(d) do *National Emergency Act* [Lei das Emergências Nacionais] no que diz respeito ao Iraque, argumentando que

*The crisis between the United States and Iraq that led to the declaration of a national emergency on August 2, 1990, has not been resolved. The Government of Iraq continues to engage in*

*activities inimical to stability in the Middle East and hostile to U.S. interests. Such Iraqi actions pose a continuing unusual and extraordinary threat to the national security and foreign policy of the United States. (Pronunciamento 3, p. 157 do Anexo; grifo nosso)*

A carta presidencial adverte do perigo iminente representado pelo Iraque, colocando-o como o alvo da segunda fase da ofensiva contra o terrorismo.

No pronunciamento feito na sede da ONU, em 12 de setembro de 2002, Bush declara:

*In one place – in one regime – we find all these dangers, in their most lethal and aggressive forms (...) Twelve years ago, Iraq invaded Kuwait without provocation. And the regime's forces were poised to continue their march to seize other countries and their resources. Had Saddam Hussein been appeased instead of stopped, he would have endangered the peace and stability of the world. (Pronunciamento 5, p. 121 do Anexo)*

O objetivo de Bush ao se dirigir à ONU era conseguir uma Resolução que o autorizasse a invadir o Iraque. Na ocasião, com base no relatório denominado *A decade of deception and defiance*, o presidente norte-americano listou uma série de violações cometidas por Saddam Hussein em relação a diversas Resoluções da ONU.

*The conduct of the Iraqi regime is a threat to the authority of the United Nations and a threat to peace. Iraq has answered a decade of U.N. demands with a decade of defiance. All the world now faces a test, and the United Nations a difficult and defining moment. Are Security Council resolutions to be honored and enforced, or cast aside without consequence? Will the United Nations serve the purpose of its founding, or will it be irrelevant? (Pronunciamento 5, p. 123 do Anexo)*

Considerando que a relação de imagens – eu, outro e referente – permitem ao sujeito prever a reação de seu interlocutor, Bush, sabendo da relutância da ONU em autorizar a invasão do Iraque, usa como argumento o fato de esse país ter desrespeitado todas as Resoluções adotadas nos últimos dez anos. Além disso, no final da passagem, lança questões que, se observadas com cuidado, apresentam apenas uma possibilidade de escolha. Com isso, Bush aumenta a probabilidade de adesão à sua proposta.

Dias depois, quando questionado sobre a importância de se obter uma resolução que autorizasse o uso de força no Iraque, Bush respondeu:

*I've asked for Congress' support to enable the administration to keep the peace. (...) I appreciate the strong support we're getting from both Republicans and Democrats, and look forward to working with them. (...) If you want to keep peace, you've got to have the authorization to use force. (...) this a chance for Congress to indicate support. It's a chance for Congress to say, we support the administration's ability to keep the peace. That's what this is all about. (Pronunciamento 6, p. 126 do Anexo)*

Na mesma ocasião, Bush comenta a relutância da ONU em conceder tal autorização:

*At the United Nations Security Council it is very important that the members understand that the credibility of the United Nations is at stake, that the Security Council must be firm in its resolve to deal with a truth treat to world peace, and that is Saddam Hussein. That the United Nations Security Council must work with the United States and Britain and other concerned parties to send a clear message that we expect Saddam to disarm. And if the United Nations Security Council won't deal with the problem, the United States and some of our friends will. (Pronunciamento 6, p. 125 do Anexo; grifo nosso)*

Observando os fragmentos acima, parece-nos que Bush já não estava disposto a esperar muito tempo. Ele sabia que a atenção do mundo estava voltada para ele e que o apoio das nações aliadas o mantinham no controle da situação. Entretanto, ele também sabia que precisava agir com rapidez. Bush, então, declara:

*We will consult. But let there be no misunderstanding: If Saddam Hussein does not fully disarm, for the safety of our people and for the peace of the world, we will lead a coalition to disarm him. (Pronunciamento 7, p. 137 do Anexo; grifo nosso)*

Meses depois, dá um ultimato a Saddam Hussein e seus filhos para que deixem o Iraque em 48 horas:

*Before the day of horror can come, before it is too late to act, this danger will be removed. The United States has the sovereign authority to use force in assuring its own national security. That duty falls to me, as Commander-in-Chief, by the oath I have sworn,*

*by the oath I will keep. (...) This is not a question of authority, it is a question of will. (...) All the decades of deceit and cruelty have now reached an end. Saddam Hussein and his sons must leave Iraq within 48 hours. Their refusal to do so will result in military conflict, commenced at a time of our choosing. (Pronunciamento 8, p. 139 do Anexo)*

Observando os dois fragmentos acima, Bush parece falar investido de todo poder e toda autoridade que constitui a posição Presidente dos Estados Unidos.

Com efeito, o Artigo II da Constituição norte-americana dispõe que o Poder Executivo será investido em um presidente, o qual será o chefe supremo do Exército e da Marinha dos Estados Unidos e terá poder de indulto e de graça por delitos cometidos contra os Estados Unidos. Além disso, a Emenda II dispõe:

#### **Amendment II**

*A well regulated Militia, being necessary to the security of a free State, the right of the people to keep and bear Arms, shall not be infringed. (cf. Constituição, 1788)*

Assim, parece-nos que está no discurso fundador dos Estados Unidos os elementos que constituem a forma-sujeito **Presidente dos Estados Unidos**, de modo que todo aquele que ocupa essa posição inscreve-se numa formação discursiva filiada a sentidos centrados na defesa da vida, da segurança e da paz.

Vimos que Bush, no pronunciamento feito na sede da ONU, apresentou uma lista das infrações cometidas por Saddam Hussein. Em suma, as acusações envolvem (1) graves violações aos direitos humanos, com uso de todo tipo de violência em relação ao povo iraquiano, (2) envolvimento com, e apoio a, atividades terroristas e (3) desenvolvimento de armas biológicas e nucleares.

Tais acusações são suficientes para situar o Iraque no grupo denominado “eixo do Mal” e transformar Saddam Hussein, uma vez líder desse país, na personificação do Mal que precisa ser combatido.

*More than anything else, this separates us from the enemy we fight. We value every life; our enemies value none – not even the innocent, not even their own. And we seek the freedom and opportunity that give meaning and value to life. There is a line in*

our time, and in every time, between *those who believe all men are created equal, and those who believe that some men and women and children are expendable in the pursuit of power*. There is a line in our time, and in every time, between *the defenders of human liberty and those who seek to master the minds and souls of others*. (Pronunciamento 4, p. 118-119 do Anexo; grifo nosso)

Na passagem acima, observamos claramente a existência de uma oposição **Nós versus Eles**. O grupo **Nós** é formado por aqueles que valorizam a vida e a liberdade, que poderíamos classificar como o lado do **Bem**, ao passo que o grupo **Eles** se opõem a tais valores, constituindo o lado do **Mal**. Mais uma vez, Bush divide o mundo em duas partes não deixando alternativa de escolha, a não ser o lado do Bem. Escolher o lado do Mal é apoiar Saddam Hussein e suas ações e, conseqüentemente, ser classificado como terrorista.

Acreditamos que esse argumento tenha sido utilizado com o objetivo de consolidar a proposta de enfrentar o inimigo e salvar o mundo deste grande Mal. Entretanto, o que mais nos chama a atenção é o modo como descreve o inimigo.

Comentamos, no Capítulo I, que no período inicial da colonização dos Estados Unidos foram feitos alguns relatos classificando os índios como seres endemoniados, verdadeiros adoradores do diabo, de modo a justificar a ocupação das terras indígenas e estabelecer novas colônias na região.

Mais recentemente, o período que compreendeu a Guerra Fria dividiu o mundo em duas áreas, uma de dominação capitalista e outra de dominação socialista, de modo que Estados Unidos e União Soviética mantiveram uma política intervencionista em diversos países. Nesta época, o serviço de espionagem cresceu significativamente, deixando os norte-americanos em constante alerta em relação aos comunistas e vice-versa.

Terminada a Guerra Fria, o foco de atenção voltou-se para o Oriente Médio, sobretudo em razão do petróleo. Desta vez, eram os muçulmanos que deveriam ser temidos.

Tendo isso em mente, vejamos como Thomas Jefferson se refere ao rei da Inglaterra ao redigir a Declaração de Independência dos Estados Unidos:

*The History of the present King of Great Britain is a History of repeated Injuries and Usurpations, all having in direct object the establishment of an absolute tyranny over these states. (...) HE has refused to Assent to Laws, the most wholesome and necessary for*

the public Good. **HE** *has forbidden his Governors to pass Laws of immediate and pressing Importance*, unless suspended in their Operation till his Assent should be obtained; and when so suspended, he has utterly neglected to attend to them. **HE** *has refused to pass other Laws for the Accommodation of large Districts of People*, unless those People would relinquish the Right of Representation in the Legislature, a Right inestimable to them, and formidable to Tyrants only. (cf. Declaração de Independência, 1776; grifo nosso)

Diante desse breve relato, parece-nos que a nação norte-americana foi erguida com base numa discursividade que “demoniza” todo aquele que representa uma ameaça aos interesses do país. Em outras palavras, na nossa opinião, a perseguição a Saddam Hussein e, conseqüentemente, a guerra com o Iraque são efeitos de um processo discursivo que acarreta a total desqualificação, ou ainda, a demonização do oponente.

Desse modo, considerando que os sentidos são historicamente determinados, vejamos como os sentidos de guerra circulam em alguns pronunciamentos do presidente Bush, de modo a construir a imagem demonizada de Saddam Hussein. Observemos o fragmento abaixo:

My fellow citizens, at this hour, American and coalition forces are in the early stages of *military operations to disarm Iraq, to free its people and to defend the world from grave danger*. On my orders, coalition forces have begun striking selected targets of military importance to undermine Saddam Hussein's ability to wage *war*. These are opening stages of what will be a broad and concerted *campaign*. (Pronunciamento 8, p. 142 do Anexo)

O trecho acima foi extraído do pronunciamento feito por Bush anunciando o início da guerra com o Iraque. É interessante notar que a palavra *war* é utilizada apenas para se referir a Saddam Hussein ao passo que as expressões *military operations* e *campaign* referem-se à ação dos Estados Unidos e seus Aliados.

Pensando nisso, buscamos nos dicionários *Macmillan* e *Aurélio*, o primeiro em língua inglesa e o segundo em língua portuguesa, as acepções das palavras *war* e *guerra*. Eis o que encontramos:

**war** noun **1** fighting between two or more countries, that involves the use of the military and usually continues for a long time. **2** a determined and organized effort to control or to stop something, for example a disease or crime. **3** a situation in which countries, organizations, or businesses compete with each other to gain economic power or control.

**guerra.** [Do germ. ocidental *werra*, 'discórdia', 'peleja'] **s.f.** **1.** Luta armada entre nações ou partidos; conflito. **2.** Expedição militar; campanha. **3.** Combate, peleja, luta, conflito.

Ambas as definições remetem à ação militar, uso de armas, violência e disputa de poder. Daí concluímos que a palavra *guerra* tem um peso muito maior que *operação militar* ou *campanha* e, por isso, surge nos pronunciamentos do presidente referindo-se à ação do inimigo.

Por outro lado, a operação militar tem por objetivo (1) desarmar o Iraque, (2) libertar o povo e (3) defender o mundo de um perigo grave. Eis a função dos soldados:

To all the men and women of the United States Armed Forces now in the Middle East, *the peace of a troubled world* and the hopes of an oppressed people now depend on you. (...) We will meet that threat now, with our Army, Air Force, Navy, Coast Guard and Marines, so that we do not have to meet it later with armies of fire fighters and police and doctors on the streets of our cities. (Pronunciamento 9, p. 142-143 do Anexo)

É sabido que, todo ano, na proximidade do dia 11 de setembro, os Estados Unidos se preparam para eventuais ataques terroristas. O fragmento acima, a nosso ver, ao retomar, mesmo implicitamente, os eventos daquele dia, reafirma a importância de se antecipar a possíveis ataques, reforçando, mais uma vez, a necessidade de guerras preventivas.

A nosso ver, os sentidos de guerra circulam de modo a desqualificar o inimigo, como declara Bush:

In this conflict, America faces an enemy who *has no regard for conventions of war or rules of morality*. Saddam Hussein has placed Iraqi troops and equipment in civilian areas, attempting to *use innocent men, women and children as shields for his own military* – a final atrocity against his people. (Pronunciamento 8, p. 142 do Anexo; grifo nosso)

Novamente, essas palavras remetem, entre outras coisas, à violência e às atrocidades que se quer associar à imagem Saddam Hussein, colocando em funcionamento todo o já-dito sobre suas ações. Considerando que este não é o primeiro conflito envolvendo Estados Unidos e Iraque, a possibilidade de um novo confronto acessa uma memória que coloca em funcionamento todo um saber discursivo que sustenta cada formulação no sentido de “demonizar” Saddam Hussein.

*We seek peace. We strive for peace. And sometimes peace must be defended. A future lived at the mercy of terrible threats is no peace at all. If war is forced upon us, we will fight in a just cause and by just means – sparing, in every way we can, the innocent. And if war is forced upon us, we will fight with the full force and might of the United States military – and we will prevail.* (Pronunciamento 7, p. 137 do Anexo; grifo nosso)

Observando o fragmento acima, verificamos que os sentidos de guerra estão presentes, mas são apagados por uma discursividade pela paz que legitima a ação norte-americana no Iraque. Assim, podemos dizer que a evidência dos sentidos apontam os Estados Unidos como o líder de uma campanha a favor da paz e da liberdade, não só para si, mas para todo o mundo, apagando, por outro lado, os sentidos de uma guerra voltada a interesses particulares ou políticos.

Considerando que Bem e Mal designam posições que o sujeito do discurso atribui a si e ao outro, respectivamente, acreditamos que ao situar o Iraque e, conseqüentemente, Saddam Hussein no “eixo do Mal” e, por outro lado, os Aliados e si próprio do lado do Bem, Bush acessa um espaço de memória filiado a sentidos que remetem aos valores e ideais fundadores dos Estados Unidos como nação, os quais povoam o imaginário e circulam na discursividade dos norte-americanos até hoje, produzindo efeitos de sentido que autorizam e legitimam a **Guerra ao Terror** em nome da democracia, como abordaremos na seqüência.

### 3.- A democracia e o discurso religioso

O terceiro e último pilar que destacamos da Doutrina Bush visa a proteger o mundo civilizado de grupos terroristas e das armas de destruição em massa, levando liberdade e democracia a cada nação do mundo.

Democracia é um sistema de governo que confere ao povo, direta ou indiretamente, por meio dos representantes eleitos, o poder de tomar as decisões que definem o destino do país.

*Now and in the future, Americans will live as free people, not in fear, and never at the mercy of any foreign plot or power. (...) We have no intention of ignoring or appeasing history's latest gang of fanatics trying to murder their way to power. They are discovering, as others before them, the resolve of a great country and a great democracy.* (Pronunciamento 4, p. 119 do Anexo; grifo nosso)

No fragmento acima, Bush busca assegurar a integridade daquele que, para os norte-americanos, parece ser o mais importante dos direitos concedidos ao homem: a liberdade. Além disso, reafirma os Estados Unidos como país democrático.

Após os ataques terroristas de 11 de setembro e diante da iminência de uma nova guerra com o Iraque, uma série de enunciados colocou tais eventos como consequência direta da miséria e das doenças que assolam grande parte da população mundial atualmente. No tocante, Bush declara:

*Our commitment to human dignity is challenged by persistent poverty and raging disease. The suffering is great, and our responsibilities are clear. The United States is joining with the world to supply aid where it reaches people (...) Liberty for the Iraqi people is a great moral cause, and a great strategic goal. The people of Iraq deserve it; the security of all nations requires it. Free societies do not intimidate through cruelty and conquest, and open societies do not threaten the world with mass murder. The United States supports political and economic liberty in a unified Iraq.* (Pronunciamento 5, p. 120 e 124 do Anexo; grifo nosso)

Observando o fragmento acima, verificamos na frase “the United States is joining with the world to supply aid where it reaches people” uma retomada dos sentidos de união em prol do bem-estar da humanidade.

Vimos no item 1 deste capítulo, que Bush, ao assumir a responsabilidade pela segurança dos Estados Unidos, reafirma o compromisso firmado pelos fundadores da nação norte-americana. No trecho acima, essa responsabilidade é estendida a outras nações, a exemplo do já enunciado por outros presidentes, como John Kennedy:

To those people in the huts and villages of half the globe struggling to break the bonds of mass misery, *we pledge our best efforts to help them help themselves*, for whatever period is required (...) *If a free society cannot help the many who are poor, it cannot save the few who are rich.* (cf. Pronunciamento de posse de John F. Kennedy, 1960; grifo nosso)

Considerando que sem liberdade não há democracia, entendemos que na discursividade norte-americana os sentidos de liberdade e democracia fundem-se e constituem uma formação ideológica na qual os norte-americanos se inscrevem como guardiões da liberdade e, conseqüentemente, da democracia.

Além disso, por se filiar a sentidos voltados para o bem da humanidade, o sujeito norte-americano inscreve-se na formação discursiva como cidadão do mundo, o que o autoriza a intervir no destino político de outros países sob o argumento de que só a liberdade assegura o exercício da democracia.

If all these steps are taken, it will signal a new openness and accountability in Iraq. And it could open the prospect of the United Nations *helping to build a government that represents all Iraqis -- a government based on respect for human rights, economic liberty, and internationally supervised elections.* (Pronunciamento 5, p. 123-124 do Anexo; grifo nosso)

Levando em conta que os sistemas de governo são constituídos, geralmente, para conceder direitos uns aos outros, os Estados Unidos parecem ter sido o primeiro país a enunciar, explicitamente, que vida, liberdade e busca de felicidade são direitos inerentes ao homem e não somente benefícios que lhe são concedidos, estabelecendo, assim, um sistema de governo fundado na defesa dos direitos que seus cidadãos possuíam por natureza.

Todo o sistema de governo norte-americano foi concebido com o intuito de proteger os direitos individuais do ser humano. A Constituição estabelece uma divisão de

poderes, com Governos Municipal, Estadual e Federal, mas estes parecem ser apenas um meio de assegurar a concretização do objetivo maior: a defesa dos direitos individuais.

Governments are instituted among Men, deriving their just Powers from the Consent of the Governed, that *whenever any Form of Government becomes destructive of this Ends, it is the Right of the People to alter or to abolish it, and to institute a new Government*, laying its foundations on such principles, and organizing its powers in such forms, as to them shall seem most likely to effect their Safety and Happiness. (cf. Declaração de Independência, 1776; grifo nosso)

Assim, a nosso ver, no discurso fundador dos Estados Unidos encontramos a origem de uma formação discursiva na qual os norte-americanos se inscrevem enquanto defensores da democracia. Já vimos como as treze colônias se uniram contra os interesses da monarquia inglesa e lutaram em defesa de sua liberdade e pela conquista da democracia.

Mais de duzentos anos depois, esses sentidos são retomados com o objetivo de levar liberdade e democracia a outras partes do mundo.

*So it is the policy of the United States to seek and support the growth of democratic movements and institutions in every nation and culture, with the ultimate goal of ending tyranny in our world. (...) We do not accept the existence of permanent tyranny because we do not accept the possibility of permanent slavery. Liberty will come to those who love it. (...) The rulers of outlaw regimes can know that we still believe as Abraham Lincoln did: ‘Those who deny freedom to others deserve it not for themselves; and, under the rule of a just God, cannot long retain it.’* (Pronunciamento 12, p. 156-157 do Anexo; grifo nosso)

No trecho acima, Bush cita uma passagem de um pronunciamento de Abraham Lincoln. Para compreendermos melhor o significado dessa passagem, precisamos localizar o momento histórico em que Lincoln enuncia tais palavras.

Grande defensor do fim da escravidão nos Estados Unidos, Abraham Lincoln usou o poder a ele conferido pela posição de presidente dos Estados Unidos para libertar os escravos que ainda existiam no Sul durante a Guerra Civil. O trecho citado por Bush foi pronunciado nesse contexto, conforme comprova a transcrição integral do fragmento, disponível no *site* da Associação Abraham Lincoln:

This is a world of compensations; and he who would *be* no slave, must consent to *have* no slave. Those who deny freedom to others, deserve it not for themselves; and, under a just God can not long retain it. (cf. *The Collected Works of Abraham Lincoln*)

Diante do exposto, parece-nos que, ao retomar as palavras de Lincoln, Bush busca traçar um paralelo entre a luta daquele para libertar os escravos e sua luta para libertar os iraquianos da dominação de Saddam Hussein, tida como uma forma de escravidão, conforme ilustrado pela frase “we do not accept the possibility of permanent slavery”.

Na nossa opinião, as palavras de Lincoln sustentam a discursividade pela liberdade e eliminam a possibilidade de haver argumentos contrários ao cumprimento da missão de libertar o povo oprimido do Iraque, uma vez que se negar a cumprir essa missão é questionar os elementos constitutivos de uma formação ideológica que diz que os norte-americanos são um povo escolhido por Deus para povoar a terra.

*From the day of our Founding, we have proclaimed that every man and woman on this earth has rights, and dignity, and matchless value, because they bear the image of the Maker of Heaven and earth. Across the generations we have proclaimed the imperative of self-government, because no one is fit to be a master, and no one deserves to be a slave. Advancing these ideals is the mission that created our Nation. (Pronunciamento 12, p. 155-157 do Anexo; grifo nosso)*

Identificamos, na passagem acima, uma estreita relação entre religião e política. Uma vez que todo ser humano traz em si “a imagem do Criador”, é preciso destacar “a importância da autonomia, da independência”. Considerando que liberdade, igualdade e felicidade são direitos conferidos ao homem por Deus, parece-nos que a origem da democracia norte-americana é religiosa, situando-se nas colônias dos dissidentes protestantes que se dirigiram para a América nos séculos XVI e XVII.

Conforme abordado no Capítulo I, ao chegar à América, os primeiros colonos estabeleceram uma forma de governo baseada no senso comum. Considerando que as primeiras preocupações dos colonos estavam dirigidas a questões morais, buscaram na Bíblia a orientação necessária à solução de tais questões. Assim, pouco a pouco, as

preocupações religiosas transformaram-se em idéias políticas, razão pela qual documentos como a Declaração de Independência e a Constituição foram redigidos com base em princípios religiosos.

Observando os pronunciamentos de Bush, verificamos uma referência constante a Deus e a fé do povo norte-americano o que, a nosso ver, filia-se a uma formação ideológica cuja origem remete ao discurso fundador dos Estados Unidos. Tal constatação mobiliza-nos a identificar o que há de religioso num discurso que, *a priori*, é classificado como político e quais são os efeitos disso.

Orlandi (2003a), ao analisar o discurso religioso católico, coloca uma questão que acreditamos ser relevante para esse trabalho. Considerando que no discurso religioso fala a voz de Deus, há necessariamente um desnivelamento entre locutor e ouvinte, o qual caracteriza uma não-reversibilidade entre os lugares ocupados por ambos. Contudo, para que este discurso se sustente, é preciso uma ilusão de reversibilidade.

*we do know that God has placed us together in this moment, to grive together, to stand together, to serve each other and our country. And the duty we have been given – defending America and our freedom – is also a privilege we share. We're prepared for this journey. And our prayer tonight is that God will see us through, and keep us worthy.* (Pronunciamento 4, p. 119 do Anexo)

O primeiro aspecto que chama a atenção no fragmento acima é a retomada dos sentidos de união. Ao utilizar expressões como “grieve together”, “stand together” e “serve each other and our country”, Bush filia-se a uma discursividade que remete ao nascimento dos Estados Unidos como nação, conforme já discutido no item 1 deste capítulo.

Os sentidos de união podem ser identificados, ainda, no uso dos pronomes “we”, “us” e “our”. Ao utilizar a terceira pessoa do plural, Bush parece ocupar a posição de cidadão norte-americano, preocupado com o futuro da nação e compartilhando com os demais cidadãos as mesmas dúvidas e inquietações.

Por outro lado, vejamos o fragmento abaixo:

*the course of this nation does not depend on the decisions of others. Whatever action is required, whenever action is necessary,*

*I will defend the freedom and security of the American people.*  
(Pronunciamento 7, p. 133 do Anexo; grifo nosso)

No trecho acima, Bush toma para a si a responsabilidade pela segurança do país, reafirmando a autoridade que constitui a posição de presidente que ocupa. Concluimos, assim, que a forma-sujeito **Presidente dos Estados Unidos** permite a todo aquele que ocupa essa posição uma certa flexibilidade, de modo a ora igualar-se ao povo ora impor a autoridade inerente a tal posição.

A nosso ver, quando Bush fala na primeira pessoa do singular, como em “I will defend the freedom and security of the American people”, cria-se uma assimetria entre o sujeito que fala e seu ouvinte. Por outro lado, esse desnivelamento é mascarado à medida que Bush utiliza a terceira pessoa do plural, criando um efeito de aproximação do ouvinte e, conseqüentemente, a ilusão de reversibilidade necessária à obtenção do apoio da opinião pública em relação à invasão do Iraque.

*In Iraq, we’re serving the cause of liberty, and liberty is always worth fighting for. In Iraq, we’re serving the cause of peace, by promoting progress and hope in the Middle East, and as the alternative to stagnation and hatred and violence for export. In Iraq, we’re serving the cause of our own security, striking the terrorists where we find them, instead of waiting for them to strike us at home.* (Pronunciamento 11, p. 147 do Anexo; grifo nosso)

Se a liberdade é um bem supremo do homem, seus limites devem ser demarcados a todo momento. Considerando que toda lei é um ato de cerceamento da liberdade, delinear os limites da liberdade implica garantir a segurança, o bem-estar, a igualdade e todos os demais direitos do ser humano.

#### **Amendment I**

Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances. (cf. Constituição, 1788, grifo nosso)

A primeira emenda constitucional é evocada sempre que alguém vê ameaçado seu direito à liberdade. Sua importância se dá pelo fato de garantir ao cidadão a liberdade

de credo, de expressão e de imprensa, além do direito de se reunir e exigir do Governo reparo de danos. Por ter uma redação que admite diferentes interpretações, essa emenda é utilizada constantemente para dar suporte a diferentes causas como a das feministas, dos negros e dos homossexuais, para citar apenas algumas.

O célebre discurso *I have a dream*, de Martin Luther King Jr., é um grande exemplo disso:

When the architects of our republic wrote the magnificent words of the Constitution and the Declaration of Independence, they were signing a promissory note to which every American was to fall heir. *This note was a promise that all men – yes, black men as well as white men – would be guaranteed the unalienable rights of life, liberty, and the pursuit of happiness.* (cf. Martin Luther King Jr., *I have a dream*, 1963; grifo nosso)

No Capítulo I, vimos que os fundadores dos Estados Unidos são pais não de toda a nação, mas apenas da parte WASP - white anglo-saxon protestant (branco, anglo-saxão, protestante). Assim, embora a Constituição dos Estados Unidos garanta, na primeira emenda, o direito à liberdade, poderíamos pensar que esse direito é reservado apenas aos homens brancos.

No entanto, à medida que esses sentidos circulam na discursividade norte-americana, produzem novos efeitos e dão origem a uma formação discursiva segundo a qual a liberdade é direito de todos, inclusive dos negros.

And this afternoon, I have a message for the Iraqi people: You will not have to fear the rule of Saddam Hussein ever again. All Iraqis who take the side of freedom have taken the winning side. *The goals of our coalition are the same as your goals -- sovereignty for your country, dignity for your great culture, and for every Iraqi citizen, the opportunity for a better life.* (Pronunciamento 10, p. 144 do Anexo)

Ao assumir a causa da liberdade e da paz, Bush está retomando os sentidos instaurados pelo discurso fundador dos Estados Unidos, revelando sua filiação a essa formação discursiva, ou seja, se a liberdade é para todos, logo o povo iraquiano também tem direito a ela. Ao garantir aos iraquianos “the dignity for your great culture” e “the

opportunity for a better life”, Bush parece estar difundindo o sonho americano a outras partes do mundo.

Quando as tropas norte-americanas e aliadas iniciaram a ocupação do Iraque, em março de 2003, definiu-se um prazo para a devolução do país ao povo iraquiano. Assim, em 28 de julho de 2004, Bush comunica a transferência da soberania iraquiana:

*After decades of brutal rule by a terror regime, the Iraqi people have their country back. This is a day of great hope for Iraqis, and a day that terrorist enemies hoped never to see. (...) their bombs and attacks have not prevented Iraqi sovereignty, and they will not prevent Iraqi democracy. (...) Iraq today still has many challenges to overcome -- we recognize that. But it is a world away from the tormented, exhausted and isolated country we found last year. Now the transfer of sovereignty begins a new phase in Iraq's progress toward full democracy. Together, with the Iraqi government, we're moving forward on every element of our five-part plan for Iraqi self-government. (Pronunciamento 11, p. 146-147 do Anexo)*

Se, conforme já adiantado, não é possível haver democracia sem liberdade, a evidência dos sentidos coloca a devolução do Iraque ao povo como uma celebração da democracia, a qual inaugura uma nova fase na história do Iraque. No entanto, a nosso ver, há um apagamento dos sentidos que apontam para a política expansionista dos Estados Unidos.

Os primeiros anos após a independência foram marcados pela preocupação com uma possível tentativa da Inglaterra de recuperar suas ex-colônias. Assim, passou-se a difundir a idéia de que o povo norte-americano precisava ocupar o território conquistado, dando início ao movimento expansionista, cujas idéias apoiaram-se no senso comum e na convicção de que ocupar a terra e expandir as fronteiras eram a vontade de Deus.

No fragmento acima, Bush diz que a restauração da soberania iraquiana é parte de um “plano de cinco etapas para a independência do Iraque”, o qual será executado “juntamente com o governo iraquiano”. Desse modo, embora o Iraque tenha sido devolvido ao povo, os Estados Unidos não desocuparão a região, o que, a nosso ver, revela a intenção norte-americana de manter uma política intervencionista no Iraque.

Assim, concluímos que, apoiado numa discursividade filiada a sentidos de paz, liberdade e democracia, Bush apaga os sentidos que revelariam as intenções expansionistas dos Estados Unidos, de modo a confirmar o imperialismo norte-americano.

Considerando que no discurso religioso fala a voz de Deus, é relevante refletir sobre o que acontece quando Bush mobiliza esse discurso em função do político. Para tanto, é preciso fazer referência à questão da autonomia no discurso (cf. Orlandi, 2003a).

Segundo a autora, o grau de autonomia existente entre o locutor e a voz que fala nele pode variar dependendo do tipo de discurso. No discurso político, por exemplo, a autonomia é muito maior que no discurso religioso, uma vez que neste não se pode modificar a voz de Deus ao passo que naquele é possível inventar a voz do povo da forma que for mais conveniente.

we have been more than patient. We've tried sanctions. We've tried the carrot of oil for food, and the stick of coalition military strikes. But *Saddam Hussein has defied all these efforts and continues to develop weapons of mass destruction*. The first time we may be completely certain he has a -- nuclear weapons is when, *God forbids*, he uses one. We owe it to all our citizens to do everything in our power to prevent that day from coming. (Pronunciamento 5, p. 123 do Anexo; grifo nosso)

Observando o fragmento acima e considerando que o compromisso de Bush é com o político e não com o religioso, entendemos que ele se apropria do discurso religioso como melhor lhe convém e o faz da posição que o autoriza, que o legitima, a de presidente dos Estados Unidos, o que, a nosso ver, reafirma o poder e a hegemonia norte-americana.

We come to Iraq with respect to its citizens, for their great civilization and for the religious faiths they practice. *We have no ambition in Iraq, except to remove a threat and restore control of that country to its own people*. (Pronunciamento 10, p. 143 do Anexo)

A formação discursiva na qual se inscrevem os pronunciamentos de Bush está filiada a sentidos que diz que o povo é bom. Logo, é preciso respeitar o povo iraquiano, suas crenças e seus valores. Por outro lado, essa mesma formação discursiva instaura

sentidos que constroem a imagem do povo iraquiano como vítima da ditadura de Saddam Hussein.

Com efeito, o padre, pelo poder a ele investido pela Igreja, pode declarar a união de duas pessoas, absolver dos pecados, abençoar, entre outros. Bush, por analogia, investido do poder e da autoridade a ele conferidos por ocupar a posição de Presidente, pode determinar a remoção de uma ameaça e restaurar a soberania de um país.

Considerando que, conforme já adiantado, houve todo um trabalho de formulações para construir a imagem demonizada de Saddam Hussein, sua condenação em 2006 foi considerada uma vitória da “jovem democracia iraquiana”.

Today, Saddam Hussein was convicted and sentenced to death by the Iraqi High Tribunal for the massacres committed by his regime in the town of Dujayl. Saddam Hussein's trial is a milestone in the Iraqi people's efforts to replace the rule of a tyrant with the rule of law – *it's a major achievement for Iraq's young democracy and its constitutional government*. (Pronunciamento 14, p. 161 do Anexo)

Saddam Hussein foi julgado e condenado pelo massacre de 148 xiitas na cidade de Dujail. Praticamente nada foi dito em relação às guerras contra o Irã e o Kuwait, que resultaram na morte de muito mais pessoas. Contudo, pouco mais de um mês depois de sua condenação, o ex-líder iraquiano foi enforcado.

*Today, Saddam Hussein was executed after receiving a fair trial -- the kind of justice he denied the victims of his brutal regime. (...)* Saddam Hussein's execution comes at the end of a difficult year for the Iraqi people and for our troops. Bringing Saddam Hussein to justice will not end the violence in Iraq, but *it is an important milestone on Iraq's course to becoming a democracy that can govern, sustain, and defend itself, and be an ally in the War on Terror*. (Pronunciamento 15, p. 163 do Anexo)

Bush fala da execução de Saddam como um ato de justiça. Esperava-se que a morte de Saddam Hussein colocasse fim à tirania em prol de uma sociedade livre. No entanto, os acontecimentos daquele dia mostraram que a realidade iraquiana está longe do cenário imaginado pelo Governo Bush.

De qualquer forma, a maneira de ser do presidente norte-americano foi de grande importância no desenrolar dos fatos, como discutiremos a seguir.

#### **d) A caracterização do *ethos* nos pronunciamentos de George W. Bush**

A queda do comunismo e, conseqüentemente, o fim da Guerra Fria reafirmaram os Estados Unidos como a maior e, provavelmente, a única nação imperialista no mundo ocidental. Pela primeira vez em muitos anos, os Estados Unidos pareciam não ter mais um grande inimigo ameaçando sua segurança.

Nesse contexto, aos 20 de janeiro de 2001, George W. Bush passou a ser o 43º presidente a ocupar a Casa Branca, exercendo atualmente o segundo mandato. De acordo com a biografia disponível no *site* da Casa Branca, desde que tomou posse, Bush “has worked with the Congress to create an ownership society and build a future of *security*, *prosperity*, and *opportunity* for all Americans.” (grifo nosso)

O enunciado acima, a nosso ver, constrói um *ethos* compatível com a formação discursiva em que estão inscritos os pronunciamentos de Bush, uma vez que retoma e reafirma os valores e ideais instaurados pelo discurso fundador dos Estados Unidos, conforme já discutimos nos itens anteriores deste capítulo.

Ocorre que, no início do primeiro mandato, a opinião pública não estava tão otimista. Ainda sofrendo os efeitos de uma eleição conturbada, com um resultado duvidoso<sup>10</sup>, o presidente norte-americano não inspirava tanta credibilidade.

Ele era um político dado a gafes, tido como despreparado do ponto de vista cultural. Sua visão de mundo era ridicularizada pela alta dose de provincianismo exibida pelo jovem presidente. Bush havia sido eleito por uma margem mínima de votos. Imagina-se que iria, quando muito, imprimir uma pequena correção à direita nos rumos da administração americana, limpar a sujeira ética legada por Bill Clinton e tocar o imenso transatlântico americano. (*Veja*, 2002: 38)

Márcio Aith, correspondente da Folha de São Paulo em Washington, conta algumas dessas “gafes”:

Em novembro de 1999, uma armadilha preparada por um jornalista revelou que George W. Bush, então governador do Texas e candidato à Presidência dos EUA, não sabia os nomes dos líderes da Índia, Paquistão e Tchetchênia. Quatro meses depois, um

---

<sup>10</sup> Nas eleições de 2000 para a presidência dos Estados Unidos, após uma série de recontagem dos votos, a decisão acerca da vitória de Bush sobre Al Gore, vice-presidente na gestão Clinton, foi tomada pela Suprema Corte, deixando dúvidas sobre a legitimidade do atual presidente.

comediante canadense fingindo ser repórter enganou Bush ao dizer que o candidato havia sido elogiado pelo premiê canadense “Jean Poutine”. Bush agradeceu, concluindo que o premiê compreendera suas propostas. Na verdade, o primeiro-ministro do Canadá é Jean Chrétien, e Poutine, o nome de um prato típico da Província canadense de Quebec. (*Folha de S. Paulo*, 2002)

Tais eventos ilustram bem o que Maingueneau (2005) comenta sobre as representações que o público constrói do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale. No caso de Bush, o fato de ele ter sido eleito com menos votos populares que qualquer outro presidente, gerou grandes controvérsias no início de seu primeiro mandato, o que foi amplamente veiculado na mídia.

The question isn't merely how President Bush will govern, but *whether he'll be able to govern at all*. He won, but does he have the wherewithal – and the running room – to rise above the carnage of winning? Bush rides to Washington weaker than Superman in a Suburban full of kryptonite – all name and no mandate. (...) 29 percent of voters in the Newsweek Poll *regard him as illegitimate, his victory the result of an outrageous judicial fiat*. (*Newsweek*, 2001: 23; grifo nosso)

No entanto, este cenário mudou drasticamente na manhã de 11 de setembro de 2001, encerrando abruptamente a Era pós-Guerra Fria. Do dia para a noite, ataques terroristas comandados por um inimigo até então desconhecido mostraram que os Estados Unidos não estavam imunes às ameaças externas.

Os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono, símbolos financeiro e governamental do país, respectivamente, transformaram o cenário político internacional e exigiram que os Estados Unidos assumissem uma nova postura. Assim, em resposta a tais ataques, Bush propôs substituir a estratégia de contenção pela de realização de ataques preventivos, liderando uma das maiores mudanças na política externa norte-americana desde o início da Guerra Fria.

Desse modo, nos meses que se seguiram aos ataques, os Estados Unidos uniram-se à oposição afegã e venceram o regime Talibã que governava o Afeganistão. Embora Osama Bin Laden não tenha sido capturado, a reação ao “novo” Bush foi imediata. De

repente, as controvérsias sobre o resultado das eleições, as gafes e a capacidade de governar tornaram-se fatos do passado, quase associados a outra pessoa e não a Bush.

Nessa época, o presidente norte-americano já contava com um dos mais altos índices de apoio popular na história dos Estados Unidos. Com a aprovação de 65% dos norte-americanos (cf. *Veja*, 2002:40), Bush tornou-se figura central no mundo pós-11 de setembro.

George W. Bush reagiu rápido e reagiu bem por ocasião dos atentados terroristas de 11 de setembro. E, além de tudo isso, ele revestiu sua ira com o tom dramático correto. Estava chocado, revoltado e queria vingança, e nisso os americanos e boa parte da opinião pública mundial o seguiram. (*Veja*, 2002: 40)

Considerando que há, no imaginário popular, a crença de que o governante deve ser firme e seguro, podemos dizer que a maneira de dizer de Bush revela um tom assertivo que, por sua vez, produz um *ethos* que legitima o que é dito. Com efeito, ao declarar que o melhor caminho para combater o terrorismo é a propagação da democracia e da liberdade, Bush revela um *ethos* democrático que culminou na adesão imediata não só do público, como já apontado, mas também das maiores organizações internacionais.

Em 28 de setembro de 2001, o Conselho de Segurança da ONU adotou a Resolução 1373 que, entre outras coisas, determina que o terrorismo é inaceitável e ilegal e deve ser combatido. Em resumo, a Resolução exige que os países criminalizem atividades terroristas, congelem fundos e ativos financeiros de terroristas e seus colaboradores, impeçam outras pessoas ou entidades de disponibilizarem fundos a terroristas e neguem refúgio a terroristas.

No mesmo dia, Lord Robertson, Secretário-Geral da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, declarou:

Throughout the past century, the United States has supported Europe in its time of need. Now the United States has been dealt a brutal blow. Today, America's Allies are with her, in her time of need. The US can count on its 18 NATO Allies for assistance and support, to deal with the immediate effects of this crisis. NATO members have already offered emergency assistance to US authorities, wherever they can help. Even as we express our profound sympathy, and try to help the many, many victims of this

tragedy, we must also assist the United States in finding and punishing the culprits. That is why NATO's members agreed that, if it is determined that this attack was directed from abroad against the United States, it shall be regarded as an action covered by Article 5 of the Washington Treaty, which states that an attack against one or more Allies shall be considered an attack against them all.

A declaração de Lord Robertson é de extrema importância, pois desde que a OTAN foi estabelecida, em 1949, esta foi a primeira vez na história da Aliança que o Artigo 5 foi invocado.

No âmbito nacional, o apoio do Congresso norte-americano veio em 02 de outubro de 2002, quando foi aprovada uma Resolução autorizando o presidente a usar as Forças Armadas contra o Iraque:

AUTHORIZATION. The President is authorized to use the Armed Forces of the United States as he determines to be necessary and appropriate in order to (1) defend the national security of the United States against the continuing threat posed by Iraq; and (2) enforce all relevant United Nations Security Council Resolution regarding Iraq. (cf. Resolução Conjunta *Authorization for the Use of Military Force Against Iraq*, 2002)

Além disso, em janeiro de 2003, durante o discurso anual feito ao Congresso sobre o estado da União [*The State of the Union*], Bush enumerou todas as razões que justificavam uma guerra com o Iraque, independente de uma Resolução da ONU. Assim, se antes apenas 47% dos americanos apoiavam a invasão do Iraque sem autorização da ONU, tal discurso garantiu-lhe um índice de aprovação de 67% (cf. *Veja*, 2003: 63). Cerca de dois meses depois, começava, oficialmente, a guerra Estados Unidos *versus* Iraque.

No que tange à repercussão na mídia, é importante destacar como a imprensa norte-americana reagiu diante da iminência de uma nova guerra envolvendo Estados Unidos e Iraque.

Dias antes do anúncio oficial do início da guerra, a revista americana *Newsweek* publicou uma reportagem especial sobre a trajetória de George W. Bush até a presidência. O primeiro parágrafo do texto descreve uma típica manhã na vida de Bush:

George W. Bush rises ahead of the dawn most days, when the loudest sound outside the White House is the dull, distant roar of F-16s patrolling the skies. Even before he brings his wife, Laura, a morning cup of coffee, he goes off to a quiet place to read alone. His text isn't news summaries or the overnight intelligence dispatches. Those are for later, downstairs, in the Oval Office. It's not recreational reading (...) Instead, he's told friends, it's a book of evangelical minisermos, "My Utmost for His Highest." (Fineman, 2003a: 8)

Privilegiando não a figura pública, mas o homem George W. Bush, o artigo revela detalhes de sua vida pessoal, como a juventude no Texas e os problemas familiares causados pelo alcoolismo:

"Georgie" was a dutiful son and churchgoer. Years later, in an excess of spin, his mother claimed that he'd always shown an interest in reading the Bible. (...) But he was a drinker, and a serious one (...) He could be a famously obnoxious at parties, and, worse, a bore to his patient wife. The birth of his twin daughters in 1982 brought him joy. But, friends say, Laura grew increasingly fed up with his drinking. (...) Bush found in Bible study an equivalent mental and spiritual discipline, which he would soon need to steel himself for his main challenge in life to that point: to quit drinking (Fineman, 2003a: 11-13).

Durante uma visita a Nashville, em 2003, Bush encontrou-se com membros da pastoral e declarou: "I would not be president today (...) if I hadn't stopped drinking 17 years ago. And I could only do that with the grace of God". (Fineman, 2003a: 10).

Além disso, funcionários falam da atmosfera de paz que envolve a Casa Branca.

The atmosphere inside the White House (...) is suffused with an aura of prayerfulness. There have always been Bible-study groups there (...) The president is known to welcome questions about faith that staffers sometimes have the nerve to share with him. But he's not the kind to initiate granular debates about theology. (Fineman, 2003a: 15)

Ao que consta, nunca um presidente fez tanta referência a passagens bíblicas e invocou o nome de Deus como Bush. Segundo David Frum, ex-redator dos pronunciamentos do presidente,

the language of good and evil came about naturally (...) From the first, said Frum, the president used the term “evildoers” to describe the terrorists because some commentators were wondering aloud whether the United States in some way deserved the attack visited upon it on September 11, 2001. “He wanted to cut that off right away,” said Frum, “and make it clear that he saw absolutely *no* moral equivalence. So he reached right into the Psalms for that word.” (Fineman, 2003a: 15).

Michael Gerson, que também foi redator dos pronunciamentos de Bush, formou-se em Wheaton College, considerada a Harvard evangélica, e foi escolhido para ocupar o cargo por duas razões:

Gerson understood Bush’s compassionate conservatism. More important, he had a gift for expressing it in stately, lilting language that could appeal, simultaneously, to born-again and to secular boomers searching for a lost sense of uplift in public life. (Fineman, 2003a: 14)

Diante de tamanhos detalhes sobre a elaboração dos discursos de Bush, o comentário de Chomsky (2004: 113) parece-nos apropriado e interessante em virtude de apresentar uma visão mais crítica:

Os especialistas em relações públicas e os redatores de discursos criaram para George W. Bush a imagem de um homem simples, em comunicação direta com o céu, confiante em sua “intuição” enquanto seguia em frente na campanha de “livrar o mundo dos malfeitores”, contemplando suas “visões” e “sonhos”, uma caricatura de velhos épicos e histórias da carochinha misturados à ficção do gênero faroeste.

Todo o esforço por retratar George W. Bush como um homem apegado aos valores e preceitos religiosos ilustra uma tradição tipicamente norte-americana. Já vimos, a religião é parte essencial da história americana, desde sua colonização pela coroa inglesa.<sup>11</sup>

O escritor inglês G. K. Chesterton chamou os Estados Unidos de “nation with the soul of a church” (cf. Fineman, 2003a: 11), evidenciando, mais uma vez, a importância da religião na vida dos norte-americanos.

---

<sup>11</sup> Para mais detalhes, ver Capítulo I.

No entanto, há aqueles que acreditam que a mensagem não esteja sendo bem compreendida. É o caso de Martin E. Marty, professor da Universidade de Chicago, ministro da Igreja Luterana e ex-presidente da Associação Histórico Catolicista Americana, que, em artigo publicado na revista *Newsweek* (2003b: 16), afirma que “the problem isn’t with Bush’s sincerity, but with his evident conviction that he’s doing God’s will”.

Como acadêmico e teólogo, Marty (2003b: 17) faz a seguinte advertência:

Christian theologians are wary when Bush uses the words of Jesus to draw neat lines and challenge the whole rest of the world: if you are not for us, or with us, you are against us. Without question, belief in American democracy as one of God’s blessing is part of the move against Iraq. But, as theologians in number of faiths remind us, the demonization of the enemy – an “us” and “them” mentality – can inhibit self-examination and repentant action, critical components of any faith.

Ao mencionar o Presidente Abraham Lincoln e sua atitude diante da aplicação dos princípios religiosos, o Professor Marty conclui que

in other desperate times Lincoln had to seek Almighty guidance for what he called this “almost chosen people.” That president accompanied his seeking with a theological affirmation too rarely heard now: “The Almighty has His own purposes.” These purposes may not always match our own, even if we are called to highest office. Awareness of this might bring the nation and its political and religious leaders alike under judgment as we pursue, by our best lights, responsible action. (Marty, 2003b: 17)

Além da religião, um outro aspecto muito importante é a democracia. Bush invadiu o Iraque argumentando que “*é preciso democratizá-los*”. No discurso de posse do segundo mandato, o presidente norte-americano afirmou que os Estados Unidos buscam e apóiam o crescimento dos movimentos e das instituições democráticas em todas as nações e culturas, tudo com a finalidade de pôr um fim à tirania no mundo.

Ao comentar o discurso de posse de Bush, SCHELP (2005a: 59) chega a compará-lo ao de John Kennedy:

Nos Estados Unidos, o pronunciamento de John F. Kennedy, em 1961 (...) é considerado a obra-prima do gênero, tanto em estilo quanto em conteúdo. O discurso de 1961 serviu claramente de

modelo para a fala de George W. Bush (...) Já na primeira frase, Kennedy ressalva sua eleição não como uma vitória partidária, mas, sim, como a "celebração da liberdade". Mais adiante, ele assegura a disposição de "pagar qualquer preço, arcar com o fardo e o sofrimento" para "apoiar qualquer amigo, se opor a qualquer inimigo, de forma a garantir a sobrevivência e o sucesso da liberdade". O presidente atual adota o mesmo mote, a defesa da democracia em escala global, mas com um fervor messiânico que não passaria pela cabeça de Kennedy. Em 21 minutos, Bush repetiu 42 vezes a expressão "liberdade". Se martela nessa tecla é porque acredita que a busca por liberdade é uma verdade universal, com raízes na natureza humana e inspirada por Deus. Sua ambição é fazer dos Estados Unidos a força por trás da democratização do mundo.

A insistência de Bush em levar a democracia a todas as partes do mundo parece estar surtindo efeitos no mundo árabe. Ao menos foi a impressão da editora executiva Vilma Gryzinski durante uma visita ao Oriente Médio em março de 2005.

Embora inéditas, essas cenas não significam que o Oriente Médio esteja ingressando em peso numa era democrática, que a opinião pública árabe – a voz das ruas, sempre tão antiamericana – tenha mudado dramaticamente ou que George Bush esteja a caminho de se tornar uma figura popular – bem, talvez só um pouquinho, em alguns lugares específicos, onde a intervenção dos Estados Unidos é vista como benéfica. Tampouco se supõe que o governo americano tenha se tornado um modelo de altruísmo, disposto a espalhar a mensagem democrática em nome da confraternização universal.

.....  
Numa parte do mundo que habitualmente só produz notícias ruins, os resultados da mistura entre incentivos americanos aos movimentos pró-democracia e circunstâncias favoráveis parecem até bons demais para ser verdade. (GRYZINSKI, 2005c: 104)

Pelo relato acima, constatamos que os efeitos da ação norte-americana começam a ser sentidos, embora não possamos dizer se são positivos ou negativos, passageiros ou duradouros.

Decorridos mais de seis anos desde o 11 de setembro, a julgar pela intervenção no Afeganistão, a guerra com o Iraque, o julgamento e a execução de Saddam Hussein,

entre outros, Bush parece ter provado que não depende de ninguém, a não ser dele mesmo, para atingir seus objetivos.

Ao enfrentar a ONU e decidir invadir o Iraque mesmo sem uma Resolução que o apoiasse, Bush tornou evidentes as dificuldades enfrentadas pela Organização em lidar com os principais conflitos internacionais da atualidade, em especial aqueles ligados ao terrorismo. Isso dividiu as opiniões, originando dois grupos: um **pró-guerra**, liderado por Bush, que se sustenta na afirmação de que Saddam ignorou a ONU por mais de 10 anos; e outro **anti-guerra**, que afirma que os Estados Unidos desprezaram a ONU na decisão de atacar.

Diante de tal impasse, Kofi Annan, Secretário-geral da ONU, montou um comitê e encomendou um estudo para a reforma do sistema e dos procedimentos. Dentre as propostas do Secretário, destacamos a definição sugerida para o termo **terrorismo** - “qualquer ato de violência contra civis com o objetivo de intimidar governos, organizações ou povos” (cf. COSTAS, 2005b: 95).

O trabalho liderado por Annan deverá servir de base para a formulação de um tratado internacional de combate ao terrorismo. Assim, considerando que nem todos estão satisfeitos com a atuação do presidente Bush, uma reestruturação da ONU ajudará a transformá-la numa Organização mais forte, eficaz e atuante. Até lá, Bush continuará sua cruzada em nome da democracia, cujos resultados permanecem incertos, o que não nos impede de dizer que seus pronunciamentos conquistaram seu público, revelando um *ethos* que repercutiu na mídia de forma intensa, abrindo espaço para grandes discussões.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Iniciamos o trabalho com o objetivo de compreender o processo discursivo que legitimou a invasão e a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, em março de 2003. Para tanto, entendemos ser necessário compreender como o discurso fundador dos Estados Unidos instaurou efeitos de sentidos que circulam na discursividade norte-americana até hoje e foram retomados pelo presidente George W. Bush para justificar suas intenções de invadir o Iraque e, assim, confirmar a hegemonia política, econômica e militar dos Estados Unidos.

Verificamos que, ao longo da colonização inglesa na América, os relatos dos primeiros colonizadores construíram todo um imaginário em torno do Novo Mundo. Quando os imigrantes chegaram pela primeira vez na América, desembarcaram num lugar onde parecia haver recursos naturais ilimitados e imensas oportunidades de sucesso. Diferente do que acontecia na Europa, onde não havia mobilidade social (quem nascia pobre, morria pobre), o Novo Mundo configurou-se como **A Terra das Oportunidades**.

Assim, a combinação de crenças e valores de realização individual aliada à oferta abundante de recursos e oportunidades, deram origem a um novo conjunto de valores culturais e criaram para o sujeito norte-americano a imagem de um indivíduo corajoso e determinado.

Esses valores deram origem a um sistema de crenças, dentre os quais destacamos individualismo, patriotismo, confiança nas autoridades e nas instituições e valorização da religião, os quais constituem a ideologia nacional ou, como se costuma chamar, o *American Way of Life*.

A Declaração da Independência foi redigida com base nesses valores. Quando decidiram lutar pela sua independência da Inglaterra, os colonos buscaram na Bíblia os argumentos necessários à justificação de seus atos, focando a atenção nos direitos individuais concedidos ao homem por Deus, a saber, vida, liberdade e busca da felicidade.

As propostas da Doutrina Bush ganharam maior efeito de sentido à medida que a produção discursiva dos pronunciamentos do presidente Bush aturam sobre a memória discursiva de seus interlocutores, fazendo circular formações discursivas anteriormente enunciadas.

Assim, entendemos que a noção de memória discursiva determinou o que deveria e poderia ser retomado e atualizado no contexto dos pronunciamentos de Bush, de modo a recuperar e, simultaneamente, apagar o que deveria emergir do passado para então produzir novos efeitos de sentido.

Considerando que as formações discursivas que constituem a discursividade de um povo torna-se bem comum desse povo, entendemos que as formulações constitutivas da discursividade norte-americana estão sempre sujeitas a serem retomadas e re-significadas. A nosso ver, sempre que um sujeito acessar esse saber discursivo e, por meio de paráfrases, proceder aos apagamentos necessários ao deslocamento dos sentidos, poderá formular novos dizeres que, por sua vez, instaurarão os sentidos pertinentes à realização de seus objetivos enquanto enunciador.

Lembremos as premissas da Doutrina Bush: (1) proteger a nação contra os inimigos; (2) lançar ataques preventivos contra países ou grupos terroristas antes que eles ataquem os Estados Unidos ou seus aliados; e (3) proteger o mundo civilizado de grupos terroristas e da armas de destruição em massa, levando liberdade e democracia a todos.

O “novo” Bush disse que, em defesa da segurança da nação, iria invadir e bombardear o Iraque e, ao mesmo tempo, livrar o povo iraquiano do regime ditatorial de Saddam Hussein, levando liberdade e democracia.

A idéia, a princípio, absurda, teve a adesão de vários países, da OTAN, do Congresso norte-americano e da opinião pública. Ao inscrever-se numa formação discursiva filiada a sentidos centrados na defesa da vida, da segurança e da paz, entendemos que Bush aumenta a probabilidade de adesão à sua proposta, até porque refutá-la implicaria posicionar-se como contrário ao bem da humanidade e, conseqüentemente, pertencente ao “eixo do Mal”.

O não-dito, no entanto, revela que o presidente Bush viu nesse episódio a oportunidade de reorganizar o mercado mundial de energia, o qual tem o petróleo como produto principal. Considerando que os maiores produtores de petróleo do mundo estavam sob a égide de uma política contrária aos Estados Unidos, Bush não tinha outra alternativa, a não ser assumir uma postura bélica, mascarada num *ethos* democrático.

Um outro fato que vale a pena destacar diz respeito às eleições presidenciais. Bush pensava numa reeleição e uma derrota de Saddam Hussein serviria como marketing político.

Por fim, uma vitória no Iraque seria uma forma de divulgar o poder de decisão e interferência dos Estados Unidos na política internacional, confirmando a eficácia da nova estratégia de empreender guerras preventivas, o que também serviria como marketing político.

Diante desse panorama, podemos dizer que é muito fácil opor-se aos Estados Unidos, especialmente quando o líder é alguém polêmico e belicoso como Bush. No entanto, não podemos deixar de reconhecer a fascinação que essa nação desperta nas pessoas.

Amado por muitos e odiado por outros mais, os Estados Unidos foram fundados com base em crenças, valores e convicções que lhe permitiram ultrapassar todos os obstáculos e, em menos de duzentos anos, firmar-se como o país mais poderoso do mundo ocidental. Isso não aconteceu por acaso. De certo modo, o movimento dos Estados Unidos para constituir-se um império foi iniciado nos primeiros anos de seu nascimento como nação.

Os Estados Unidos já era um império, tanto em tamanho quanto na determinação de expandir seu território. Sabemos que a política expansionista nunca foi pacífica, havendo guerras com os índios e depois com os países vizinhos. No entanto, os norte-americanos mantiveram a crença de que são o povo escolhido por Deus para comandar o mundo e, assim, o movimento expansionista é apenas o cumprimento da vontade divina.

Bush, ao retomar essa memória discursiva, construiu para si a imagem de grande defensor dos valores da sociedade norte-americana e, desse modo, concretizou todos seus objetivos políticos.

Finalmente, após todo o percurso percorrido nesse trabalho, ainda fica uma questão: serão os norte-americanos capazes de resolver a contradição entre império e democracia?

## **BIBLIOGRAFIA**

## **Livros:**

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

\_\_\_\_\_. Observação sobre uma categoria: “Processo sem sujeito nem fim(s)”. In: *Posições I*. Rio de Janeiro: Graal, [1978?].

AMOSSY, Ruth (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

CHOMSKY, Noam. *O império americano: hegemonia ou sobrevivência*. São Paulo: Campus, 2004.

DEGLER, Carl N. *Out of our past: the forces that shaped modern America*. 2. ed. rev. New York: Harper & Row, 1970.

DUGAICH, Cibele Mara. *O marketing político americano da Guerra Fria: discurso, mistificação e mídia*. 254p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FUCHS, Catherine. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação?. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. nº 8. Campinas: Unicamp, 1985. p. 129-134.

HENRY, Paul. A história não existe?. In: ORLANDI, Eni P. (org). *Gestos de leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 29-53.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 13-36.

JOHNSON, Paul. *A history of the american people*. New York: HarperPerennial, 1999.

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: da colônia à independência*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

LEITE, Nina Virgínia de Araújo. *Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

ORLANDI, Eni P. *Terra à vista!/: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

\_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Funcionamento e discurso. In: *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003a. p. 115-133.

\_\_\_\_\_. Tipologia de discurso e regras conversacionais. In: *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003a. p. 149-175.

\_\_\_\_\_. Sobre tipologia de discurso. In: *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003a. p. 217-238.

\_\_\_\_\_. O discurso religioso. In: *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003a. p. 239-262.

\_\_\_\_\_. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003b.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine “A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975)”. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

SYRETT, Harold C. (org) *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

TINDALL, George B.; SHI, David E.. *America: a narrative story*. 5. ed. New York: W. W. Norton & Company, 2000.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1835/1998.

ZIZEK, S.. *Bem-vindo ao deserto do real: cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo, 2003.

### **Periódicos**

O dono do mundo. *Veja*. São Paulo, ano 35, n. 36, ed. 1.768, p. 38-41, 11 set. 2002.

FINEMAN, Howard. Bush and God. *Newsweek*. New York, vol. CXLI, n. 10, p. 8-15, 10 mar. 2003a.

MARTY, Martin E.. The sin of pride. *Newsweek*. New York, vol. CXLI, n. 10, p. 16-17, 10 mar. 2003b.

SCHELP, Diogo. Bush fala ao mundo... e o mundo responde. *Veja*. São Paulo, ano 38, n. 4. ed. 1.889, p. 58-63, 26 jan. 2005a.

COSTAS, Ruth. Com trinta anos de atraso. *Veja*. São Paulo, ano 38, n. 13. ed. 1.898, p. 94-95, 30 mar. 2005b.

GRYZINSKI, Vilma. O despertar árabe. *Veja*. São Paulo, ano 38, n. 13. ed. 1.898, p. 102-105, 30 mar. 2005c.

\_\_\_\_\_. A maré da democracia. *Veja*. São Paulo, ano 38, n. 13. ed. 1.898, p. 106-115, 30 mar. 2005d.

### **Documentos eletrônicos:**

AITH, Márcio. 11 de setembro: Bush se reinventou após ataques. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 2002. Disponível em <[www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u45057.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u45057.shtml)>. Acesso em 07 nov. 2007.

ZIZEK, Slavoj. Bem-vindo ao deserto do real. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais!, São Paulo, 2001. Disponível em <<http://atualaula.vilabol.uol.com.br/slavoj.htm>>. Acesso em 07 nov. 2005.

SITE OFICIAL DA CASA BRANCA. Disponível em <[www.whitehouse.gov](http://www.whitehouse.gov)>.

SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: *Biography of President George W. Bush*. [Biografia do presidente George W. Bush]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/president/gwbbio.html](http://www.whitehouse.gov/president/gwbbio.html)>. Acesso em: 27 dez. 2005.

SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: *Address to a Joint Session of Congress and the American People*. [Pronunciamento datado de 20.09.2001]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html)>. Acesso em: 26 dez. 2005.

SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: *Presidential letter on Iraq*. [Carta do Presidente à Câmara dos Deputados e ao Senado, datada de 30.07.2002]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2002/08/20020801-6.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/08/20020801-6.html)>. Acesso em: 27 dez. 2005.

SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: *President's remarks to the nation*. [Pronunciamento datado de 11.09.2002 em lembrança ao primeiro ano pós-11 de setembro]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020911-3.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020911-3.html)>. Acesso em: 27 dez. 2005.

SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: *President's remarks at the United Nations General Assembly*. [Pronunciamento datado de 12.09.2002 na sede da ONU]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020912-1.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020912-1.html)>. Acesso em: 27 dez. 2005.

SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: *Joint Resolution to Authorize the Use of United States Armed Forces*. [Resolução Conjunta autorizando o uso de força contra o Iraque]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2002/10/20021002-2.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/10/20021002-2.html)>. Acesso em: 27 dez. 2005.

SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: *President delivers "State of the Union"*. [Pronunciamento datado de 28.01.2003 sobre o Estado da União]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2003/01/20030129-19.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/01/20030129-19.html)>. Acesso em: 01 nov. 2006.

SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: *President says Saddam Hussein must leave Iraq within 48 hours*. [Pronunciamento datado de 17.03.2003 em que Saddam Hussein recebe um ultimado para deixar o Iraque em 48 horas]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030317-7.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030317-7.html)>. Acesso em: 28 out. 2005.

SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: *President Bush addresses the nation*. [Pronunciamento datado de 19.03.2003 anunciando o início da guerra com o Iraque]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030319-17.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030319-17.html)>. Acesso em: 28 out. 2005.

*SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: President Bush addresses nation on the capture of Saddam Hussein.* [Pronunciamento datado de 14.12.2003 sobre a captura de Saddam Hussein]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2003/12/20031214-3.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/12/20031214-3.html)>. Acesso em: 06 nov. 2006.

*SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: President Bush discusses early transfer of Iraqi sovereignty.* [Pronunciamento datado de 28.06.2004 o restabelecimento do controle ao Iraque]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2004/06/20040628-9.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2004/06/20040628-9.html)>. Acesso em: 06 nov. 2006.

*SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: President sworn-in to second term.* [Pronunciamento datado de 20.01.2005 em que Bush toma posse no segundo mandato]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2005/01/20050120-1.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2005/01/20050120-1.html)>. Acesso em: 19 jun. 2006.

*SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: President congratulates Iraqis on election.* [Pronunciamento datado de 30.01.2005 sobre as eleições no Iraque]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2005/01/20050130-2.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2005/01/20050130-2.html)>. Acesso em: 06 nov. 2006.

*SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: President's address to the nation.* [Pronunciamento datado de 11.09.2006 em lembrança aos cinco anos pós-11 de setembro]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2006/11/20060911-3.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2006/11/20060911-3.html)>. Acesso em: 06 nov. 2006.

*SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: President's statement on the Saddam Hussein verdict.* [Pronunciamento datado de 05.11.2006 sobre a condenação de Saddam Hussein]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2006/11/20061105-1.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2006/11/20061105-1.html)>. Acesso em: 06 nov. 2006.

*SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: President Bush's statement on execution of Saddam Hussein.* [Pronunciamento datado de 29.12.2006 sobre a execução de Saddam Hussein]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2006/12/20061229.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2006/12/20061229.html)>. Acesso em: 30 dez. 2006.

*SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: A decade of deception and defiance.* [Documento intitulado "Uma década de logro e rebeldia"]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/iraqdecade.pdf](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/iraqdecade.pdf)>. Acesso em: 27 dez. 2005.

*SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: National Security Strategy of the United States of America.* [Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020911-3.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020911-3.html)>. Acesso em: 27 dez. 2005.

*SITE OFICIAL DA CASA BRANCA: National Strategy for Combating Terrorism.* [Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo]. Disponível em <[www.whitehouse.gov/news/releases/2003/02/counter\\_terrorism/counter\\_terrorism\\_strategy.pdf](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/02/counter_terrorism/counter_terrorism_strategy.pdf)>. Acesso em: 27 dez. 2005.

*SITE OFICIAL DO DEPARTAMENTO DE ESTADO: National Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction.* [Estratégia Nacional de Combate às Armas de Destruição em Massa]. Disponível em <[www.state.gov/documents/organization/16092.pdf](http://www.state.gov/documents/organization/16092.pdf)>. Acesso em: 29 dez. 2005.

*SITE OFICIAL DO DEPARTAMENTO DE ESTADO: The Declaration of Independence.* [Declaração de Independência]. Disponível em <<http://usinfo.state.gov/usa/infousa/facts/funddocs/deceng.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2007.

*SITE OFICIAL DO DEPARTAMENTO DE ESTADO: The Constitution of the United States of America with explanatory notes.* [Constituição dos Estados Unidos]. Disponível em <<http://usinfo.state.gov/products/pubs/constitution/constitution.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2007.

*SITE OFICIAL DO DEPARTAMENTO DE ESTADO: I have a dream.* [Discurso de Martin Luther King Jr, 1960]. Disponível em <<http://usinfo.state.gov/usa/infousa/facts/democrac/38.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2007.

*SITE OFICIAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.* Disponível em <[www.un.org](http://www.un.org)>.

*SITE OFICIAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolution 1373.* Disponível em <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/557/43/PDF/N0155743.pdf?OpenElement>>. Acesso em 29 dez. 2005.

*SITE DO PARTIDO REPUBLICANO: The Republican Philosophy.* Disponível em <[www.meckgop.com/philosophy.html](http://www.meckgop.com/philosophy.html)>. Acesso em 23 abr. 2005.

*SITE OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO ABRAHAM LINCOLN.* Disponível em <<http://quod.lib.umich.edu/l/lincoln/>>. Acesso em 18 mar. 2007.

*SITE OFICIAL DA BIBLIOTECA E DO MUSEU JOHN F. KENNEDY* [Discurso de posse de Kennedy, 1961]. Disponível em <[www.jfklibrary.org](http://www.jfklibrary.org)>. Acesso em 01 out. 2007.

*SITE OFICIAL DA CNN. Hussein to Iraqis: forgive each other, reconcile.* Disponível em <[www.cnn.com/2006/WORLD/meast/11/07/anfal.saddam/index.html](http://www.cnn.com/2006/WORLD/meast/11/07/anfal.saddam/index.html)>. Acesso em 16 nov. 2006.

*SITE OFICIAL DA OTAN: Speech by the Secretary General of NATO, Lord Robertson, on the 50th Anniversary of NATO Defence College.* Disponível em <[www.nato.int/docu/speech/2001/s010928a.htm](http://www.nato.int/docu/speech/2001/s010928a.htm)>. Acesso em: 11 set. 2007.

*SITE OFICIAL DA EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS NO BRASIL: A Constituição dos Estados Unidos da América.* Disponível em <[www.embaixada-americana.org.br/index.php](http://www.embaixada-americana.org.br/index.php)>. Acesso em: 14 dez. 2006.

## **ANEXO**

### **Pronunciamentos selecionados para análise**

Pronunciamento 1 – *President Delivers State of the Union Address* [Pronunciamento datado de datado de 29.01.2002, na qual apresenta o estado da União].

Pronunciamento 2 – *President Bush Delivers Graduation Speech at West Point* [Pronunciamento datado de 01.06.2002, dirigido aos formandos da Academia Militar de West Point].

Pronunciamento 3 – *Presidential Letter on Iraq* [Carta do Presidente norte-americano à Câmara dos Deputados e ao Senado, datada de 30.07.2002].

Pronunciamento 4 - *President's Remarks to the Nation*. [Pronunciamento datado de 11.09.2002 em lembrança ao primeiro ano pós-11 de setembro].

Pronunciamento 5 - *President's Remarks at the United Nations General Assembly*. [Pronunciamento datado de 12.09.2002 na sede da ONU].

Pronunciamento 6 – *President Bush to Send Iraq Resolution to Congress Today* [Pronunciamento datado de 19.09.2002 sobre a Resolução encaminhada ao Congresso norte-americano]

Pronunciamento 7 - *President delivers "State of the Union"*. [Pronunciamento datado de 28.01.2003 sobre o Estado da União].

Pronunciamento 8 - *President says Saddam Hussein must leave Iraq within 48 hours*. [Pronunciamento datado de 17.03.2003 em que Saddam Hussein recebe um ultimado para deixar o Iraque em 48 horas].

Pronunciamento 9 - *President Bush addresses the nation*. [Pronunciamento datado de 19.03.2003 anunciando o início da guerra com o Iraque].

Pronunciamento 10 - *President Bush addresses nation on the capture of Saddam Hussein*. [Pronunciamento datado de 14.12.2003 sobre a captura de Saddam Hussein].

Pronunciamento 11 - *President Bush discusses early transfer of Iraqi sovereignty*. [Pronunciamento datado de 28.06.2004 o restabelecimento do controle ao Iraque].

Pronunciamento 12 - *President sworn-in to second term*. [Pronunciamento datado de 20.01.2005 em que Bush toma posse no segundo mandato].

Pronunciamento 13 - *President congratulates Iraqis on election*. [Pronunciamento datado de 30.01.2005 sobre as eleições no Iraque].

Pronunciamento 14 - *President's statement on the Saddam Hussein verdict.*  
[Pronunciamento datado de 05.11.2006 sobre a condenação de Saddam Hussein].

Pronunciamento 15 - *President Bush's statement on execution of Saddam Hussein.*  
[Pronunciamento datado de 29.12.2006 sobre a execução de Saddam Hussein].

## Pronunciamento 1



 [CLICK HERE TO PRINT](#)

For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
January 29, 2002

### President Delivers State of the Union Address

The President's State of the Union Address  
The United States Capitol  
Washington, D.C.

 [View the State of the Union](#) [View the State of the Union](#)  
 [Read about USA Freedom Corps](#)  
 [Go to the State of the Union web page](#)

9:15 P.M. EST

THE PRESIDENT: Thank you very much. Mr. Speaker, Vice President Cheney, members of Congress, distinguished guests, fellow citizens: As we gather tonight, our nation is at war, our economy is in recession, and the civilized world faces unprecedented dangers. Yet the state of our Union has never been stronger. (Applause.)

We last met in an hour of shock and suffering. In four short months, our nation has comforted the victims, begun to rebuild New York and the Pentagon, rallied a great coalition, captured, arrested, and rid the world of thousands of terrorists, destroyed Afghanistan's terrorist training camps, saved a people from starvation, and freed a country from brutal oppression. (Applause.)

The American flag flies again over our embassy in Kabul. Terrorists who once occupied Afghanistan now occupy cells at Guantanamo Bay. (Applause.) And terrorist leaders who urged followers to sacrifice their lives are running for their own. (Applause.)

America and Afghanistan are now allies against terror. We'll be partners in rebuilding that country. And this evening we welcome the distinguished interim leader of a liberated Afghanistan: Chairman Hamid Karzai. (Applause.)

The last time we met in this chamber, the mothers and daughters of Afghanistan were captives in their own homes, forbidden from working or going to school. Today women are free, and are part of Afghanistan's new government. And we welcome the new Minister of Women's Affairs, Doctor Sima Samar. (Applause.)

Our progress is a tribute to the spirit of the Afghan people, to the resolve of our coalition, and to the might of the United States military. (Applause.) When I called our troops into action, I did so with complete confidence in their courage and skill. And tonight, thanks to them, we are winning the war on terror. (Applause.) The man and women of our Armed Forces have delivered a message now clear to every enemy of the United States: Even 7,000 miles away, across oceans and continents, on mountaintops and in caves -- you will not escape the justice of this nation. (Applause.)

For many Americans, these four months have brought sorrow, and pain that will never completely go away. Every day a retired firefighter returns to Ground Zero, to feel closer to his two sons who died there. At a memorial in New York, a little boy left his football with a note for his lost father: Dear Daddy, please take this to heaven. I don't want to play football until I can play with you again some day.

Last month, at the grave of her husband, Michael, a CIA officer and Marine who died in Mazur-e-Sharif, Shannon Spann said these words of farewell: "Semper Fi, my love." Shannon is with us tonight. (Applause.)

Shannon, I assure you and all who have lost a loved one that our cause is just, and our country will never forget the debt we owe Michael and all who gave their lives for freedom.

Our cause is just, and it continues. **Our discoveries in Afghanistan confirmed our worst fears, and showed us the true scope of the task ahead.** We have seen the depth of our enemies' hatred in videos, where they laugh about the loss of innocent life. And the depth of their hatred is equaled by the madness of the destruction they design. We have found diagrams of American nuclear power plants and public water facilities, detailed instructions for making chemical weapons, surveillance maps of American cities, and thorough descriptions of landmarks in America and throughout the world.

What we have found in Afghanistan confirms that, far from ending there, our war against terror is only beginning. Most of the 19 men who hijacked planes on September the 11th were trained in Afghanistan's camps, and so were tens of thousands of others. Thousands of dangerous killers, schooled in the methods of murder, often supported by outlaw regimes, are now spread throughout the world like ticking time bombs, set to go off without warning.

Thanks to the work of our law enforcement officials and coalition partners, hundreds of terrorists have been arrested. Yet, tens of thousands of trained terrorists are still at large. These enemies view the entire world as a battlefield, and we must pursue them wherever they are. (Applause.) So long as training camps operate, so long as nations harbor terrorists, freedom is at risk. And America and our allies must not, and will not, allow it. (Applause.)

Our nation will continue to be steadfast and patient and persistent in the pursuit of two great objectives. First, we will shut down terrorist camps, disrupt terrorist plans, and bring terrorists to justice. And, second, we must prevent the terrorists and regimes who seek chemical, biological or nuclear weapons from threatening the United States and the world. (Applause.)

Our military has put the terror training camps of Afghanistan out of business, yet camps still exist in at least a dozen countries. A terrorist underworld -- including groups like Hamas, Hezbollah, Islamic Jihad, Jaish-i-Mohammed -- operates in remote jungles and deserts, and hides in the centers of large cities.

While the most visible military action is in Afghanistan, America is acting elsewhere. We now have troops in the Philippines, helping to train that country's armed forces to go after terrorist cells that have executed an American, and still hold hostages. Our soldiers, working with the Bosnian government, seized terrorists who were plotting to bomb our embassy. Our Navy is patrolling the coast of Africa to block the shipment of weapons and the establishment of terrorist camps in Somalia.

My hope is that all nations will heed our call, and eliminate the terrorist parasites who threaten their countries and our own. Many nations are acting forcefully. Pakistan is now cracking down on terror, and I admire the strong leadership of President Musharraf. (Applause.)

But some governments will be timid in the face of terror. And make no mistake about it: If they do not act, America will. (Applause.)

Our second goal is to prevent regimes that sponsor terror from threatening America or our friends and allies with weapons of mass destruction. Some of these regimes have been pretty quiet since September the 11th. But we know their true nature. North Korea is a regime arming with missiles and weapons of mass destruction, while starving its citizens.

Iran aggressively pursues these weapons and exports terror, while an unelected few repress the Iranian people's hope for freedom.

Iraq continues to flaunt its hostility toward America and to support terror. The Iraqi regime has plotted to develop anthrax, and nerve gas, and nuclear weapons for over a decade. This is a regime that has already used poison gas to murder thousands of its own citizens -- leaving the bodies of mothers huddled over their dead children. This is a regime that agreed to international inspections -- then kicked out the inspectors. This is a regime that has something to hide from the civilized world.

States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic.

We will work closely with our coalition to deny terrorists and their state sponsors the materials, technology, and expertise to make and deliver weapons of mass destruction. We will develop and deploy effective missile defenses to protect America and our allies from sudden attack. (Applause.) And all nations should know: America will do what is necessary to ensure our nation's security.

**We'll be deliberate, yet time is not on our side. I will not wait on events, while dangers gather. I will not stand by, as peril draws closer and closer. The United States of America will not permit the world's most dangerous regimes to threaten us with the world's most destructive weapons.** (Applause.)

Our war on terror is well begun, but it is only begun. This campaign may not be finished on our watch -- yet it must be and it will be waged on our watch.

We can't stop short. If we stop now -- leaving terror camps intact and terror states unchecked -- our sense of security would be false and temporary. History has called America and our allies to action, and it is both our responsibility and our privilege to fight freedom's fight. (Applause.)

Our first priority must always be the security of our nation, and that will be reflected in the budget I send to Congress. My budget supports three great goals for America: We will win this war; we'll protect our homeland; and we will revive our economy.

September the 11th brought out the best in America, and the best in this Congress. And I join the American people in applauding your unity and resolve. (Applause.) Now Americans deserve to

have this same spirit directed toward addressing problems here at home. I'm a proud member of my party -- yet as we act to win the war, protect our people, and create jobs in America, we must act, first and foremost, not as Republicans, not as Democrats, but as Americans. (Applause.)

It costs a lot to fight this war. We have spent more than a billion dollars a month -- over \$30 million a day -- and we must be prepared for future operations. Afghanistan proved that expensive precision weapons defeat the enemy and spare innocent lives, and we need more of them. We need to replace aging aircraft and make our military more agile, to put our troops anywhere in the world quickly and safely. Our men and women in uniform deserve the best weapons, the best equipment, the best training -- and they also deserve another pay raise. (Applause.)

My budget includes the largest increase in defense spending in two decades -- because while the price of freedom and security is high, it is never too high. Whatever it costs to defend our country, we will pay. (Applause.)

The next priority of my budget is to do everything possible to protect our citizens and strengthen our nation against the ongoing threat of another attack. Time and distance from the events of September the 11th will not make us safer unless we act on its lessons. America is no longer protected by vast oceans. We are protected from attack only by vigorous action abroad, and increased vigilance at home.

My budget nearly doubles funding for a sustained strategy of homeland security, focused on four key areas: bioterrorism, emergency response, airport and border security, and improved intelligence. We will develop vaccines to fight anthrax and other deadly diseases. We'll increase funding to help states and communities train and equip our heroic police and firefighters. (Applause.) We will improve intelligence collection and sharing, expand patrols at our borders, strengthen the security of air travel, and use technology to track the arrivals and departures of visitors to the United States. (Applause.)

Homeland security will make America not only stronger, but, in many ways, better. Knowledge gained from bioterrorism research will improve public health. Stronger police and fire departments will mean safer neighborhoods. Stricter border enforcement will help combat illegal drugs. (Applause.) And as government works to better secure our homeland, America will continue to depend on the eyes and ears of alert citizens.

A few days before Christmas, an airline flight attendant spotted a passenger lighting a match. The crew and passengers quickly subdued the man, who had been trained by al Qaeda and was armed with explosives. The people on that plane were alert and, as a result, likely saved nearly 200 lives. And tonight we welcome and thank flight attendants Hermis Moutardier and Christina Jones. (Applause.)

Once we have funded our national security and our homeland security, the final great priority of my budget is economic security for the American people. (Applause.) To achieve these great national objectives -- to win the war, protect the homeland, and revitalize our economy -- our budget will run a deficit that will be small and short-term, so long as Congress restrains spending and acts in a fiscally responsible manner. (Applause.) We have clear priorities and we must act at home with the same purpose and resolve we have shown overseas: We'll prevail in the war, and we will defeat this recession. (Applause.)

Americans who have lost their jobs need our help and I support extending unemployment benefits and direct assistance for health care coverage. (Applause.) Yet, American workers want more than

unemployment checks -- they want a steady paycheck. (Applause.) When America works, America prospers, so my economic security plan can be summed up in one word: jobs. (Applause.)

Good jobs begin with good schools, and here we've made a fine start. (Applause.) Republicans and Democrats worked together to achieve historic education reform so that no child is left behind.

I was proud to work with members of both parties: Chairman John Boehner and Congressman George Miller. (Applause.) Senator Judd Gregg. (Applause.) And I was so proud of our work, I even had nice things to say about my friend, Ted Kennedy. (Laughter and applause.) I know the folks at the Crawford coffee shop couldn't believe I'd say such a thing -- (laughter) -- but our work on this bill shows what is possible if we set aside posturing and focus on results. (Applause.)

There is more to do. We need to prepare our children to read and succeed in school with improved Head Start and early childhood development programs. (Applause.) We must upgrade our teacher colleges and teacher training and launch a major recruiting drive with a great goal for America: a quality teacher in every classroom. (Applause.)

Good jobs also depend on reliable and affordable energy. This Congress must act to encourage conservation, promote technology, build infrastructure, and it must act to increase energy production at home so America is less dependent on foreign oil. (Applause.)

Good jobs depend on expanded trade. Selling into new markets creates new jobs, so I ask Congress to finally approve trade promotion authority. (Applause.) On these two key issues, trade and energy, the House of Representatives has acted to create jobs, and I urge the Senate to pass this legislation. (Applause.)

Good jobs depend on sound tax policy. (Applause.) Last year, some in this hall thought my tax relief plan was too small; some thought it was too big. (Applause.) But when the checks arrived in the mail, most Americans thought tax relief was just about right. (Applause.) Congress listened to the people and responded by reducing tax rates, doubling the child credit, and ending the death tax. For the sake of long-term growth and to help Americans plan for the future, let's make these tax cuts permanent. (Applause.)

The way out of this recession, the way to create jobs, is to grow the economy by encouraging investment in factories and equipment, and by speeding up tax relief so people have more money to spend. For the sake of American workers, let's pass a stimulus package. (Applause.)

Good jobs must be the aim of welfare reform. As we reauthorize these important reforms, we must always remember the goal is to reduce dependency on government and offer every American the dignity of a job. (Applause.)

Americans know economic security can vanish in an instant without health security. I ask Congress to join me this year to enact a patients' bill of rights -- (applause) -- to give uninsured workers credits to help buy health coverage -- (applause) -- to approve an historic increase in the spending for veterans' health -- (applause) -- and to give seniors a sound and modern Medicare system that includes coverage for prescription drugs. (Applause.)

A good job should lead to security in retirement. I ask Congress to enact new safeguards for 401K and pension plans. (Applause.) Employees who have worked hard and saved all their lives should not have to risk losing everything if their company fails. (Applause.) Through stricter accounting standards and tougher disclosure requirements, corporate America must be made more accountable to employees and shareholders and held to the highest standards of conduct. (Applause.)

Retirement security also depends upon keeping the commitments of Social Security, and we will. We must make Social Security financially stable and allow personal retirement accounts for younger workers who choose them. (Applause.)

Members, you and I will work together in the months ahead on other issues: productive farm policy -- (applause) -- a cleaner environment -- (applause) -- broader home ownership, especially among minorities -- (applause) -- and ways to encourage the good work of charities and faith-based groups. (Applause.) I ask you to join me on these important domestic issues in the same spirit of cooperation we've applied to our war against terrorism. (Applause.)

During these last few months, I've been humbled and privileged to see the true character of this country in a time of testing. Our enemies believed America was weak and materialistic, that we would splinter in fear and selfishness. They were as wrong as they are evil. (Applause.)

The American people have responded magnificently, with courage and compassion, strength and resolve. As I have met the heroes, hugged the families, and looked into the tired faces of rescuers, I have stood in awe of the American people.

And I hope you will join me -- I hope you will join me in expressing thanks to one American for the strength and calm and comfort she brings to our nation in crisis, our First Lady, Laura Bush. (Applause.)

None of us would ever wish the evil that was done on September the 11th. Yet after America was attacked, it was as if our entire country looked into a mirror and saw our better selves. We were reminded that we are citizens, with obligations to each other, to our country, and to history. We began to think less of the goods we can accumulate, and more about the good we can do.

For too long our culture has said, "If it feels good, do it." Now America is embracing a new ethic and a new creed: "Let's roll." (Applause.) In the sacrifice of soldiers, the fierce brotherhood of firefighters, and the bravery and generosity of ordinary citizens, we have glimpsed what a new culture of responsibility could look like. We want to be a nation that serves goals larger than self. We've been offered a unique opportunity, and we must not let this moment pass. (Applause.)

My call tonight is for every American to commit at least two years -- 4,000 hours over the rest of your lifetime -- to the service of your neighbors and your nation. (Applause.) Many are already serving, and I thank you. If you aren't sure how to help, I've got a good place to start. To sustain and extend the best that has emerged in America, I invite you to join the new USA Freedom Corps. The Freedom Corps will focus on three areas of need: responding in case of crisis at home; rebuilding our communities; and extending American compassion throughout the world.

One purpose of the USA Freedom Corps will be homeland security. America needs retired doctors and nurses who can be mobilized in major emergencies; volunteers to help police and fire departments; transportation and utility workers well-trained in spotting danger.

Our country also needs citizens working to rebuild our communities. We need mentors to love children, especially children whose parents are in prison. And we need more talented teachers in troubled schools. USA Freedom Corps will expand and improve the good efforts of AmeriCorps and Senior Corps to recruit more than 200,000 new volunteers.

And America needs citizens to extend the compassion of our country to every part of the world. So we will renew the promise of the Peace Corps, double its volunteers over the next five years --

(applause) -- and ask it to join a new effort to encourage development and education and opportunity in the Islamic world. (Applause.)

This time of adversity offers a unique moment of opportunity -- a moment we must seize to change our culture. Through the gathering momentum of millions of acts of service and decency and kindness, I know we can overcome evil with greater good. (Applause.) And we have a great opportunity during this time of war to lead the world toward the values that will bring lasting peace.

All fathers and mothers, in all societies, want their children to be educated, and live free from poverty and violence. No people on Earth yearn to be oppressed, or aspire to servitude, or eagerly await the midnight knock of the secret police.

If anyone doubts this, let them look to Afghanistan, where the Islamic "street" greeted the fall of tyranny with song and celebration. Let the skeptics look to Islam's own rich history, with its centuries of learning, and tolerance and progress. America will lead by defending liberty and justice because they are right and true and unchanging for all people everywhere. (Applause.)

No nation owns these aspirations, and no nation is exempt from them. We have no intention of imposing our culture. But America will always stand firm for the non-negotiable demands of human dignity: the rule of law; limits on the power of the state; respect for women; private property; free speech; equal justice; and religious tolerance. (Applause.)

America will take the side of brave men and women who advocate these values around the world, including the Islamic world, because we have a greater objective than eliminating threats and containing resentment. We seek a just and peaceful world beyond the war on terror.

In this moment of opportunity, a common danger is erasing old rivalries. America is working with Russia and China and India, in ways we have never before, to achieve peace and prosperity. In every region, free markets and free trade and free societies are proving their power to lift lives. Together with friends and allies from Europe to Asia, and Africa to Latin America, we will demonstrate that the forces of terror cannot stop the momentum of freedom. (Applause.)

The last time I spoke here, I expressed the hope that life would return to normal. In some ways, it has. In others, it never will. Those of us who have lived through these challenging times have been changed by them. We've come to know truths that we will never question: evil is real, and it must be opposed. (Applause.) Beyond all differences of race or creed, we are one country, mourning together and facing danger together. Deep in the American character, there is honor, and it is stronger than cynicism. And many have discovered again that even in tragedy -- especially in tragedy -- God is near. (Applause.)

In a single instant, we realized that this will be a decisive decade in the history of liberty, that we've been called to a unique role in human events. Rarely has the world faced a choice more clear or consequential.

Our enemies send other people's children on missions of suicide and murder. They embrace tyranny and death as a cause and a creed. We stand for a different choice, made long ago, on the day of our founding. We affirm it again today. We choose freedom and the dignity of every life. (Applause.)

Steadfast in our purpose, we now press on. We have known freedom's price. We have shown freedom's power. And in this great conflict, my fellow Americans, we will see freedom's victory.

Thank you all. May God bless. (Applause.)

END 10:03 P.M. EST

---

Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>

## Pronunciamento 2



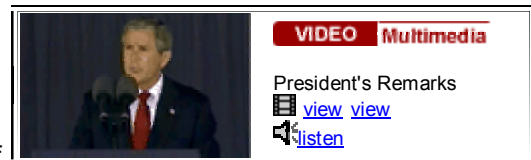
 [CLICK HERE TO PRINT](#)

For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
June 1, 2002

### President Bush Delivers Graduation Speech at West Point

United States Military Academy  
West Point, New York

9:13 A.M. EDT



THE PRESIDENT: Thank you very much, General Lennox. Mr. Secretary, Governor Pataki, members of the United States Congress, Academy staff and faculty, distinguished guests, proud family members, and graduates: I want to thank you for your welcome. Laura and I are especially honored to visit this great institution in your bicentennial year.

In every corner of America, the words "West Point" command immediate respect. This place where the Hudson River bends is more than a fine institution of learning. The United States Military Academy is the guardian of values that have shaped the soldiers who have shaped the history of the world.

A few of you have followed in the path of the perfect West Point graduate, Robert E. Lee, who never received a single demerit in four years. Some of you followed in the path of the imperfect graduate, Ulysses S. Grant, who had his fair share of demerits, and said the happiest day of his life was "the day I left West Point." (Laughter.) During my college years I guess you could say I was -- (laughter.) During my college years I guess you could say I was a Grant man. (Laughter.)

You walk in the tradition of Eisenhower and MacArthur, Patton and Bradley - the commanders who saved a civilization. And you walk in the tradition of second lieutenants who did the same, by fighting and dying on distant battlefields.

Graduates of this academy have brought creativity and courage to every field of endeavor. West Point produced the chief engineer of the Panama Canal, the mind behind the Manhattan Project, the first American to walk in space. This fine institution gave us the man they say invented baseball, and other young men over the years who perfected the game of football.

You know this, but many in America don't -- George C. Marshall, a VMI graduate, is said to have given this order: "I want an officer for a secret and dangerous mission. I want a West Point football player." (Applause.)

As you leave here today, I know there's one thing you'll never miss about this place: Being a plebe. (Applause.) But even a plebe at West Point is made to feel he or she has some standing in the world. (Laughter.) I'm told that plebes, when asked whom they outrank, are required to answer this: "Sir, the Superintendent's dog -- (laughter) -- the Commandant's cat, and all the admirals in the

whole damn Navy." (Applause.) I probably won't be sharing that with the Secretary of the Navy. (Laughter.)

West Point is guided by tradition, and in honor of the "Golden Children of the Corps," -- (applause) - I will observe one of the traditions you cherish most. As the Commander-in-Chief, I hereby grant amnesty to all cadets who are on restriction for minor conduct offenses. (Applause.) Those of you in the end zone might have cheered a little early. (Laughter.) Because, you see, I'm going to let General Lennox define exactly what "minor" means. (Laughter.)

Every West Point class is commissioned to the Armed Forces. Some West Point classes are also commissioned by history, to take part in a great new calling for their country. Speaking here to the class of 1942 -- six months after Pearl Harbor -- General Marshall said, "We're determined that before the sun sets on this terrible struggle, our flag will be recognized throughout the world as a symbol of freedom on the one hand, and of overwhelming power on the other." (Applause.)

Officers graduating that year helped fulfill that mission, defeating Japan and Germany, and then reconstructing those nations as allies. West Point graduates of the 1940s saw the rise of a deadly new challenge -- the challenge of imperial communism -- and opposed it from Korea to Berlin, to Vietnam, and in the Cold War, from beginning to end. And as the sun set on their struggle, many of those West Point officers lived to see a world transformed.

History has also issued its call to your generation. In your last year, America was attacked by a ruthless and resourceful enemy. You graduate from this Academy in a time of war, taking your place in an American military that is powerful and is honorable. Our war on terror is only begun, but in Afghanistan it was begun well. (Applause.)

I am proud of the men and women who have fought on my orders. America is profoundly grateful for all who serve the cause of freedom, and for all who have given their lives in its defense. This nation respects and trusts our military, and we are confident in your victories to come. (Applause.)

This war will take many turns we cannot predict. Yet I am certain of this: Wherever we carry it, the American flag will stand not only for our power, but for freedom. (Applause.) Our nation's cause has always been larger than our nation's defense. We fight, as we always fight, for a just peace -- a peace that favors human liberty. We will defend the peace against threats from terrorists and tyrants. We will preserve the peace by building good relations among the great powers. And we will extend the peace by encouraging free and open societies on every continent.

Building this just peace is America's opportunity, and America's duty. From this day forward, it is your challenge, as well, and we will meet this challenge together. (Applause.) You will wear the uniform of a great and unique country. America has no empire to extend or utopia to establish. We wish for others only what we wish for ourselves -- safety from violence, the rewards of liberty, and the hope for a better life.

In defending the peace, we face a threat with no precedent. Enemies in the past needed great armies and great industrial capabilities to endanger the American people and our nation. The attacks of September the 11th required a few hundred thousand dollars in the hands of a few dozen evil and deluded men. All of the chaos and suffering they caused came at much less than the cost of a single tank. The dangers have not passed. This government and the American people are on watch, we are ready, because we know the terrorists have more money and more men and more plans.

The gravest danger to freedom lies at the perilous crossroads of radicalism and technology. When the spread of chemical and biological and nuclear weapons, along with ballistic missile technology - when that occurs, even weak states and small groups could attain a catastrophic power to strike great nations. Our enemies have declared this very intention, and have been caught seeking these terrible weapons. They want the capability to blackmail us, or to harm us, or to harm our friends -- and we will oppose them with all our power. (Applause.)

For much of the last century, America's defense relied on the Cold War doctrines of deterrence and containment. In some cases, those strategies still apply. But new threats also require new thinking. Deterrence -- the promise of massive retaliation against nations -- means nothing against shadowy terrorist networks with no nation or citizens to defend. Containment is not possible when unbalanced dictators with weapons of mass destruction can deliver those weapons on missiles or secretly provide them to terrorist allies.

We cannot defend America and our friends by hoping for the best. We cannot put our faith in the word of tyrants, who solemnly sign non-proliferation treaties, and then systemically break them. If we wait for threats to fully materialize, we will have waited too long. (Applause.)

Homeland defense and missile defense are part of stronger security, and they're essential priorities for America. **Yet the war on terror will not be won on the defensive. We must take the battle to the enemy, disrupt his plans, and confront the worst threats before they emerge. (Applause.) In the world we have entered, the only path to safety is the path of action. And this nation will act.** (Applause.)

Our security will require the best intelligence, to reveal threats hidden in caves and growing in laboratories. Our security will require modernizing domestic agencies such as the FBI, so they're prepared to act, and act quickly, against danger. Our security will require transforming the military you will lead -- a military that must be ready to strike at a moment's notice in any dark corner of the world. And our security will require all Americans to be forward-looking and resolute, to be ready for preemptive action when necessary to defend our liberty and to defend our lives. (Applause.)

The work ahead is difficult. The choices we will face are complex. We must uncover terror cells in 60 or more countries, using every tool of finance, intelligence and law enforcement. Along with our friends and allies, we must oppose proliferation and confront regimes that sponsor terror, as each case requires. Some nations need military training to fight terror, and we'll provide it. Other nations oppose terror, but tolerate the hatred that leads to terror -- and that must change. (Applause.) We will send diplomats where they are needed, and we will send you, our soldiers, where you're needed. (Applause.)

All nations that decide for aggression and terror will pay a price. We will not leave the safety of America and the peace of the planet at the mercy of a few mad terrorists and tyrants. (Applause.) We will lift this dark threat from our country and from the world.

Because the war on terror will require resolve and patience, it will also require firm moral purpose. In this way our struggle is similar to the Cold War. Now, as then, our enemies are totalitarians, holding a creed of power with no place for human dignity. Now, as then, they seek to impose a joyless conformity, to control every life and all of life.

America confronted imperial communism in many different ways -- diplomatic, economic, and military. Yet moral clarity was essential to our victory in the Cold War. When leaders like John F. Kennedy and Ronald Reagan refused to gloss over the brutality of tyrants, they gave hope to prisoners and dissidents and exiles, and rallied free nations to a great cause.

Some worry that it is somehow undiplomatic or impolite to speak the language of right and wrong. I disagree. (Applause.) Different circumstances require different methods, but not different moralities. (Applause.) Moral truth is the same in every culture, in every time, and in every place. Targeting innocent civilians for murder is always and everywhere wrong. (Applause.) Brutality against women is always and everywhere wrong. (Applause.) There can be no neutrality between justice and cruelty, between the innocent and the guilty. We are in a conflict between good and evil, and America will call evil by its name. (Applause.) By confronting evil and lawless regimes, we do not create a problem, we reveal a problem. And we will lead the world in opposing it. (Applause.)

As we defend the peace, we also have an historic opportunity to preserve the peace. We have our best chance since the rise of the nation state in the 17th century to build a world where the great powers compete in peace instead of prepare for war. The history of the last century, in particular, was dominated by a series of destructive national rivalries that left battlefields and graveyards across the Earth. Germany fought France, the Axis fought the Allies, and then the East fought the West, in proxy wars and tense standoffs, against a backdrop of nuclear Armageddon.

Competition between great nations is inevitable, but armed conflict in our world is not. More and more, civilized nations find ourselves on the same side -- united by common dangers of terrorist violence and chaos. America has, and intends to keep, military strengths beyond challenge -- (applause) -- thereby, making the destabilizing arms races of other eras pointless, and limiting rivalries to trade and other pursuits of peace.

Today the great powers are also increasingly united by common values, instead of divided by conflicting ideologies. The United States, Japan and our Pacific friends, and now all of Europe, share a deep commitment to human freedom, embodied in strong alliances such as NATO. And the tide of liberty is rising in many other nations.

Generations of West Point officers planned and practiced for battles with Soviet Russia. I've just returned from a new Russia, now a country reaching toward democracy, and our partner in the war against terror. (Applause.) Even in China, leaders are discovering that economic freedom is the only lasting source of national wealth. In time, they will find that social and political freedom is the only true source of national greatness. (Applause.)

When the great powers share common values, we are better able to confront serious regional conflicts together, better able to cooperate in preventing the spread of violence or economic chaos. In the past, great power rivals took sides in difficult regional problems, making divisions deeper and more complicated. Today, from the Middle East to South Asia, we are gathering broad international coalitions to increase the pressure for peace. We must build strong and great power relations when times are good; to help manage crisis when times are bad. America needs partners to preserve the peace, and we will work with every nation that shares this noble goal. (Applause.)

And finally, America stands for more than the absence of war. We have a great opportunity to extend a just peace, by replacing poverty, repression, and resentment around the world with hope of a better day. Through most of history, poverty was persistent, inescapable, and almost universal. In the last few decades, we've seen nations from Chile to South Korea build modern economies and freer societies, lifting millions of people out of despair and want. And there's no mystery to this achievement.

The 20th century ended with a single surviving model of human progress, based on non-negotiable demands of human dignity, the rule of law, limits on the power of the state, respect for women and private property and free speech and equal justice and religious tolerance. America cannot impose this vision -- yet we can support and reward governments that make the right choices for their own

people. In our development aid, in our diplomatic efforts, in our international broadcasting, and in our educational assistance, the United States will promote moderation and tolerance and human rights. And we will defend the peace that makes all progress possible.

When it comes to the common rights and needs of men and women, there is no clash of civilizations. The requirements of freedom apply fully to Africa and Latin America and the entire Islamic world. The peoples of the Islamic nations want and deserve the same freedoms and opportunities as people in every nation. And their governments should listen to their hopes. (Applause.)

A truly strong nation will permit legal avenues of dissent for all groups that pursue their aspirations without violence. An advancing nation will pursue economic reform, to unleash the great entrepreneurial energy of its people. A thriving nation will respect the rights of women, because no society can prosper while denying opportunity to half its citizens. Mothers and fathers and children across the Islamic world, and all the world, share the same fears and aspirations. In poverty, they struggle. In tyranny, they suffer. And as we saw in Afghanistan, in liberation they celebrate. (Applause.)

America has a greater objective than controlling threats and containing resentment. We will work for a just and peaceful world beyond the war on terror.

The bicentennial class of West Point now enters this drama. With all in the United States Army, you will stand between your fellow citizens and grave danger. You will help establish a peace that allows millions around the world to live in liberty and to grow in prosperity. You will face times of calm, and times of crisis. And every test will find you prepared -- because you're the men and women of West Point. (Applause.) You leave here marked by the character of this Academy, carrying with you the highest ideals of our nation.

Toward the end of his life, Dwight Eisenhower recalled the first day he stood on the plain at West Point. "The feeling came over me," he said, "that the expression 'the United States of America' would now and henceforth mean something different than it had ever before. From here on, it would be the nation I would be serving, not myself."

Today, your last day at West Point, you begin a life of service in a career unlike any other. You've answered a calling to hardship and purpose, to risk and honor. At the end of every day you will know that you have faithfully done your duty. May you always bring to that duty the high standards of this great American institution. May you always be worthy of the long gray line that stretches two centuries behind you.

On behalf of the nation, I congratulate each one of you for the commission you've earned and for the credit you bring to the United States of America. May God bless you all. (Applause.)

END 10:05 A.M. EDT

---

Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/06/20020601-3.html>

## Pronunciamento 3



 [CLICK HERE TO PRINT](#)



For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
August 1, 2002

### [Presidential Letter on Iraq](#)

Text of a Letter from the President to the Speaker of the House of Representatives and the President of the Senate

July 30, 2002

Dear Mr. Speaker: (Mr. President:)

Section 202(d) of the National Emergencies Act (50 U.S.C. 1622(d)) provides for the automatic termination of a national emergency unless, prior to the anniversary date of its declaration, the President publishes in the Federal Register and transmits to the Congress a notice stating that the emergency is to continue in effect beyond the anniversary date. In accordance with this provision, I have sent the enclosed notice, stating that the Iraq emergency is to continue in effect beyond August 2, 2002, to the Federal Register for publication. The most recent notice continuing this emergency was published in the Federal Register on August 1, 2001, (66 Fed Reg. 40105).

**The crisis between the United States and Iraq that led to the declaration of a national emergency on August 2, 1990, has not been resolved. The Government of Iraq continues to engage in activities inimical to stability in the Middle East and hostile to U.S. interests. Such Iraqi actions pose a continuing unusual and extraordinary threat to the national security and foreign policy of the United States.** For these reasons, I have determined that it is necessary to continue the national emergency declared with respect to Iraq and to maintain in force the broad authorities necessary to apply economic pressure on the Government of Iraq.

Sincerely,

GEORGE W. BUSH

###

Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/08/20020801-6.html>

## Pronunciamento 4



 [CLICK HERE TO PRINT](#)

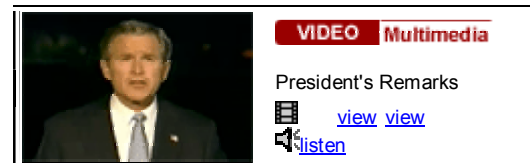
For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
September 11, 2002

### President's Remarks to the Nation

Ellis Island  
New York, New York

 [Spirit of Freedom Tribute](#)  
 [en Español](#)

9:01 P.M. EDT



THE PRESIDENT: Good evening. A long year has passed since enemies attacked our country. We've seen the images so many times they are seared on our souls, and remembering the horror, reliving the anguish, re-imagining the terror, is hard -- and painful.

For those who lost loved ones, it's been a year of sorrow, of empty places, of newborn children who will never know their fathers here on earth. For members of our military, it's been a year of sacrifice and service far from home. **For all Americans, it has been a year of adjustment, of coming to terms with the difficult knowledge that our nation has determined enemies, and that we are not invulnerable to their attacks.**

**Yet, in the events that have challenged us, we have also seen the character that will deliver us. We have seen the greatness of America in airline passengers who defied their hijackers and ran a plane into the ground to spare the lives of others. We've seen the greatness of America in rescuers who rushed up flights of stairs toward peril. And we continue to see the greatness of America in the care and compassion our citizens show to each other.**

September 11, 2001 will always be a fixed point in the life of America. The loss of so many lives left us to examine our own. Each of us was reminded that we are here only for a time, and these counted days should be filled with things that last and matter: love for our families, love for our neighbors, and for our country; gratitude for life and to the Giver of life.

**We resolved a year ago to honor every last person lost. We owe them remembrance and we owe them more. We owe them, and their children, and our own, the most enduring monument we can build: a world of liberty and security made possible by the way America leads, and by the way Americans lead our lives.**

**The attack on our nation was also attack on the ideals that make us a nation. Our deepest national conviction is that every life is precious, because every life is the gift of a Creator who intended us to live in liberty and equality. More than anything else, this separates us from the enemy we fight. We value every life; our enemies value none -- not even the innocent, not even their own. And we seek the freedom and opportunity that give meaning and value to life.**

**There is a line in our time, and in every time, between those who believe all men are created equal, and those who believe that some men and women and children are expendable in the pursuit of power. There is a line in our time, and in every time, between the defenders of human liberty and those who seek to master the minds and souls of others.** Our generation has now heard history's call, and we will answer it.

America has entered a great struggle that tests our strength, and even more our resolve. Our nation is patient and steadfast. We continue to pursue the terrorists in cities and camps and caves across the earth. We are joined by a great coalition of nations to rid the world of terror. And we will not allow any terrorist or tyrant to threaten civilization with weapons of mass murder. **Now and in the future, Americans will live as free people, not in fear, and never at the mercy of any foreign plot or power.**

This nation has defeated tyrants and liberated death camps, raised this lamp of liberty to every captive land. **We have no intention of ignoring or appeasing history's latest gang of fanatics trying to murder their way to power. They are discovering, as others before them, the resolve of a great country and a great democracy. In the ruins of two towers, under a flag unfurled at the Pentagon, at the funerals of the lost, we have made a sacred promise to ourselves and to the world: we will not relent until justice is done and our nation is secure. What our enemies have begun, we will finish.**

I believe there is a reason that history has matched this nation with this time. America strives to be tolerant and just. We respect the faith of Islam, even as we fight those whose actions defile that faith. We fight, not to impose our will, but to defend ourselves and extend the blessings of freedom.

We cannot know all that lies ahead. Yet, **we do know that God had placed us together in this moment, to grieve together, to stand together, to serve each other and our country. And the duty we have been given -- defending America and our freedom -- is also a privilege we share.**

**We're prepared for this journey. And our prayer tonight is that God will see us through, and keep us worthy.**

Tomorrow is September the 12th. A milestone is passed, and a mission goes on. Be confident. Our country is strong. And our cause is even larger than our country. Ours is the cause of human dignity; freedom guided by conscience and guarded by peace. This ideal of America is the hope of all mankind. That hope drew millions to this harbor. That hope still lights our way. And the light shines in the darkness. And the darkness will not overcome it.

May God bless America.

END 9:08 P.M. EDT

Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020911-3.html>

## Pronunciamento 5



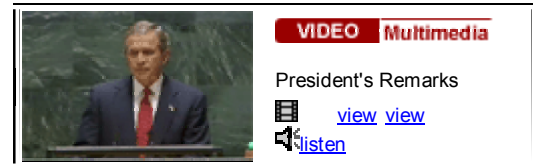
 [CLICK HERE TO PRINT](#)

For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
September 12, 2002

### President's Remarks at the United Nations General Assembly

Remarks by the President in Address to the United Nations General Assembly  
New York, New York

-  [Fact Sheet: U.S. Rejoins UNESCO](#)
-  [A Decade of Deception and Defiance](#)
-  [en Español](#)



10:39 A.M. EDT

THE PRESIDENT: Mr. Secretary General, Mr. President, distinguished delegates, and ladies and gentlemen: We meet one year and one day after a terrorist attack brought grief to my country, and brought grief to many citizens of our world. Yesterday, we remembered the innocent lives taken that terrible morning. Today, we turn to the urgent duty of protecting other lives, without illusion and without fear.

We've accomplished much in the last year -- in Afghanistan and beyond. We have much yet to do -- in Afghanistan and beyond. Many nations represented here have joined in the fight against global terror, and the people of the United States are grateful.

The United Nations was born in the hope that survived a world war -- the hope of a world moving toward justice, escaping old patterns of conflict and fear. The founding members resolved that the peace of the world must never again be destroyed by the will and wickedness of any man. We created the United Nations Security Council, so that, unlike the League of Nations, our deliberations would be more than talk, our resolutions would be more than wishes. After generations of deceitful dictators and broken treaties and squandered lives, we dedicated ourselves to standards of human dignity shared by all, and to a system of security defended by all.

Today, these standards, and this security, are challenged. **Our commitment to human dignity is challenged by persistent poverty and raging disease. The suffering is great, and our responsibilities are clear. The United States is joining with the world to supply aid where it reaches people** and lifts up lives, to extend trade and the prosperity it brings, and to bring medical care where it is desperately needed.

As a symbol of our commitment to human dignity, the United States will return to UNESCO. (Applause.) This organization has been reformed and America will participate fully in its mission to advance human rights and tolerance and learning.

Our common security is challenged by regional conflicts -- ethnic and religious strife that is ancient, but not inevitable. In the Middle East, there can be no peace for either side without freedom for both sides. America stands committed to an independent and democratic Palestine, living side by side with Israel in peace and security. Like all other people, Palestinians deserve a government that serves their interests and listens to their voices. My nation will continue to encourage all parties to step up to their responsibilities as we seek a just and comprehensive settlement to the conflict.

Above all, our principles and our security are challenged today by outlaw groups and regimes that accept no law of morality and have no limit to their violent ambitions. In the attacks on America a year ago, we saw the destructive intentions of our enemies. This threat hides within many nations, including my own. In cells and camps, terrorists are plotting further destruction, and building new bases for their war against civilization. And our greatest fear is that terrorists will find a shortcut to their mad ambitions when an outlaw regime supplies them with the technologies to kill on a massive scale.

**In one place -- in one regime -- we find all these dangers, in their most lethal and aggressive forms,** exactly the kind of aggressive threat the United Nations was born to confront.

**Twelve years ago, Iraq invaded Kuwait without provocation. And the regime's forces were poised to continue their march to seize other countries and their resources. Had Saddam Hussein been appeased instead of stopped, he would have endangered the peace and stability of the world.** Yet this aggression was stopped -- by the might of coalition forces and the will of the United Nations.

To suspend hostilities, to spare himself, Iraq's dictator accepted a series of commitments. The terms were clear, to him and to all. And he agreed to prove he is complying with every one of those obligations.

He has proven instead only his contempt for the United Nations, and for all his pledges. By breaking every pledge -- by his deceptions, and by his cruelties -- Saddam Hussein has made the case against himself.

In 1991, Security Council Resolution 688 demanded that the Iraqi regime cease at once the repression of its own people, including the systematic repression of minorities -- which the Council said, threatened international peace and security in the region. This demand goes ignored.

Last year, the U.N. Commission on Human Rights found that Iraq continues to commit extremely grave violations of human rights, and that the regime's repression is all pervasive. Tens of thousands of political opponents and ordinary citizens have been subjected to arbitrary arrest and imprisonment, summary execution, and torture by beating and burning, electric shock, starvation, mutilation, and rape. Wives are tortured in front of their husbands, children in the presence of their parents -- and all of these horrors concealed from the world by the apparatus of a totalitarian state.

In 1991, the U.N. Security Council, through Resolutions 686 and 687, demanded that Iraq return all prisoners from Kuwait and other lands. Iraq's regime agreed. It broke its promise. Last year the Secretary General's high-level coordinator for this issue reported that Kuwait, Saudi, Indian, Syrian, Lebanese, Iranian, Egyptian, Bahraini, and Omani nationals remain unaccounted for -- more than 600 people. One American pilot is among them.

In 1991, the U.N. Security Council, through Resolution 687, demanded that Iraq renounce all involvement with terrorism, and permit no terrorist organizations to operate in Iraq. Iraq's regime agreed. It broke this promise. In violation of Security Council Resolution 1373, Iraq continues to shelter and support terrorist organizations that direct violence against Iran, Israel, and Western governments. Iraqi dissidents abroad are targeted for murder. In 1993, Iraq attempted to assassinate the Emir of Kuwait and a former American President. Iraq's government openly praised the attacks of September the 11th. And al Qaeda terrorists escaped from Afghanistan and are known to be in Iraq.

In 1991, the Iraqi regime agreed to destroy and stop developing all weapons of mass destruction and long-range missiles, and to prove to the world it has done so by complying with rigorous inspections. Iraq has broken every aspect of this fundamental pledge.

From 1991 to 1995, the Iraqi regime said it had no biological weapons. After a senior official in its weapons program defected and exposed this lie, the regime admitted to producing tens of thousands of liters of anthrax and other deadly biological agents for use with Scud warheads, aerial bombs, and aircraft spray tanks. U.N. inspectors believe Iraq has produced two to four times the amount of biological agents it declared, and has failed to account for more than three metric tons of material that could be used to produce biological weapons. Right now, Iraq is expanding and improving facilities that were used for the production of biological weapons.

United Nations' inspections also revealed that Iraq likely maintains stockpiles of VX, mustard and other chemical agents, and that the regime is rebuilding and expanding facilities capable of producing chemical weapons.

And in 1995, after four years of deception, Iraq finally admitted it had a crash nuclear weapons program prior to the Gulf War. We know now, were it not for that war, the regime in Iraq would likely have possessed a nuclear weapon no later than 1993.

Today, Iraq continues to withhold important information about its nuclear program -- weapons design, procurement logs, experiment data, an accounting of nuclear materials and documentation of foreign assistance. Iraq employs capable nuclear scientists and technicians. It retains physical infrastructure needed to build a nuclear weapon. Iraq has made several attempts to buy high-strength aluminum tubes used to enrich uranium for a nuclear weapon. Should Iraq acquire fissile material, it would be able to build a nuclear weapon within a year. And Iraq's state-controlled media has reported numerous meetings between Saddam Hussein and his nuclear scientists, leaving little doubt about his continued appetite for these weapons.

Iraq also possesses a force of Scud-type missiles with ranges beyond the 150 kilometers permitted by the U.N. Work at testing and production facilities shows that Iraq is building more long-range missiles that it can inflict mass death throughout the region.

In 1990, after Iraq's invasion of Kuwait, the world imposed economic sanctions on Iraq. Those sanctions were maintained after the war to compel the regime's compliance with Security Council resolutions. In time, Iraq was allowed to use oil revenues to buy food. Saddam Hussein has subverted this program, working around the sanctions to buy missile technology and military materials. He blames the suffering of Iraq's people on the United Nations, even as he uses his oil wealth to build lavish palaces for himself, and to buy arms for his country. By refusing to comply with his own agreements, he bears full guilt for the hunger and misery of innocent Iraqi citizens.

In 1991, Iraq promised U.N. inspectors immediate and unrestricted access to verify Iraq's commitment to rid itself of weapons of mass destruction and long-range missiles. Iraq broke this

promise, spending seven years deceiving, evading, and harassing U.N. inspectors before ceasing cooperation entirely. Just months after the 1991 cease-fire, the Security Council twice renewed its demand that the Iraqi regime cooperate fully with inspectors, condemning Iraq's serious violations of its obligations. The Security Council again renewed that demand in 1994, and twice more in 1996, deploring Iraq's clear violations of its obligations. The Security Council renewed its demand three more times in 1997, citing flagrant violations; and three more times in 1998, calling Iraq's behavior totally unacceptable. And in 1999, the demand was renewed yet again.

As we meet today, it's been almost four years since the last U.N. inspectors set foot in Iraq, four years for the Iraqi regime to plan, and to build, and to test behind the cloak of secrecy.

We know that Saddam Hussein pursued weapons of mass murder even when inspectors were in his country. Are we to assume that he stopped when they left? The history, the logic, and the facts lead to one conclusion: Saddam Hussein's regime is a grave and gathering danger. To suggest otherwise is to hope against the evidence. To assume this regime's good faith is to bet the lives of millions and the peace of the world in a reckless gamble. And this is a risk we must not take.

Delegates to the General Assembly, **we have been more than patient. We've tried sanctions. We've tried the carrot of oil for food, and the stick of coalition military strikes. But Saddam Hussein has defied all these efforts and continues to develop weapons of mass destruction. The first time we may be completely certain he has a -- nuclear weapons is when, God forbids, he uses one. We owe it to all our citizens to do everything in our power to prevent that day from coming.**

**The conduct of the Iraqi regime is a threat to the authority of the United Nations, and a threat to peace. Iraq has answered a decade of U.N. demands with a decade of defiance. All the world now faces a test, and the United Nations a difficult and defining moment. Are Security Council resolutions to be honored and enforced, or cast aside without consequence? Will the United Nations serve the purpose of its founding, or will it be irrelevant?**

The United States helped found the United Nations. We want the United Nations to be effective, and respectful, and successful. We want the resolutions of the world's most important multilateral body to be enforced. And right now those resolutions are being unilaterally subverted by the Iraqi regime. Our partnership of nations can meet the test before us, by making clear what we now expect of the Iraqi regime.

If the Iraqi regime wishes peace, it will immediately and unconditionally forswear, disclose, and remove or destroy all weapons of mass destruction, long-range missiles, and all related material.

If the Iraqi regime wishes peace, it will immediately end all support for terrorism and act to suppress it, as all states are required to do by U.N. Security Council resolutions.

If the Iraqi regime wishes peace, it will cease persecution of its civilian population, including Shi'a, Sunnis, Kurds, Turkomans, and others, again as required by Security Council resolutions.

If the Iraqi regime wishes peace, it will release or account for all Gulf War personnel whose fate is still unknown. It will return the remains of any who are deceased, return stolen property, accept liability for losses resulting from the invasion of Kuwait, and fully cooperate with international efforts to resolve these issues, as required by Security Council resolutions.

If the Iraqi regime wishes peace, it will immediately end all illicit trade outside the oil-for-food program. It will accept U.N. administration of funds from that program, to ensure that the money is used fairly and promptly for the benefit of the Iraqi people.

**If all these steps are taken, it will signal a new openness and accountability in Iraq. And it could open the prospect of the United Nations helping to build a government that represents all Iraqis -- a government based on respect for human rights, economic liberty, and internationally supervised elections.**

The United States has no quarrel with the Iraqi people; they've suffered too long in silent captivity. **Liberty for the Iraqi people is a great moral cause, and a great strategic goal. The people of Iraq deserve it; the security of all nations requires it. Free societies do not intimidate through cruelty and conquest, and open societies do not threaten the world with mass murder. The United States supports political and economic liberty in a unified Iraq.**

We can harbor no illusions -- and that's important today to remember. Saddam Hussein attacked Iran in 1980 and Kuwait in 1990. He's fired ballistic missiles at Iran and Saudi Arabia, Bahrain, and Israel. His regime once ordered the killing of every person between the ages of 15 and 70 in certain Kurdish villages in northern Iraq. He has gassed many Iranians, and 40 Iraqi villages.

My nation will work with the U.N. Security Council to meet our common challenge. If Iraq's regime defies us again, the world must move deliberately, decisively to hold Iraq to account. We will work with the U.N. Security Council for the necessary resolutions. But the purposes of the United States should not be doubted. The Security Council resolutions will be enforced -- the just demands of peace and security will be met -- or action will be unavoidable. And a regime that has lost its legitimacy will also lose its power.

Events can turn in one of two ways: If we fail to act in the face of danger, the people of Iraq will continue to live in brutal submission. The regime will have new power to bully and dominate and conquer its neighbors, condemning the Middle East to more years of bloodshed and fear. The regime will remain unstable -- the region will remain unstable, with little hope of freedom, and isolated from the progress of our times. With every step the Iraqi regime takes toward gaining and deploying the most terrible weapons, our own options to confront that regime will narrow. And if an emboldened regime were to supply these weapons to terrorist allies, then the attacks of September the 11th would be a prelude to far greater horrors.

If we meet our responsibilities, if we overcome this danger, we can arrive at a very different future. The people of Iraq can shake off their captivity. They can one day join a democratic Afghanistan and a democratic Palestine, inspiring reforms throughout the Muslim world. These nations can show by their example that honest government, and respect for women, and the great Islamic tradition of learning can triumph in the Middle East and beyond. And we will show that the promise of the United Nations can be fulfilled in our time.

Neither of these outcomes is certain. Both have been set before us. **We must choose between a world of fear and a world of progress. We cannot stand by and do nothing while dangers gather. We must stand up for our security, and for the permanent rights and the hopes of mankind. By heritage and by choice, the United States of America will make that stand. And, delegates to the United Nations, you have the power to make that stand, as well.**

Thank you very much. (Applause.)

END 11:04 A.M. EDT

Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020912-1.html>

## Pronunciamento 6



 [CLICK HERE TO PRINT](#)

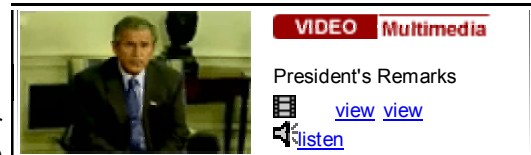
For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
September 19, 2002

### [President Bush to Send Iraq Resolution to Congress Today](#)

Remarks by the President in Photo Opportunity with Secretary of State Colin Powell  
The Oval Office

9:50 A.M. EDT

THE PRESIDENT: Good morning. I appreciate our Secretary of State coming by to brief the Vice President and me and Condoleezza Rice about our progress in working with the United Nations, convincing the United Nations Security Council to firmly deal with a threat to world peace.



Before we talk about that, I do want to express our condolences to those who lost their lives in Israel. It's been back-to-back suicide bombings. We strongly condemn terror. We strongly condemn violence. And we continue to send our message to the good people of that region that if you're interested in peace, that if you want people to be able to grow up in a peaceful world, all parties must do everything they can to reject and stop violence.

**At the United Nations Security Council it is very important that the members understand that the credibility of the United Nations is at stake, that the Security Council must be firm in its resolve to deal with a truth threat to world peace, and that is Saddam Hussein. That the United Nations Security Council must work with the United States and Britain and other concerned parties to send a clear message that we expect Saddam to disarm. And if the United Nations Security Council won't deal with the problem, the United States and some of our friends will.**

That's the message the Secretary of State has delivered forcefully. That's the message that he will continue to carry.

And, Mr. Secretary, I appreciate your hard work. You're doing a fine job.

SECRETARY POWELL: Thank you, Mr. President.

THE PRESIDENT: And we're proud of your efforts.

SECRETARY POWELL: Thank you, sir.

THE PRESIDENT: I'll be glad to answer a few calls -- answers, starting with Ron.

Q How many of our friends are willing to join the United States in this effort?

THE PRESIDENT: Ron, I think time will tell. I think you're going to see a lot of nations -- that a lot of nations love freedom. They understand the threat. They understand that the credibility of the United Nations is at stake. They heard me loud and clear when I said, either you can be the United Nations, a capable body, a body able to keep the peace, or you can be the League of Nations. And we're confident that people will follow our lead.

Q Sir, the chief weapons inspector is going to be briefing the U.N. Security Council today, and there have already been some reports that, in his talks with the Iraqis, that they're limiting access to certain sites. Are those reports true? And do you think they're trying to --

THE PRESIDENT: Well, I haven't gotten a report from what he intends to say. But let me give you just some general observations. First of all, there are no negotiations to be held with Iraq. They have nothing to negotiate. They're the people who said that they would not have weapons of mass destruction. The negotiations are over. It is up to the U.N. Security Council to lay out resolutions that confirms what Iraq has already agreed to, see.

Secondly, I don't trust Iraq, and neither should the free world. For 11 years, they have deceived the world. They have said, we'll conform to resolutions. They've never conformed to resolutions. They've never conformed to the agreement that they laid out 11 years ago. Sixteen times they've defied Security resolutions.

And so, they -- the burden of proof is -- must be place squarely on their shoulders. But there's no negotiations about whether or not they've been telling the truth or not.

Let's see here -- Mark.

Q Mr. President, are you going to send Congress your proposed resolution today? And are you asking for a blank check, sir?

THE PRESIDENT: I am sending suggested language for a resolution. I want -- **I've asked for Congress' support to enable the administration to keep the peace.** And we look forward to a good, constructive debate in Congress. I appreciate the fact that the leadership recognizes we've got to move before the elections. **I appreciate the strong support we're getting from both Republicans and Democrats, and look forward to working with them.**

Q Mr. President, how important is it that that resolution give you an authorization of the use of force?

THE PRESIDENT: That will be part of the resolution, the authorization to use force. **If you want to keep the peace, you've got to have the authorization to use force.** But it's -- this will be -- **this is a chance for Congress to indicate support. It's a chance for Congress to say, we support the administration's ability to keep the peace. That's what this is all about.**

Q Will regime change be part of it?

THE PRESIDENT: Yes. That's the policy of the government.

Campbell, congratulations, you got two questions in one day. And it wasn't even a follow-up -- that's a brilliant performance.

END 9:56 A.M. EDT

---

Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020919-1.html>

## Pronunciamento 7



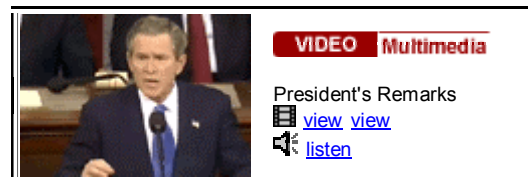
 [CLICK HERE TO PRINT](#)

For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
January 28, 2003

### President Delivers "State of the Union" The U.S. Capitol

 [en Español](#)

9:01 P.M. EST



THE PRESIDENT: Mr. Speaker, Vice President Cheney, members of Congress, distinguished citizens and fellow citizens: Every year, by law and by custom, we meet here to consider the state of the union. This year, we gather in this chamber deeply aware of decisive days that lie ahead.

You and I serve our country in a time of great consequence. During this session of Congress, we have the duty to reform domestic programs vital to our country; we have the opportunity to save millions of lives abroad from a terrible disease. We will work for a prosperity that is broadly shared, and we will answer every danger and every enemy that threatens the American people. (Applause.)



In all these days of promise and days of reckoning, we can be confident. In a whirlwind of change and hope and peril, our faith is sure, our resolve is firm, and our union is strong. (Applause.)

This country has many challenges. We will not deny, we will not ignore, we will not pass along our problems to other Congresses, to other presidents, and other generations. (Applause.) We will confront them with focus and clarity and courage.

During the last two years, we have seen what can be accomplished when we work together. To lift the standards of our public schools, we achieved historic education reform -- which must now be carried out in every school and in every classroom, so that every child in America can read and learn and succeed in life. (Applause.) To protect our country, we reorganized our government and

created the Department of Homeland Security, which is mobilizing against the threats of a new era. To bring our economy out of recession, we delivered the largest tax relief in a generation. (Applause.) To insist on integrity in American business we passed tough reforms, and we are holding corporate criminals to account. (Applause.)

Some might call this a good record; I call it a good start. Tonight I ask the House and Senate to join me in the next bold steps to serve our fellow citizens.

Our first goal is clear: We must have an economy that grows fast enough to employ every man and woman who seeks a job. (Applause.) After recession, terrorist attacks, corporate scandals and stock market declines, our economy is recovering -- yet it's not growing fast enough, or strongly enough. With unemployment rising, our nation needs more small businesses to open, more companies to invest and expand, more employers to put up the sign that says, "Help Wanted." (Applause.)

Jobs are created when the economy grows; the economy grows when Americans have more money to spend and invest; and the best and fairest way to make sure Americans have that money is not to tax it away in the first place. (Applause.)

I am proposing that all the income tax reductions set for 2004 and 2006 be made permanent and effective this year. (Applause.) And under my plan, as soon as I sign the bill, this extra money will start showing up in workers' paychecks. Instead of gradually reducing the marriage penalty, we should do it now. (Applause.) Instead of slowly raising the child credit to \$1,000, we should send the checks to American families now. (Applause.)

The tax relief is for everyone who pays income taxes -- and it will help our economy immediately: 92 million Americans will keep, this year, an average of almost \$1,000 more of their own money. A family of four with an income of \$40,000 would see their federal income taxes fall from \$1,178 to \$45 per year. (Applause.) Our plan will improve the bottom line for more than 23 million small businesses.



You, the Congress, have already passed all these reductions, and promised them for future years. If this tax relief is good for Americans three, or five, or seven years from now, it is even better for Americans today. (Applause.)

We should also strengthen the economy by treating investors equally in our tax laws. It's fair to tax a company's profits. It is not fair to again tax the shareholder on the same profits. (Applause.) To boost investor confidence, and to help the nearly 10 million senior who receive dividend income, I ask you to end the unfair double taxation of dividends. (Applause.)

Lower taxes and greater investment will help this economy expand. More jobs mean more taxpayers, and higher revenues to our government. The best way to address the deficit and move toward a balanced budget is to encourage economic growth, and to show some spending discipline in Washington, D.C. (Applause.)

We must work together to fund only our most important priorities. I will send you a budget that increases discretionary spending by 4 percent next year -- about as much as the average family's

income is expected to grow. And that is a good benchmark for us. Federal spending should not rise any faster than the paychecks of American families. (Applause.)

A growing economy and a focus on essential priorities will also be crucial to the future of Social Security. As we continue to work together to keep Social Security sound and reliable, we must offer younger workers a chance to invest in retirement accounts that they will control and they will own. (Applause.)

Our second goal is high quality, affordable health care for all Americans. (Applause.) The American system of medicine is a model of skill and innovation, with a pace of discovery that is adding good years to our lives. Yet for many people, medical care costs too much -- and many have no coverage at all. These problems will not be solved with a nationalized health care system that dictates coverage and rations care. (Applause.)



Instead, we must work toward a system in which all Americans have a good insurance policy, choose their own doctors, and seniors and low-income Americans receive the help they need. (Applause.) Instead of bureaucrats and trial lawyers and HMOs, we must put doctors and nurses and patients back in charge of American medicine. (Applause.)

Health care reform must begin with Medicare; Medicare is the binding commitment of a caring society. (Applause.) We must renew that commitment by giving seniors access to preventive medicine and new drugs that are transforming health care in America.

Seniors happy with the current Medicare system should be able to keep their coverage just the way it is. (Applause.) And just like you -- the members of Congress, and your staffs, and other federal employees -- all seniors should have the choice of a health care plan that provides prescription drugs. (Applause.)

My budget will commit an additional \$400 billion over the next decade to reform and strengthen Medicare. Leaders of both political parties have talked for years about strengthening Medicare. I urge the members of this new Congress to act this year. (Applause.)

To improve our health care system, we must address one of the prime causes of higher cost, the constant threat that physicians and hospitals will be unfairly sued. (Applause.) Because of excessive litigation, everybody pays more for health care, and many parts of America are losing fine doctors. No one has ever been healed by a frivolous lawsuit. I urge the Congress to pass medical liability reform. (Applause.)

Our third goal is to promote energy independence for our country, while dramatically improving the environment. (Applause.) I have sent you a comprehensive energy plan to promote energy efficiency and conservation, to develop cleaner technology, and to produce more energy at home. (Applause.) I have sent you Clear Skies legislation that mandates a 70-percent cut in air pollution from power plants over the next 15 years. (Applause.) I have sent you a Healthy Forests Initiative, to help prevent the catastrophic fires that devastate communities, kill wildlife, and burn away millions of acres of treasured forest. (Applause.)

I urge you to pass these measures, for the good of both our environment and our economy. (Applause.) Even more, I ask you to take a crucial step and protect our environment in ways that generations before us could not have imagined.

In this century, the greatest environmental progress will come about not through endless lawsuits or command-and-control regulations, but through technology and innovation. Tonight I'm proposing \$1.2 billion in research funding so that America can lead the world in developing clean, hydrogen-powered automobiles. (Applause.)



A single chemical reaction between hydrogen and oxygen generates energy, which can be used to power a car -- producing only water, not exhaust fumes. With a new national commitment, our scientists and engineers will overcome obstacles to taking these cars from laboratory to showroom, so that the first car driven by a child born today could be powered by hydrogen, and pollution-free. (Applause.)

Join me in this important innovation to make our air significantly cleaner, and our country much less dependent on foreign sources of energy. (Applause.)

Our fourth goal is to apply the compassion of America to the deepest problems of America. For so many in our country -- the homeless and the fatherless, the addicted -- the need is great. Yet there's power, wonder-working power, in the goodness and idealism and faith of the American people.

Americans are doing the work of compassion every day -- visiting prisoners, providing shelter for battered women, bringing companionship to lonely seniors. These good works deserve our praise; they deserve our personal support; and when appropriate, they deserve the assistance of the federal government. (Applause.)

I urge you to pass both my faith-based initiative and the Citizen Service Act, to encourage acts of compassion that can transform America, one heart and one soul at a time. (Applause.)

Last year, I called on my fellow citizens to participate in the USA Freedom Corps, which is enlisting tens of thousands of new volunteers across America. Tonight I ask Congress and the American people to focus the spirit of service and the resources of government on the needs of some of our most vulnerable citizens -- boys and girls trying to grow up without guidance and attention, and children who have to go through a prison gate to be hugged by their mom or dad.

I propose a \$450-million initiative to bring mentors to more than a million disadvantaged junior high students and children of prisoners. Government will support the training and recruiting of mentors; yet it is the men and women of America who will fill the need. One mentor, one person can change a life forever. And I urge you to be that one person. (Applause.)



Another cause of hopelessness is addiction to drugs. Addiction crowds out friendship, ambition, moral conviction, and reduces all the richness of life to a single destructive desire. As a government, we

are fighting illegal drugs by cutting off supplies and reducing demand through anti-drug education programs. Yet for those already addicted, the fight against drugs is a fight for their own lives. Too many Americans in search of treatment cannot get it. So tonight I propose a new \$600-million program to help an additional 300,000 Americans receive treatment over the next three years. (Applause.)

Our nation is blessed with recovery programs that do amazing work. One of them is found at the Healing Place Church in Baton Rouge, Louisiana. A man in the program said, "God does miracles in people's lives, and you never think it could be you." Tonight, let us bring to all Americans who struggle with drug addiction this message of hope: The miracle of recovery is possible, and it could be you. (Applause.)

By caring for children who need mentors, and for addicted men and women who need treatment, we are building a more welcoming society -- a culture that values every life. And in this work we must not overlook the weakest among us. I ask you to protect infants at the very hour of their birth and end the practice of partial-birth abortion. (Applause.) And because no human life should be started or ended as the object of an experiment, I ask you to set a high standard for humanity, and pass a law against all human cloning. (Applause.)

The qualities of courage and compassion that we strive for in America also determine our conduct abroad. The American flag stands for more than our power and our interests. Our founders dedicated this country to the cause of human dignity, the rights of every person, and the possibilities of every life. This conviction leads us into the world to help the afflicted, and defend the peace, and confound the designs of evil men.

In Afghanistan, we helped liberate an oppressed people. And we will continue helping them secure their country, rebuild their society, and educate all their children -- boys and girls. (Applause.) In the Middle East, we will continue to seek peace between a secure Israel and a democratic Palestine. (Applause.) Across the Earth, America is feeding the hungry -- more than 60 percent of international food aid comes as a gift from the people of the United States. As our nation moves troops and builds alliances to make our world safer, we must also remember our calling as a blessed country is to make this world better.

Today, on the continent of Africa, nearly 30 million people have the AIDS virus -- including 3 million children under the age 15. There are whole countries in Africa where more than one-third of the adult population carries the infection. More than 4 million require immediate drug treatment. Yet across that continent, only 50,000 AIDS victims -- only 50,000 -- are receiving the medicine they need.

Because the AIDS diagnosis is considered a death sentence, many do not seek treatment. Almost all who do are turned away. A doctor in rural South Africa describes his frustration. He says, "We have no medicines. Many hospitals tell people, you've got AIDS, we can't help you. Go home and die." In an age of miraculous medicines, no person should have to hear those words. (Applause.)

AIDS can be prevented. Anti-retroviral drugs can extend life for many years. And the cost of those drugs has dropped from \$12,000 a year to under \$300 a year -- which places a tremendous possibility within our grasp. Ladies and gentlemen, seldom has history offered a greater opportunity to do so much for so many.

We have confronted, and will continue to confront, HIV/AIDS in our own country. And to meet a severe and urgent crisis abroad, tonight I propose the Emergency Plan for AIDS Relief -- a work of mercy beyond all current international efforts to help the people of Africa. This comprehensive plan

will prevent 7 million new AIDS infections, treat at least 2 million people with life-extending drugs, and provide humane care for millions of people suffering from AIDS, and for children orphaned by AIDS. (Applause.)

I ask the Congress to commit \$15 billion over the next five years, including nearly \$10 billion in new money, to turn the tide against AIDS in the most afflicted nations of Africa and the Caribbean. (Applause.)

This nation can lead the world in sparing innocent people from a plague of nature. And this nation is leading the world in confronting and defeating the man-made evil of international terrorism. (Applause.)

There are days when our fellow citizens do not hear news about the war on terror. There's never a day when I do not learn of another threat, or receive reports of operations in progress, or give an order in this global war against a scattered network of killers. The war goes on, and we are winning. (Applause.)

To date, we've arrested or otherwise dealt with many key commanders of al Qaeda. They include a man who directed logistics and funding for the September the 11th attacks; the chief of al Qaeda operations in the Persian Gulf, who planned the bombings of our embassies in East Africa and the USS Cole; an al Qaeda operations chief from Southeast Asia; a former director of al Qaeda's training camps in Afghanistan; a key al Qaeda operative in Europe; a major al Qaeda leader in Yemen. All told, more than 3,000 suspected terrorists have been arrested in many countries. Many others have met a different fate. Let's put it this way -- they are no longer a problem to the United States and our friends and allies. (Applause.)

We are working closely with other nations to prevent further attacks. America and coalition countries have uncovered and stopped terrorist conspiracies targeting the American embassy in Yemen, the American embassy in Singapore, a Saudi military base, ships in the Straits of Hormuz and the Straits the Gibraltar. We've broken al Qaeda cells in Hamburg, Milan, Madrid, London, Paris, as well as, Buffalo, New York.

We have the terrorists on the run. We're keeping them on the run. One by one, the terrorists are learning the meaning of American justice. (Applause.)

As we fight this war, we will remember where it began -- here, in our own country. This government is taking unprecedented measures to protect our people and defend our homeland. We've intensified security at the borders and ports of entry, posted more than 50,000 newly-trained federal screeners in airports, begun inoculating troops and first responders against smallpox, and are deploying the nation's first early warning network of sensors to detect biological attack. And this year, for the first time, we are beginning to field a defense to protect this nation against ballistic missiles. (Applause.)

I thank the Congress for supporting these measures. I ask you tonight to add to our future security with a major research and production effort to guard our people against bioterrorism, called Project Bioshield. The budget I send you will propose almost \$6 billion to quickly make available effective vaccines and treatments against agents like anthrax, botulinum toxin, Ebola, and plague. We must assume that our enemies would use these diseases as weapons, and we must act before the dangers are upon us. (Applause.)

Since September the 11th, our intelligence and law enforcement agencies have worked more closely than ever to track and disrupt the terrorists. The FBI is improving its ability to analyze

intelligence, and is transforming itself to meet new threats. Tonight, I am instructing the leaders of the FBI, the CIA, the Homeland Security, and the Department of Defense to develop a Terrorist Threat Integration Center, to merge and analyze all threat information in a single location. Our government must have the very best information possible, and we will use it to make sure the right people are in the right places to protect all our citizens. (Applause.)

Our war against terror is a contest of will in which perseverance is power. In the ruins of two towers, at the western wall of the Pentagon, on a field in Pennsylvania, this nation made a pledge, and we renew that pledge tonight: Whatever the duration of this struggle, and whatever the difficulties, we will not permit the triumph of violence in the affairs of men -- free people will set the course of history. (Applause.)

Today, the gravest danger in the war on terror, the gravest danger facing America and the world, is outlaw regimes that seek and possess nuclear, chemical, and biological weapons. These regimes could use such weapons for blackmail, terror, and mass murder. They could also give or sell those weapons to terrorist allies, who would use them without the least hesitation.

This threat is new; America's duty is familiar. Throughout the 20th century, small groups of men seized control of great nations, built armies and arsenals, and set out to dominate the weak and intimidate the world. In each case, their ambitions of cruelty and murder had no limit. In each case, the ambitions of Hitlerism, militarism, and communism were defeated by the will of free peoples, by the strength of great alliances, and by the might of the United States of America. (Applause.)

Now, in this century, the ideology of power and domination has appeared again, and seeks to gain the ultimate weapons of terror. Once again, this nation and all our friends are all that stand between a world at peace, and a world of chaos and constant alarm. Once again, we are called to defend the safety of our people, and the hopes of all mankind. And we accept this responsibility. (Applause.)

America is making a broad and determined effort to confront these dangers. We have called on the United Nations to fulfill its charter and stand by its demand that Iraq disarm. We're strongly supporting the International Atomic Energy Agency in its mission to track and control nuclear materials around the world. We're working with other governments to secure nuclear materials in the former Soviet Union, and to strengthen global treaties banning the production and shipment of missile technologies and weapons of mass destruction.

In all these efforts, however, America's purpose is more than to follow a process -- it is to achieve a result: the end of terrible threats to the civilized world. All free nations have a stake in preventing sudden and catastrophic attacks. And we're asking them to join us, and many are doing so. Yet **the course of this nation does not depend on the decisions of others.** (Applause.) **Whatever action is required, whenever action is necessary, I will defend the freedom and security of the American people.** (Applause.)

Different threats require different strategies. In Iran, we continue to see a government that represses its people, pursues weapons of mass destruction, and supports terror. We also see Iranian citizens risking intimidation and death as they speak out for liberty and human rights and democracy. Iranians, like all people, have a right to choose their own government and determine their own destiny -- and the United States supports their aspirations to live in freedom. (Applause.)

On the Korean Peninsula, an oppressive regime rules a people living in fear and starvation. Throughout the 1990s, the United States relied on a negotiated framework to keep North Korea from gaining nuclear weapons. We now know that that regime was deceiving the world, and developing those weapons all along. And today the North Korean regime is using its nuclear

program to incite fear and seek concessions. America and the world will not be blackmailed. (Applause.)

America is working with the countries of the region -- South Korea, Japan, China, and Russia -- to find a peaceful solution, and to show the North Korean government that nuclear weapons will bring only isolation, economic stagnation, and continued hardship. (Applause.) The North Korean regime will find respect in the world and revival for its people only when it turns away from its nuclear ambitions. (Applause.)

Our nation and the world must learn the lessons of the Korean Peninsula and not allow an even greater threat to rise up in Iraq. A brutal dictator, with a history of reckless aggression, with ties to terrorism, with great potential wealth, will not be permitted to dominate a vital region and threaten the United States. (Applause.)

Twelve years ago, Saddam Hussein faced the prospect of being the last casualty in a war he had started and lost. To spare himself, he agreed to disarm of all weapons of mass destruction. For the next 12 years, he systematically violated that agreement. He pursued chemical, biological, and nuclear weapons, even while inspectors were in his country. Nothing to date has restrained him from his pursuit of these weapons -- not economic sanctions, not isolation from the civilized world, not even cruise missile strikes on his military facilities.

Almost three months ago, the United Nations Security Council gave Saddam Hussein his final chance to disarm. He has shown instead utter contempt for the United Nations, and for the opinion of the world. The 108 U.N. inspectors were sent to conduct -- were not sent to conduct a scavenger hunt for hidden materials across a country the size of California. The job of the inspectors is to verify that Iraq's regime is disarming. It is up to Iraq to show exactly where it is hiding its banned weapons, lay those weapons out for the world to see, and destroy them as directed. Nothing like this has happened.

The United Nations concluded in 1999 that Saddam Hussein had biological weapons sufficient to produce over 25,000 liters of anthrax -- enough doses to kill several million people. He hasn't accounted for that material. He's given no evidence that he has destroyed it.

The United Nations concluded that Saddam Hussein had materials sufficient to produce more than 38,000 liters of botulinum toxin -- enough to subject millions of people to death by respiratory failure. He hadn't accounted for that material. He's given no evidence that he has destroyed it.

Our intelligence officials estimate that Saddam Hussein had the materials to produce as much as 500 tons of sarin, mustard and VX nerve agent. In such quantities, these chemical agents could also kill untold thousands. He's not accounted for these materials. He has given no evidence that he has destroyed them.

U.S. intelligence indicates that Saddam Hussein had upwards of 30,000 munitions capable of delivering chemical agents. Inspectors recently turned up 16 of them -- despite Iraq's recent declaration denying their existence. Saddam Hussein has not accounted for the remaining 29,984 of these prohibited munitions. He's given no evidence that he has destroyed them.

From three Iraqi defectors we know that Iraq, in the late 1990s, had several mobile biological weapons labs. These are designed to produce germ warfare agents, and can be moved from place to a place to evade inspectors. Saddam Hussein has not disclosed these facilities. He's given no evidence that he has destroyed them.

The International Atomic Energy Agency confirmed in the 1990s that Saddam Hussein had an advanced nuclear weapons development program, had a design for a nuclear weapon and was working on five different methods of enriching uranium for a bomb. The British government has learned that Saddam Hussein recently sought significant quantities of uranium from Africa. Our intelligence sources tell us that he has attempted to purchase high-strength aluminum tubes suitable for nuclear weapons production. Saddam Hussein has not credibly explained these activities. He clearly has much to hide.

The dictator of Iraq is not disarming. To the contrary; he is deceiving. From intelligence sources we know, for instance, that thousands of Iraqi security personnel are at work hiding documents and materials from the U.N. inspectors, sanitizing inspection sites and monitoring the inspectors themselves. Iraqi officials accompany the inspectors in order to intimidate witnesses.

Iraq is blocking U-2 surveillance flights requested by the United Nations. Iraqi intelligence officers are posing as the scientists inspectors are supposed to interview. Real scientists have been coached by Iraqi officials on what to say. Intelligence sources indicate that Saddam Hussein has ordered that scientists who cooperate with U.N. inspectors in disarming Iraq will be killed, along with their families.

Year after year, Saddam Hussein has gone to elaborate lengths, spent enormous sums, taken great risks to build and keep weapons of mass destruction. But why? The only possible explanation, the only possible use he could have for those weapons, is to dominate, intimidate, or attack.

With nuclear arms or a full arsenal of chemical and biological weapons, Saddam Hussein could resume his ambitions of conquest in the Middle East and create deadly havoc in that region. And this Congress and the America people must recognize another threat. Evidence from intelligence sources, secret communications, and statements by people now in custody reveal that Saddam Hussein aids and protects terrorists, including members of al Qaeda. Secretly, and without fingerprints, he could provide one of his hidden weapons to terrorists, or help them develop their own.

Before September the 11th, many in the world believed that Saddam Hussein could be contained. But chemical agents, lethal viruses and shadowy terrorist networks are not easily contained. Imagine those 19 hijackers with other weapons and other plans -- this time armed by Saddam Hussein. It would take one vial, one canister, one crate slipped into this country to bring a day of horror like none we have ever known. We will do everything in our power to make sure that that day never comes. (Applause.)

Some have said we must not act until the threat is imminent. Since when have terrorists and tyrants announced their intentions, politely putting us on notice before they strike? If this threat is permitted to fully and suddenly emerge, all actions, all words, and all recriminations would come too late. Trusting in the sanity and restraint of Saddam Hussein is not a strategy, and it is not an option. (Applause.)

The dictator who is assembling the world's most dangerous weapons has already used them on whole villages -- leaving thousands of his own citizens dead, blind, or disfigured. Iraqi refugees tell us how forced confessions are obtained -- by torturing children while their parents are made to watch. International human rights groups have catalogued other methods used in the torture chambers of Iraq: electric shock, burning with hot irons, dripping acid on the skin, mutilation with electric drills, cutting out tongues, and rape. If this is not evil, then evil has no meaning. (Applause.)

And tonight I have a message for the brave and oppressed people of Iraq: Your enemy is not surrounding your country -- your enemy is ruling your country. (Applause.) And the day he and his regime are removed from power will be the day of your liberation. (Applause.)

The world has waited 12 years for Iraq to disarm. America will not accept a serious and mounting threat to our country, and our friends and our allies. The United States will ask the U.N. Security Council to convene on February the 5th to consider the facts of Iraq's ongoing defiance of the world. Secretary of State Powell will present information and intelligence about Iraqi's legal -- Iraq's illegal weapons programs, its attempt to hide those weapons from inspectors, and its links to terrorist groups.

**We will consult. But let there be no misunderstanding: If Saddam Hussein does not fully disarm, for the safety of our people and for the peace of the world, we will lead a coalition to disarm him.** (Applause.)

Tonight I have a message for the men and women who will keep the peace, members of the American Armed Forces: Many of you are assembling in or near the Middle East, and some crucial hours may lay ahead. In those hours, the success of our cause will depend on you. Your training has prepared you. Your honor will guide you. You believe in America, and America believes in you. (Applause.)

Sending Americans into battle is the most profound decision a President can make. The technologies of war have changed; the risks and suffering of war have not. For the brave Americans who bear the risk, no victory is free from sorrow. This nation fights reluctantly, because we know the cost and we dread the days of mourning that always come.

**We seek peace. We strive for peace. And sometimes peace must be defended. A future lived at the mercy of terrible threats is no peace at all. If war is forced upon us, we will fight in a just cause and by just means -- sparing, in every way we can, the innocent. And if war is forced upon us, we will fight with the full force and might of the United States military -- and we will prevail.** (Applause.)

And as we and our coalition partners are doing in Afghanistan, we will bring to the Iraqi people food and medicines and supplies -- and freedom. (Applause.)

Many challenges, abroad and at home, have arrived in a single season. **In two years, America has gone from a sense of invulnerability to an awareness of peril; from bitter division in small matters to calm unity in great causes. And we go forward with confidence, because this call of history has come to the right country.**

Americans are a resolute people who have risen to every test of our time. Adversity has revealed the character of our country, to the world and to ourselves. America is a strong nation, and honorable in the use of our strength. We exercise power without conquest, and we sacrifice for the liberty of strangers.

Americans are a free people, who know that freedom is the right of every person and the future of every nation. The liberty we prize is not America's gift to the world, it is God's gift to humanity. (Applause.)

We Americans have faith in ourselves, but not in ourselves alone. We do not know -- we do not claim to know all the ways of Providence, yet we can trust in them, placing our confidence in the loving God behind all of life, and all of history.

May He guide us now. And may God continue to bless the United States of America. (Applause.)

END 10:08 P.M. EST

Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/01/20030128-19.html>

## Pronunciamento 8



[CLICK HERE TO PRINT](#)



For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
March 17, 2003

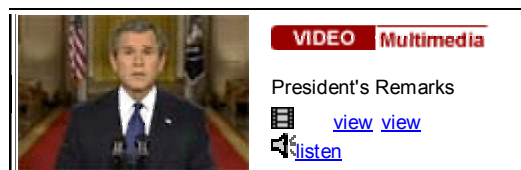
### President Says Saddam Hussein Must Leave Iraq Within 48 Hours

Remarks by the President in Address to the Nation

The Cross Hall

[en Español](#)

8:01 P.M. EST



THE PRESIDENT: My fellow citizens, events in Iraq have now reached the final days of decision. For more than a decade, the United States and other nations have pursued patient and honorable efforts to disarm the Iraqi regime without war. That regime pledged to reveal and destroy all its weapons of mass destruction as a condition for ending the Persian Gulf War in 1991.

Since then, the world has engaged in 12 years of diplomacy. We have passed more than a dozen resolutions in the United Nations Security Council. We have sent hundreds of weapons inspectors to oversee the disarmament of Iraq. Our good faith has not been returned.

The Iraqi regime has used diplomacy as a ploy to gain time and advantage. It has uniformly defied Security Council resolutions demanding full disarmament. Over the years, U.N. weapon inspectors have been



threatened by Iraqi officials, electronically bugged, and systematically deceived. Peaceful efforts to disarm the Iraqi regime have failed again and again -- because we are not dealing with peaceful men.

Intelligence gathered by this and other governments leaves no doubt that the Iraq regime continues to possess and conceal some of the most lethal weapons ever devised. This regime has already used weapons of mass destruction against Iraq's neighbors and against Iraq's people.

The regime has a history of reckless aggression in the Middle East. It has a deep hatred of America and our friends. And it has aided, trained and harbored terrorists, including operatives of al Qaeda.

The danger is clear: using chemical, biological or, one day, nuclear weapons, obtained with the help of Iraq, the terrorists could fulfill their stated ambitions and kill thousands or hundreds of thousands of innocent people in our country, or any other.

The United States and other nations did nothing to deserve or invite this threat. But we will do everything to defeat it. Instead of drifting along toward tragedy, we will set a course toward safety. **Before the day of horror can come, before it is too late to act, this danger will be removed.**

**The United States of America has the sovereign authority to use force in assuring its own national security. That duty falls to me, as Commander-in-Chief, by the oath I have sworn, by the oath I will keep.**

Recognizing the threat to our country, the United States Congress voted overwhelmingly last year to support the use of force against Iraq. America tried to work with the United Nations to address this threat because we wanted to resolve the issue peacefully. We believe in the mission of the United Nations. One reason the U.N. was founded after the second world war was to confront aggressive dictators, actively and early, before they can attack the innocent and destroy the peace.

In the case of Iraq, the Security Council did act, in the early 1990s. Under Resolutions 678 and 687 -- both still in effect -- the United States and our allies are authorized to use force in ridding Iraq of weapons of mass destruction. **This is not a question of authority, it is a question of will.**

Last September, I went to the U.N. General Assembly and urged the nations of the world to unite and bring an end to this danger. On November 8th, the Security Council unanimously passed Resolution 1441, finding Iraq in material breach of its obligations, and vowing serious consequences if Iraq did not fully and immediately disarm.



Today, no nation can possibly claim that Iraq has disarmed. And it will not disarm so long as Saddam Hussein holds power. For the last four-and-a-half months, the United States and our allies have worked within the Security Council to enforce that Council's long-standing demands. Yet, some permanent members of the Security Council have publicly announced they will veto any resolution that compels the disarmament of Iraq. These governments share our assessment of the danger, but not our resolve to meet it. **Many nations, however, do have the resolve and fortitude to act against this threat to peace, and a broad coalition is now gathering to enforce the just demands of the world.** The United Nations Security Council has not lived up to its responsibilities, so we will rise to ours.

In recent days, some governments in the Middle East have been doing their part. They have delivered public and private messages urging the dictator to leave Iraq, so that disarmament can proceed peacefully. He has thus far refused. **All the decades of deceit and cruelty have now reached an end. Saddam Hussein and his sons must leave Iraq within 48 hours. Their refusal to do so will result in military conflict, commenced at a time of our choosing.** For their own safety, all foreign nationals -- including journalists and inspectors -- should leave Iraq immediately.

Many Iraqis can hear me tonight in a translated radio broadcast, and I have a message for them. If we must begin a military campaign, it will be directed against the lawless men who rule your country and not against you. As our coalition takes away their power, we will deliver the food and medicine you need. We will tear down the apparatus of terror and we will help you to build a new Iraq that is prosperous and free. In a free Iraq, there will be no more wars of aggression against your neighbors, no more poison factories, no more executions of dissidents, no more torture chambers and rape rooms. The tyrant will soon be gone. The day of your liberation is near.

It is too late for Saddam Hussein to remain in power. It is not too late for the Iraqi military to act with honor and protect your country by permitting the peaceful entry of coalition forces to eliminate weapons of mass destruction. Our forces will give Iraqi military units clear instructions on actions they can take to avoid being attacked and destroyed. I urge every member of the Iraqi military and intelligence services, if war comes, do not fight for a dying regime that is not worth your own life.

And all Iraqi military and civilian personnel should listen carefully to this warning. In any conflict, your fate will depend on your action. Do not destroy oil wells, a source of wealth that belongs to the Iraqi people. Do not obey any command to use weapons of mass destruction against anyone, including the Iraqi people. War crimes will be prosecuted. War criminals will be punished. And it will be no defense to say, "I was just following orders."

Should Saddam Hussein choose confrontation, the American people can know that every measure has been taken to avoid war, and every measure will be taken to win it. Americans understand the costs of conflict because we have paid them in the past. War has no certainty, except the certainty of sacrifice.

Yet, the only way to reduce the harm and duration of war is to apply the full force and might of our military, and we are prepared to do so. If Saddam Hussein attempts to cling to power, he will remain a deadly foe until the end. In desperation, he and terrorists groups might try to conduct terrorist operations against the American people and our friends. These attacks are not inevitable. They are, however, possible. And this very fact underscores the reason we cannot live under the threat of blackmail. The terrorist threat to America and the world will be diminished the moment that Saddam Hussein is disarmed.

Our government is on heightened watch against these dangers. Just as we are preparing to ensure victory in Iraq, we are taking further actions to protect our homeland. In recent days, American authorities have expelled from the country certain individuals with ties to Iraqi intelligence services. Among other measures, I have directed additional security of our airports, and increased Coast Guard patrols of major seaports. The Department of Homeland Security is working closely with the nation's governors to increase armed security at critical facilities across America.

Should enemies strike our country, they would be attempting to shift our attention with panic and weaken our morale with fear. In this, they would fail. No act of theirs can alter the course or shake the resolve of this country. We are a peaceful people -- yet we're not a fragile people, and we will not be intimidated by thugs and killers. If our enemies dare to strike us, they and all who have aided them, will face fearful consequences.

We are now acting because the risks of inaction would be far greater. In one year, or five years, the power of Iraq to inflict harm on all free nations would be multiplied many times over. With these capabilities, Saddam Hussein and his terrorist allies could choose the moment of deadly conflict when they are strongest. We choose to meet that threat now, where it arises, before it can appear suddenly in our skies and cities.

The cause of peace requires all free nations to recognize new and undeniable realities. In the 20th century, some chose to appease murderous dictators, whose threats were allowed to grow into genocide and global war. In this century, when evil men plot chemical, biological and nuclear terror, a policy of appeasement could bring destruction of a kind never before seen on this earth.

Terrorists and terror states do not reveal these threats with fair notice, in formal declarations -- and responding to such enemies only after they have struck first is not self-defense, it is suicide. The security of the world requires disarming Saddam Hussein now.

As we enforce the just demands of the world, we will also honor the deepest commitments of our country. Unlike Saddam Hussein, we believe the Iraqi people are deserving and capable of human liberty. And when the dictator has departed, they can set an example to all the Middle East of a vital and peaceful and self-governing nation.

The United States, with other countries, will work to advance liberty and peace in that region. Our goal will not be achieved overnight, but it can come over time. The power and appeal of human liberty is felt in every life and every land. And the greatest power of freedom is to overcome hatred and violence, and turn the creative gifts of men and women to the pursuits of peace.

That is the future we choose. Free nations have a duty to defend our people by uniting against the violent. And tonight, as we have done before, America and our allies accept that responsibility.

Good night, and may God continue to bless America.

END 8:15 P.M. EST

---

Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030317-7.html>

## Pronunciamento 9

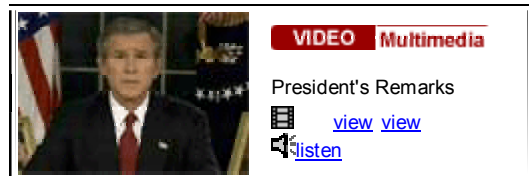


For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
March 19, 2003

### President Bush Addresses the Nation The Oval Office

[en Español](#)

10:16 P.M. EST



THE PRESIDENT: **My fellow citizens, at this hour, American and coalition forces are in the early stages of military operations to disarm Iraq, to free its people and to defend the world from grave danger.**

**On my orders, coalition forces have begun striking selected targets of military importance to undermine Saddam Hussein's ability to wage war. These are opening stages of what will be a broad and concerted campaign.** More than 35 countries are giving crucial support -- from the use of naval and air bases, to help with intelligence and logistics, to the deployment of combat units. Every nation in this coalition has chosen to bear the duty and share the honor of serving in our common defense.

**To all the men and women of the United States Armed Forces now in the Middle East, the peace of a troubled world and the hopes of an oppressed people now depend on you.** That trust is well placed.

The enemies you confront will come to know your skill and bravery. The people you liberate will witness the honorable and decent spirit of the American military. **In**



**this conflict, America faces an enemy who has no regard for conventions of war or rules of morality. Saddam Hussein has placed Iraqi troops and equipment in civilian areas, attempting to use innocent men, women and children as shields for his own military -- a final atrocity against his people.**

It want Americans and all the world to know that coalition forces will make every effort to spare innocent civilians from harm. A campaign on the harsh terrain of a nation as large as California could be longer and more difficult than some predict. And helping Iraqis achieve a united, stable and free country will require our sustained commitment.

**We come to Iraq with respect for its citizens, for their great civilization and for the religious faiths they practice. We have no ambition in Iraq, except to remove a threat and restore control of that country to its own people.**

I know that the families of our military are praying that all those who serve will return safely and soon. Millions of Americans are praying with you for the safety of your loved ones and for the protection of the innocent. For your sacrifice, you have the gratitude and respect of the American people. And you can know that our forces will be coming home as soon as their work is done.

Our nation enters this conflict reluctantly -- yet, our purpose is sure. The people of the United States and our friends and allies will not live at the mercy of an outlaw regime that threatens the peace with weapons of mass murder. **We will meet that threat now, with our Army, Air Force, Navy, Coast Guard and Marines, so that we do not have to meet it later with armies of fire fighters and police and doctors on the streets of our cities.**

Now that conflict has come, the only way to limit its duration is to apply decisive force. And I assure you, this will not be a campaign of half measures, and we will accept no outcome but victory.

My fellow citizens, the dangers to our country and the world will be overcome. We will pass through this time of peril and carry on the work of peace. We will defend our freedom. We will bring freedom to others and we will prevail.

May God bless our country and all who defend her.

END 10:20 P.M. EST



Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030319-17.html>

## Pronunciamento 10



 [CLICK HERE TO PRINT](#)

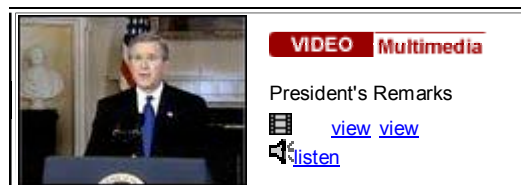
For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
December 14, 2003

### President Bush Addresses Nation on the Capture of Saddam Hussein

Remarks by the President on the Capture of Saddam Hussein  
The Cabinet Room

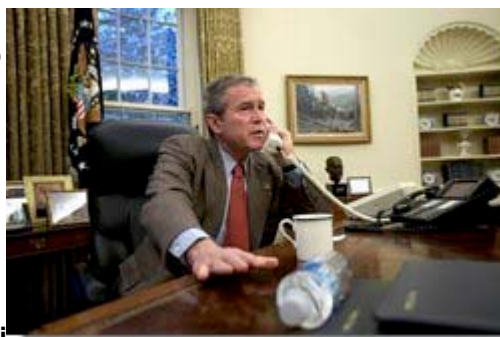
 [en Español](#)

12:15 P.M. EST



THE PRESIDENT: Good afternoon. Yesterday, December the 13th, at around 8:30 p.m. Baghdad time, United States military forces captured Saddam Hussein alive. He was found near a farmhouse outside the city of Tikrit, in a swift raid conducted without casualties. And now the former dictator of Iraq will face the justice he denied to millions.

The capture of this man was crucial to the rise of a free Iraq. It marks the end of the road for him, and for all who bullied and killed in his name. For the Baathist holdouts largely responsible for the current violence, there will be no return to the corrupt power and privilege they once held. For the vast majority of Iraqi citizens who wish to live as free men and women, this event brings further assurance that the torture chambers and the secret police are gone forever.



**And this afternoon, I have a message for the Iraqi people: You will not have to fear the rule of Saddam Hussein ever again. All Iraqis who take the side of freedom have taken the winning side. The goals of our coalition are the same as your goals -- sovereignty for your country, dignity for your great culture, and for every Iraqi citizen, the opportunity for a better life.**

In the history of Iraq, a dark and painful era is over. A hopeful day has arrived. All Iraqis can now come together and reject violence and build a new Iraq.

The success of yesterday's mission is a tribute to our men and women now serving in Iraq. The operation was based on the superb work of intelligence analysts who found the dictator's footprints in a vast country. The operation was carried out with skill and precision by a brave fighting force. Our servicemen and women and our coalition allies have faced many dangers in the hunt for members of the fallen regime, and in their effort to bring hope and freedom to the Iraqi people. Their work continues, and so do the risks. Today, on behalf of the nation, I thank the members of our Armed Forces and I congratulate them.

I also have a message for all Americans: The capture of Saddam Hussein does not mean the end of violence in Iraq. We still face terrorists who would rather go on killing the innocent than accept the rise of liberty in the heart of the Middle East. Such men are a direct threat to the American people, and they will be defeated.

We've come to this moment through patience and resolve and focused action. And that is our strategy moving forward. The war on terror is a different kind of war, waged capture by capture, cell by cell, and victory by victory. Our security is assured by our perseverance and by our sure belief in the success of liberty. And the United States of America will not relent until this war is won.

May God bless the people of Iraq, and may God bless America. Thank you.

END 12:18 P.M. EST

---

Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/12/20031214-3.html>

## Pronunciamento 11



[CLICK HERE TO PRINT](#)

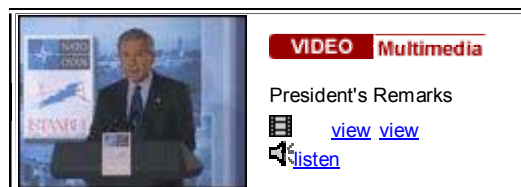
For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
June 28, 2004

### President Bush Discusses Early Transfer of Iraqi Sovereignty

Remarks by President Bush and Prime Minister Blair on Transfer of Iraqi Sovereignty  
Hilton Istanbul  
Istanbul, Turkey

[en Español](#)

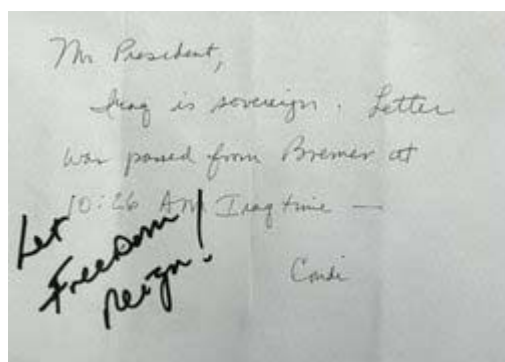
4:55 P.M. (Local)



PRESIDENT BUSH: Good afternoon. Earlier today, 15 months after the liberation of Iraq, and two days ahead of schedule, the world witnessed the arrival of a free and sovereign Iraqi government. Iraqi officials informed us that they are ready to assume power, and Prime Minister Allawi believes that making this transition now is best for his country. **After decades of brutal rule by a terror regime, the Iraqi people have their country back.**

**This is a day of great hope for Iraqis, and a day that terrorist enemies hoped never to see.** The terrorists are doing all they can to stop the rise of a free Iraq. But **their bombs and attacks have not prevented Iraqi sovereignty, and they will not prevent Iraqi democracy.** Iraqi sovereignty is a tribute to the will of the Iraqi people and the courage of Iraqi leaders.

This day also marks a proud moral achievement for members of our coalition. We pledged to end a dangerous regime, to free the oppressed, and to restore sovereignty. We have kept our word.



Fifteen months ago, Saddam's regime was an enemy of America and the civilized world; today Iraq's government is an ally of both. Fifteen months ago, Iraq was a state sponsor of terrorism; today Iraq's leaders, with our support, are systematically fighting terrorists across their country. Fifteen months ago, we faced the threat of a dictator with a history of using weapons of mass

destruction; today the dictator is a threat to no one from the cell he now occupies. Fifteen months ago, the regime in Baghdad was the most aggressive in the Middle East, and a constant source of fear and alarm for Iraq's neighbors; today Iraq threatens no other country and its democratic progress will be an example to the broader Middle East. Fifteen months ago, Iraq was ruled by a regime that brutalized and tortured its own people, murdered hundreds of thousands, and buried them in mass graves. Today Iraqis live under a government that strives for justice, upholds the rule of law, and defends the dignity of every citizen.

**Iraq today still has many challenges to overcome -- we recognize that. But it is a world away from the tormented, exhausted and isolated country we found last year. Now the transfer of sovereignty begins a new phase in Iraq's progress toward full democracy. Together, with the Iraqi government, we're moving forward on every element of our five-part plan for Iraqi self-government.**

Iraq's interim government has gained broad international support, and has been endorsed by the U.N. Security Council. The United States and our coalition partners are helping prepare Iraqis for the defense of their own country, and we appreciate NATO's decision to approve Prime Minister Allawi's request for assistance in training Iraqi security forces -- in training the Iraqi security forces. We're helping Iraqis rebuild their country's infrastructure, and Iraq will move -- continue moving toward free elections, with important assistance from the United Nations.

All this progress is being attacked by foreign terrorists and by thugs from the fallen regime. The terrorists know they face defeat unless they break the spirit and commitment of the civilized world. The civilized world will not be frightened or intimidated. And Iraq's new leaders have made their position clear: Prime Minister Allawi recently said that "the insurgents are trying to destroy our country, and we're not going to allow this."

The struggle is, first and foremost, an Iraqi struggle. The Prime Minister said of his people, "We're prepared to fight, and if necessary, die for these objectives." America, Great Britain, our coalition respect that spirit and the Iraqi people will not stand alone.

The United States military and our coalition partners have made a clear, specific and continuing mission in Iraq. As we train Iraqi security forces, we'll help those forces to find and destroy the killers. We'll protect infrastructure from the attacks. We'll provide security for the upcoming elections. Operating in a sovereign nation, our military will act in close consultation with the Iraqi government. Yet coalition forces will remain under coalition command. Iraq's Prime Minister and President have told me that their goal is to eventually take full responsibility for the security of their country. And America wants Iraqi forces to take that role. Our military will stay as long as the stability of Iraq requires, and only as long as their presence is needed and requested by the Iraqi government.

Today, at the moment sovereignty was transferred, the mission of the Coalition Provisional Authority came to an end. Ambassador Jerry Bremer has been tireless and dedicated, and he returns home, with the thanks of his country. Thousands of American civilians have labored for progress in Iraq under difficult and sometimes dangerous conditions. They also have our gratitude.

From the first hours of Operation Iraqi Freedom and to this very hour, in their battles against the terrorists, America's men and women in uniform have been unrelenting in the performance of their duty. They've had staunch allies, like Great Britain, at their side. We asked a lot of our military, and there's still much hard work ahead. We're grateful for the sacrifice of all who've served. We honor the memory of all who've died. The courage of our military has brought us to this hopeful day, and the continued service of our military assures the success of our cause.

**In Iraq, we're serving the cause of liberty, and liberty is always worth fighting for. In Iraq, we're serving the cause of peace, by promoting progress and hope in the Middle East, and as the alternative to stagnation and hatred and violence for export. In Iraq, we're serving the cause of our own security, striking the terrorists where we find them, instead of waiting for them to strike us at home.**

For all these reasons, we accepted a difficult task in Iraq. And for all these reasons, we will finish that task.

Mr. Prime Minister.

PRIME MINISTER BLAIR: Thank you, Mr. President.

Today is, obviously, an important staging post on the journey of the people of Iraq towards a new future, one in which democracy replaces dictatorship; in which freedom replaces repression; and of which all the people of Iraq can look forward to the possibility and the hope of an Iraq that genuinely guarantees a future for people from whatever part of Iraq they come.

I think it's just worth reflecting for a moment on what we now have before us, because today, of course, is extremely important. It's the transfer of real and full sovereignty to the people and the government of Iraq. From now on, the coalition changes. We are there in support of the Iraqi government and the Iraqi people.

And what you have very clearly, therefore, is on one side you have the Iraqi government, the Iraqi people, the international community, that has now spoken through the United Nations, who want a free, stable, pluralist, democratic Iraq; and on the other hand, you have some of the former Saddam supporters, you have outside terrorists, you have fanatics and extremists of one sort or another who want to stop the possibility of that new Iraq happening.

And, of course, it's going to carry on being difficult and dangerous. There was the tragic loss of a British soldier today, and many American servicemen have died. Many Iraqi civilians have died. Many of those who are joining up to the new Iraqi security services have died, have given their lives. But they've all given their lives in the cause of trying to provide a different and better future for the people of Iraq.

And I think what is interesting about this situation is that, for those people who are there in Iraq causing this death and destruction, they have a very, very clear and simple objective. And the objective is not just to destabilize Iraq, to produce chaos, to produce bloodshed, to try and prevent democracy; the strategy of these terrorists is to try and prevent Iraq becoming a symbol of hope not just for the Iraqi people, but, actually, for that region and the wider world.

And that is why, in a very real sense, because al Qaeda and other terrorists groups are actually there in Iraq now, what is happening in Iraq, the battle in Iraq, the battle for Iraq and its future, if you like, is, in a genuine sense, the front line of the battle against terrorism and the new security threat that we face.

And that security threat is what has dominated our discussion here at the NATO summit. And that security threat, which is about this new and poisonous and evil form of extremism, linked to a perversion of the true faith of Islam, and repressive, unstable states that proliferate in and deal in chemical, biological, nuclear weapons -- that security threat is the threat of our times.

And the reason why it is so important that NATO fulfills its functions, in respect of Afghanistan and Iraq, is that in both those countries, the same struggle for democracy and freedom is going on. And you can see in Afghanistan -- yes, of course, there are still tremendous difficulties -- but two-and-a-half million refugees have returned there, girls are now allowed to go to school -- several million of them at school were banned from school under the Taliban -- economic growth rates of 30 percent last year, 20 percent this year.

What is the struggle? The struggle in Afghanistan is the struggle between the majority of Afghans, four million of whom have already registered to vote, against Taliban elements, al Qaeda elements, people who want to drag the country backwards, who want to turn it back into a failed and repressive state.

And so that's why it's right for NATO to step up to the mark today and say, we are going to extend the role of the security force. It's quite right for us to say, as the U.K., we will make a contribution in putting the ARK force forward in 2006 to allow NATO to continue with its responsibilities. It's why it's right for us to look at the measures we need urgently in order to give the protection for the Afghans as they approach their September election date.

And in respect to Iraq, exactly the same issues arise. As I say, there again, you have people trying to get towards freedom and democracy, and people trying to stop them. And so our job's got to be, again, as an international community, to give them help. And that's why it's important that NATO helps with the training of the Iraqi security forces.

And everybody knows that, ultimately, we can be there in support, but as the Iraqis themselves will tell you, they know that, ultimately, their task, their responsibility is to make their country safe. And they want us to help. So that's what we're going to do -- help with the training and equipping of the Iraqi security forces.

Just one final point I want to make. I thought we had an interesting set of discussions this morning and at lunch today. But there was a very powerful speech that was made by the President of Latvia at our lunch today, when we were discussing the question of what NATO should do to help Afghanistan and Iraq. And I think it's sometimes a very useful reminder for some of the newest democracies in our world to tell us, from a standpoint of immense moral force, just what democracy means to people who have faced repression for so many years. And she made a very powerful intervention that reminded us, and reminded me, certainly, again, of what it is we are here to do. We know the security threat we face. We know the ultimate answer to it is not just force of arms and security measures; it is ultimately the values of democracy and freedom and justice and the rule of law. And that's what we're trying to do.

And for NATO, after the end of the Cold War, after all the changes that have happened, I think it has its role today. It is to support that process of transition and change the world over, because, ultimately, our best guarantee of security lies in the values that are not values that are American or British or Western values, but the values of humanity.

Thank you.

PRESIDENT BUSH: We'll answer a couple of questions. Dick, you got a question?

Q I do, Mr. President.

PRESIDENT BUSH: Why don't you ask it?

Q Mr. President, Iraq's new Prime Minister has talked in recent days about the possibility of imposing marital law there as a way of restoring security. Is that something that you think a new, emerging government should do, and particularly with the use of U.S. forces, who would have to be instrumental in doing it?

PRESIDENT BUSH: You know, Prime Minister Allawi has fought tyranny. He's a guy that stood up to Saddam Hussein. He's a patriot. And every conversation I've had with him has been one that recognizes human liberty, human rights. I mean, he's a man who is willing to risk his life for a democratic future for Iraq.

Having said that, he may take tough security measures to deal with Zarqawi. But he may have to. Zarqawi is the guy who beheads people on TV. He's the person that orders suiciders to kill women and children. And so, Prime Minister Allawi, as the head of a sovereign government, may decide he's going to have to take some tough measures to deal with a brutal, cold-blooded killer. And our job is to help the Iraqis stand up forces that are able to deal with these thugs.

And it's tough, there's no question about it. Look, they can't whip our militaries. They can't whip our militaries. What they can do is get on your TV screens and stand in front of your TV cameras and cut somebody's head off, in order to try to cause us to cringe and retreat. That's their strongest weapon. And we just -- and as Prime Minister Allawi has said publicly many times, he will not cower in the face of such brutal murder. And neither will we. Neither will we.

PRIME MINISTER BLAIR: I think you've got to distinguish very carefully between two separate things. The first is, undoubtedly, the new Iraqi government will want to take tough security measures. They have to. They've got a situation where they've got these terrorists who are prepared to kill any number of innocent people. And remember, the innocent Iraqis who are dying in Iraq today are dying because of these terrorist acts.

On the other hand, I know perfectly well from the discussions I've had, not just with the Prime Minister, but with the other Iraqi ministers, their purpose is to take tough security measures, but in order to guarantee freedom for people, not to take it away. So they're not going to be wanting to introduce martial law that takes away the basic freedoms of the people. On the contrary. They will be wanting to take tough security measures, and we will want to help train their forces able to guard and get after the people doing this killing. But it's not going to be about taking away people's freedoms. It's going to be about allowing those freedoms to happen.

Andy.

Q Andrew Martin, BBC. Could I ask both leaders, following on from that, do we, in some sense, then, give the new Iraqi administration carte blanche to go after these people? The Iraqi Defense Minister was talking this morning about hunting down and eliminating the insurgents. And if I could also just ask, do you now regard Germany, and in particular, France, as shoulder-to-shoulder alongside you, after the difficult times you've had with them over the past 18 months?

PRIME MINISTER BLAIR: On the first point, I don't think there's any question of the Iraqis -- no Iraqi minister has said this to me, of wanting to hunt people down in the sense of kill people without a proper trial and end up taking away people's basic liberties. They don't want that at all. But you've got to understand what they're faced with there. They're faced with a group of people who will kill any number of people and who will do the most terrible acts of barbarity, and why? In order to stop them getting a democratic and stable country.

As I keep saying to people, there are lots of things that we thought might happen as a result of the conflict in Iraq. I mean, we were confident of military victory. But there were lots of things that we thought might happen. We thought there might be a humanitarian crisis, and we made a lot of provisions for that. We thought that maybe -- and we were told this by many people, many so-called experts who said, well, the Iraqis, they'll want a theological state, they won't want a proper democracy. These issues have actually either been dealt with or resolved themselves.

What we've got is a very simple problem to describe, and a complicated problem to overcome. We have groups of terrorists and insurgents who will use suicide bombs, who do not care in the least about killing innocent people, who will do whatever it takes to stop the country functioning properly.

Now, in those circumstances, I don't blame at all the Iraqi ministers -- any of us would be doing this, as politicians in the same situation -- of wanting to get after those people and hunt them down. But they're not getting after them, hunting them down in defiance of basic freedoms, but in order to help basic freedoms. And so I don't think we should set this new thing away that somehow the new Iraqi government wants to -- somehow wants to put aside democracy and freedom and all the rest of it. The reason they're trying to stop the terrorists is so that democracy and freedom can flourish in Iraq.

Secondly, in relation to France and Germany, look, I mean, there's no point in thinking -- we haven't overcome the disagreement there was about whether the conflict was justified -- I mean, there's no point in us standing here and saying, all the previous disagreements have disappeared. They haven't. On the other hand, what is important is you've got a United Nations resolution that has blessed the new government in Iraq, and you've got a situation in which we have accepted today that there is a good and sound NATO role -- which is actually the only role we ever sought for NATO -- of training and helping to train the Iraqis so that they can do their own security work, which is the request that they have made to us. And in that sense, I think the international community has come together. And I welcome it.

PRESIDENT BUSH: Yes, my sense is, is that there's a hope that we succeed with all the nations sitting around the table. Everybody understands the stakes. And the stakes are high, particularly for those of us who recognize that the long-term defeat of terror will happen when freedom takes hold in the broader Middle East. It's a long-term solution.

And if you really think about what's happened since September 11th, there's been some amazing progress. Pakistan has now joined the battle against al Qaeda. President Musharraf has made a concerted decision to go after al Qaeda, which hides in remote regions of his country, on the Afghanistan border. Libya has declared and produced its weapons programs that we're now destroying. You know, Turkey is solid. There's a solid democracy here in the broader Middle East, which is a great example. Afghanistan, which was a terrorist haven -- this is where the terrorists plotted and trained to come and kill, not only in America, but elsewhere -- is now heading toward elections.

Who ever thought Afghanistan was going to have elections? Three years ago you said, gosh, you think Afghanistan is going to have elections, I probably would have said, no. And so is Iraq, Iraq is headed towards elections, too. It's substantial change in a quick period of time. And I think everybody sitting around the table is hopeful that democracy will serve as an agent of change in this part of the world.

In terms of hunting them down, look, I think the Iraqis understand what we know, that the best way to defend yourself is to go on the offense and find the killers before they kill. I presume that's what he was saying. I haven't asked him his language. I sometimes use that language myself. And I've

used it because my most solemn duty is to defend my country, is to defend it from people that obviously are willing to (snaps his fingers) kill innocent life just like that.

And my position is, is the best way to defend yourself is to find the few, the few -- and I believe that's what he's saying, that we're going to find those few before they continue to bomb whoever happens to be in their way. And we'll support him, we'll help him.

Let's see -- Jim.

Q We were reminded by the anniversary of D-Day that 60 years ago it took an active invasion to end the occupation of France and other European nations. Now, in Iraq, the coalition has gladly and willingly returned sovereignty to the Iraqis. And I wonder, is there any sign that this has changed the views of your more skeptical NATO brethren? Any evidence that the critics are now persuaded to the view that you both argued, that it was, in fact, a liberation, or, at this point, does it matter to each of you what the critics say?

PRESIDENT BUSH: Yes, it matters to me what you say. I mean, it matters to me what -- (laughter) - - sorry. (Laughter.) Just a little humor. (Laughter.) Yes, it matters. It matters because it is important for nations that are blessed by freedom to come together to help nations that are struggling to be free. And that's why it matters. The more people participating in the process, the better off it is. The more reconstruction there is, the more people willing to help with the education of children, the more people willing to help rebuild hospitals, the more people willing to be -- to help to rebuild this destroyed infrastructure, infrastructure destroyed by the Taliban or by Saddam Hussein, the better off the world will be.

And so, yes, the more people who say, this is worth while, the more likely it is 50 million people are going to realize the blessings that we have. And the world will be better off for it. And the examples of free societies in their neighborhoods are going to make a huge difference in the lives of others.

Listen, there are people inside of Iran who are watching what's happening -- young, vibrant, professional people who want to be free. And they're wondering whether or not they'll have that opportunity. And I think a free Iraq and a free Afghanistan are going to set such a vibrant, bright example for others. And so, yes, it matters. And I think people are beginning to see that we were, in fact, liberators, and that we're not only going to liberate, we'll follow through, no matter how tough it gets on the ground.

PRIME MINISTER BLAIR: I think, speaking as someone with a largely uncritical media -- (laughter) -- I think that, sure -- I'm not sure that we will have persuaded all our critics, no. But I think that -- I think it's just worth emphasizing the degree to which our own strategy has evolved post-September the 11th. Sometimes people talk about this issue to do with international terrorism today as if somehow it was because of what we have done in Afghanistan or Iraq that this terrorist threat exists. This terrorist threat was building up there for a long time. September the 11th did, and should have, changed our thinking. And the way our strategy has evolved is that I think we know now that it is important not simply to go in and get after the Taliban in Afghanistan, but also to say, no, we're going to do something else. We're also going to give that country democracy and freedom, because that is actually part of the battle against terrorism, as well.

And that's why it's important to see this as a whole picture. The fact is, if Iraq becomes a stable and democratic country -- and I'm not underestimating for a single instant the difficulties in doing that, incidentally -- but if it does, that is a huge blow to the propaganda and to the effort of the extremists. That's, in fact, why sometimes I think they have a clearer idea of how important it is to stop us, than

sometimes the Western world has of why it's so important that we get there with Iraq and with the Iraqi people.

And so the Greater Middle East Initiative and the idea of spreading democracy there, resolving the Israeli-Palestinian issue on the basis of two states, both democratic states -- because what we want for the Palestinians is not just their own state, we want a democratic state for them, where they have proper freedoms, as well.

So I think that you can see this as part of an evolving strategy, where we realize we've got to be prepared to take tough security measures and tough action where necessary, but we know that that is not all that it's about. It's also about trying to show that there is a value system there that isn't related to any religion or one religion, one civilization. It's about these basic values of humanity, that wherever they're implemented and tried, you get greater security. Because, basically, democracies -- well, they have to fight sometimes when they have to defend themselves, but they don't have the same aggressive intent that these unstable or extreme or fanatical regimes do.

So part of what we're trying to do -- and, yes, it's tough at the moment, and, of course, you get into a situation where people will fight us very hard; that's in the nature of any of these struggles that you undertake -- but our honest belief is the world will be a safer place if we're able to make this work. And I don't know whether we've convinced people of this or not, but I do think -- the one thing that interests me is occasionally when people who opposed our action in Iraq will say, the really important thing now is to get those democratic elections. And I think that's fantastic, but let's be clear: We wouldn't be talking about democratic elections in Iraq if Saddam was still there.

Q A question for both of you. How do you counter the impression you've created today that you couldn't hand over the burden of Iraq quickly enough, and the way that it was done is proof, is a symbol, if you like, of a shambles in Iraq?

PRIME MINISTER BLAIR: It's a little bit tough there, Bill -- I mean, you know -- (laughter.)

PRESIDENT BUSH: Well, let me try it then. You know that last Friday we handed over the final ministry to the Iraqi interim government. In other words, we have been making a transfer of sovereignty all along. And the -- actually, we've been contemplating this move for a while. But the final decision was by Prime Minister Allawi, and he thought it would strengthen his hand. And so that's why the handover took place today, as opposed to 48 hours later.

And so, not only is there full sovereignty in the hands of the government, all the ministries have been transferred and they're up and running. And I supported the decision; I thought it was a smart thing to do, primarily because the Prime Minister was ready for it.

And it's a sign of confidence. It's a sign that we're ready to go. And it's a proud moment, it really is, for the Iraqi people. And, frankly, I feel comfortable in making the decision, because I feel comfortable about Prime Minister Allawi and President al-Yawar. These are strong people. They're gutsy, they're courageous. They're, as we say in Texas, stand-up guys. You know, they'll lead. They'll lead their people to a better day. And it's going to be very hard for them and very trying, but they just -- they and the Iraqi people need to hear, loud and clear, they'll have our friendship and our support, no matter how tough it gets.

PRIME MINISTER BLAIR: I think it's worth just pointing out, as well -- I agree, obviously, with what's just been said, but I think you've got somewhere in the region of, is it 10 or 11 ministries that are already effectively run by the Iraqis themselves. I mean, their health and education ministries are

already run by Iraqis. But it's a sign of their confidence and their desire to get on with it. They want to do it. They know that, in the end, they've got to do it. They want that responsibility.

And I think one of the exciting things about the last few weeks is that the Iraqi people, in the sense through their Prime Minister and President, have indicated, we want the responsibility. Now, we then stay and support, however, and we're not walking out of this at all. We stay and support them. And we'll stay for as long as it takes to make sure that that support is there for them, so that we help them to that freedom and democracy they want to see. And it's a -- I think that, in a way, the relationship between us and the Iraqi government has been -- it's a healthier, better relationship, now that this is transfer of sovereignty there, and where they really want the responsibility of running their own country, but they know the practical fact is, for the moment, until their own security forces are built up properly, they need our support, and they have our support.

PRESIDENT BUSH: Thank you all very much.

END 5:29 P.M. (Local)

---

Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2004/06/20040628-9.html>

## Pronunciamento 12



 [CLICK HERE TO PRINT](#)

For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
January 20, 2005

### President Sworn-In to Second Term

 [en Español](#)

[Inauguration 2005](#)

|                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | <b>VIDEO</b> <b>Multimedia</b>                                                                                                                                                                                                                  |
|                                                                                     | President's Remarks                                                                                                                                                                                                                             |
|                                                                                     |  <a href="#">view</a> <a href="#">view</a><br> <a href="#">listen</a> |

Vice President Cheney, Mr. Chief Justice, President Carter, President Bush, President Clinton, reverend clergy, distinguished guests, fellow citizens:

On this day, prescribed by law and marked by ceremony, we celebrate the durable wisdom of our Constitution, and recall the deep commitments that unite our country. I am grateful for the honor of this hour, mindful of the consequential times in which we live, and determined to fulfill the oath that I have sworn and you have witnessed.

At this second gathering, our duties are defined not by the words I use, but by the history we have seen together. For a half century, America defended our own freedom by standing watch on distant borders. After the shipwreck of communism came years of relative quiet, years of repose, years of sabbatical - and then there came a day of fire.



We have seen our vulnerability - and we have seen its deepest source. For as long as whole regions of the world simmer in resentment and tyranny - prone to ideologies that feed hatred and excuse murder - violence will gather, and multiply in destructive power, and cross the most defended borders, and raise a mortal threat. There is only one force of history that can break the reign of hatred and resentment, and expose the pretensions of tyrants, and reward the hopes of the decent and tolerant, and that is the force of human freedom.

We are led, by events and common sense, to one conclusion: The survival of liberty in our land increasingly depends on the success of liberty in other lands. The best hope for peace in our world is the expansion of freedom in all the world.

America's vital interests and our deepest beliefs are now one. **From the day of our Founding, we have proclaimed that every man and woman on this earth has rights, and dignity, and matchless value, because they bear the image of the Maker of Heaven and earth. Across the generations we have proclaimed the imperative of self-government, because no one is fit to be a master, and no one deserves to be a slave. Advancing these ideals is the mission that created our Nation.** It is the honorable achievement of our fathers. Now it is the urgent requirement of our nation's security, and the calling of our time.

**So it is the policy of the United States to seek and support the growth of democratic movements and institutions in every nation and culture, with the ultimate goal of ending tyranny in our world.**

This is not primarily the task of arms, though we will defend ourselves and our friends by force of arms when necessary. Freedom, by its nature, must be chosen, and defended by citizens, and sustained by the rule of law and the protection of minorities. And when the soul of a nation finally speaks, the institutions that arise may reflect customs and traditions very different from our own. America will not impose our own style of government on the unwilling. Our goal instead is to help others find their own voice, attain their own freedom, and make their own way.

The great objective of ending tyranny is the concentrated work of generations. The difficulty of the task is no excuse for avoiding it. America's influence is not unlimited, but fortunately for the oppressed, America's influence is considerable, and we will use it confidently in freedom's cause.

My most solemn duty is to protect this nation and its people against further attacks and emerging threats. Some have unwisely chosen to test America's resolve, and have found it firm.

We will persistently clarify the choice before every ruler and every nation: The moral choice between oppression, which is always wrong, and freedom, which is eternally right. America will not pretend that jailed dissidents prefer their chains, or that women welcome humiliation and servitude, or that any human being aspires to live at the mercy of bullies.

We will encourage reform in other governments by making clear that success in our relations will require the decent treatment of their own people. America's belief in human dignity will guide our policies, yet rights must be more than the grudging concessions of dictators; they are secured by free dissent and the participation of the governed. In the long run, there is no justice without freedom, and there can be no human rights without human liberty.

Some, I know, have questioned the global appeal of liberty - though this time in history, four decades defined by the swiftest advance of freedom ever seen, is an odd time for doubt. Americans, of all people, should never be surprised by the power of our ideals. Eventually, the call of freedom comes to every mind and every soul. **We do not accept the existence of permanent tyranny because we do not accept the possibility of permanent slavery. Liberty will come to those who love it.**

Today, America speaks anew to the peoples of the world:

All who live in tyranny and hopelessness can know: the United States will not ignore your oppression, or excuse your oppressors. When you stand for your liberty, we will stand with you.

Democratic reformers facing repression, prison, or exile can know: America sees you for who you are: the future leaders of your free country.

**The rulers of outlaw regimes can know that we still believe as Abraham Lincoln did: "Those who deny freedom to others deserve it not for themselves; and, under the rule of a just God, cannot long retain it."**

The leaders of governments with long habits of control need to know: To serve your people you must learn to trust them. Start on this journey of progress and justice, and America will walk at your side.

And all the allies of the United States can know: we honor your friendship, we rely on your counsel, and we depend on your help. Division among free nations is a primary goal of freedom's enemies. The concerted effort of free nations to promote democracy is a prelude to our enemies' defeat.

Today, I also speak anew to my fellow citizens:

From all of you, I have asked patience in the hard task of securing America, which you have granted in good measure. Our country has accepted obligations that are difficult to fulfill, and would be dishonorable to abandon. Yet because we have acted in the great liberating tradition of this nation, tens of millions have achieved their freedom. And as hope kindles hope, millions more will find it. By our efforts, we have lit a fire as well - a fire in the minds of men. It warms those who feel its power, it burns those who fight its progress, and one day this untamed fire of freedom will reach the darkest corners of our world.

A few Americans have accepted the hardest duties in this cause - in the quiet work of intelligence and diplomacy ... the idealistic work of helping raise up free governments ... the dangerous and necessary work of fighting our enemies. Some have shown their devotion to our country in deaths that honored their whole lives - and we will always honor their names and their sacrifice.

All Americans have witnessed this idealism, and some for the first time. I ask our youngest citizens to believe the evidence of your eyes. You have seen duty and allegiance in the determined faces of our soldiers. You have seen that life is fragile, and evil is real, and courage triumphs. Make the choice to serve in a cause larger than your wants, larger than yourself - and in your days you will add not just to the wealth of our country, but to its character.

America has need of idealism and courage, because we have essential work at home - the unfinished work of American freedom. **In a world moving toward liberty, we are determined to show the meaning and promise of liberty.**

**In America's ideal of freedom, citizens find the dignity and security of economic independence, instead of laboring on the edge of subsistence.** This is the broader definition of liberty that motivated the Homestead Act, the Social Security Act, and the G.I. Bill of Rights. And **now we will extend this vision by reforming great institutions to serve the needs of our time.** To give every American a stake in the promise and future of our country, we will bring the highest standards to our schools, and build an ownership society. We will widen the ownership of homes and businesses, retirement savings and health insurance - preparing our people for the challenges of life in a free society. **By making every citizen an agent of his or her own destiny, we will give**

**our fellow Americans greater freedom from want and fear, and make our society more prosperous and just and equal.**

In America's ideal of freedom, the public interest depends on private character - on integrity, and tolerance toward others, and the rule of conscience in our own lives. Self-government relies, in the end, on the governing of the self. That edifice of character is built in families, supported by communities with standards, and sustained in our national life by the truths of Sinai, the Sermon on the Mount, the words of the Koran, and the varied faiths of our people. Americans move forward in every generation by reaffirming all that is good and true that came before - ideals of justice and conduct that are the same yesterday, today, and forever.

In America's ideal of freedom, the exercise of rights is ennobled by service, and mercy, and a heart for the weak. Liberty for all does not mean independence from one another. Our nation relies on men and women who look after a neighbor and surround the lost with love. Americans, at our best, value the life we see in one another, and must always remember that even the unwanted have worth. And our country must abandon all the habits of racism, because we cannot carry the message of freedom and the baggage of bigotry at the same time.

From the perspective of a single day, including this day of dedication, the issues and questions before our country are many. From the viewpoint of centuries, the questions that come to us are narrowed and few. Did our generation advance the cause of freedom? And did our character bring credit to that cause?

These questions that judge us also unite us, because Americans of every party and background, Americans by choice and by birth, are bound to one another in the cause of freedom. We have known divisions, which must be healed to move forward in great purposes - and I will strive in good faith to heal them. Yet those divisions do not define America. We felt the unity and fellowship of our nation when freedom came under attack, and our response came like a single hand over a single heart. And we can feel that same unity and pride whenever America acts for good, and the victims of disaster are given hope, and the unjust encounter justice, and the captives are set free.

We go forward with complete confidence in the eventual triumph of freedom. Not because history runs on the wheels of inevitability; it is human choices that move events. Not because we consider ourselves a chosen nation; God moves and chooses as He wills. We have confidence because freedom is the permanent hope of mankind, the hunger in dark places, the longing of the soul. When our Founders declared a new order of the ages; when soldiers died in wave upon wave for a union based on liberty; when citizens marched in peaceful outrage under the banner "Freedom Now" - they were acting on an ancient hope that is meant to be fulfilled. History has an ebb and flow of justice, but history also has a visible direction, set by liberty and the Author of Liberty.

When the Declaration of Independence was first read in public and the Liberty Bell was sounded in celebration, a witness said, "It rang as if it meant something." In our time it means something still. America, in this young century, proclaims liberty throughout all the world, and to all the inhabitants thereof. Renewed in our strength - tested, but not weary - we are ready for the greatest achievements in the history of freedom.

May God bless you, and may He watch over the United States of America.

###

Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2005/01/20050120-1.html>

## Pronunciamento 13



 [CLICK HERE TO PRINT](#)

For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
January 30, 2005

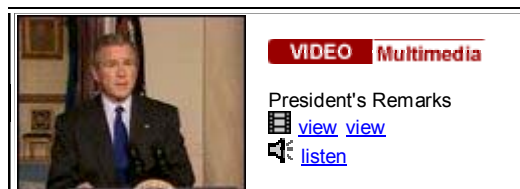
### President Congratulates Iraqis on Election

The Cross Hall

 [In Focus: Iraqi Elections](#)

 [en español](#)

1:00 P.M. EST



THE PRESIDENT: Today the people of Iraq have spoken to the world, and the world is hearing the voice of freedom from the center of the Middle East.

In great numbers, and under great risk, Iraqis have shown their commitment to democracy. By participating in free elections, the Iraqi people have firmly rejected the anti-democratic ideology of the terrorists. They have refused to be intimidated by thugs and assassins. And they have demonstrated the kind of courage that is always the foundation of self-government.

Some Iraqis were killed while exercising their rights as citizens. We also mourn the American and British military personnel who lost their lives today. Their sacrifices were made in a vital cause of freedom, peace in a troubled region, and a more secure future for us all.

The Iraqi people, themselves, made this election a resounding success. Brave patriots stepped forward as candidates. Many citizens volunteered as poll workers. More than 100,000 Iraqi security force personnel guarded polling places and conducted operations



against terrorist groups. One news account told of a voter who had lost a leg in a terror attack last year, and went to the polls today, despite threats of violence. He said, "I would have crawled here if I had to. I don't want terrorists to kill other Iraqis like they tried to kill me. Today I am voting for peace."

Across Iraq today, men and women have taken rightful control of their country's destiny, and they have chosen a future of freedom and peace. In this process, Iraqis have had many friends at their side. The European Union and the United Nations gave important assistance in the election process. The American military and our diplomats, working with our coalition partners, have been skilled and relentless, and their sacrifices have helped to bring Iraqis to this day. The people of the United States have been patient and resolute, even in difficult days.

The commitment to a free Iraq now goes forward. This historic election begins the process of drafting and ratifying a new constitution, which will be the basis of a fully democratic Iraqi government. Terrorists and insurgents will continue to wage their war against democracy, and we will support the Iraqi people in their fight against them. We will continue training Iraqi security forces so this rising democracy can eventually take responsibility for its own security.

There's more distance to travel on the road to democracy. Yet Iraqis are proving they're equal to the challenge. On behalf of the American people, I congratulate the people of Iraq on this great and historic achievement.

Thank you very much.

END 1:05 P.M. EST

---

Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2005/01/20050130-2.html>

## Pronunciamento 14



 [CLICK HERE TO PRINT](#)

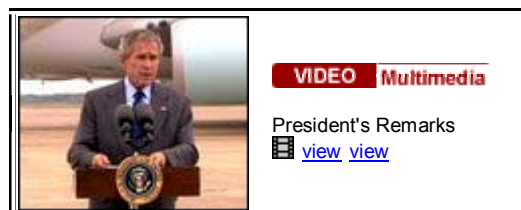
For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
November 5, 2006

### President's Statement on the Saddam Hussein Verdict

TSTC Airport  
Waco, Texas

 [In Focus: Renewal in Iraq](#)  
 [en Español](#)

1:17 P.M. CST



**THE PRESIDENT: Today, Saddam Hussein was convicted and sentenced to death by the Iraqi High Tribunal for the massacres committed by his regime in the town of Dujayl. Saddam Hussein's trial is a milestone in the Iraqi people's efforts to replace the rule of a tyrant with the rule of law -- it's a major achievement for Iraq's young democracy and its constitutional government.**

During Saddam Hussein's trial, the court received evidence from 130 witnesses. The man who once struck fear in the hearts of Iraqis had to listen to free Iraqis recount the acts of torture and murder that he ordered against their families and against them. Today, the victims of this regime have received a measure of the justice which many thought would never come.

Saddam Hussein will have an automatic right to appeal his sentence; he will continue to receive the due process and the legal rights that he denied the Iraqi people. Iraq has a lot of work ahead as it builds its society that delivers equal justice and protects all its citizens. Yet



history will record today's judgment as an important achievement on the path to a free and just and unified society.

The United States is proud to stand with the Iraqi people. We will continue to support Iraq's unity government as it works to bring peace to its great country. We appreciate the determination and bravery of the Iraqi security forces, who are stepping forward to defend their free nation. And we give our thanks to the men and women of America's Armed Forces, who have sacrificed so much for the cause of freedom in Iraq -- and they've sacrificed for the security of the United States. Without their courage and skill, today's verdict would not have happened. On behalf of the American people, I thank every American who wears the uniform, I thank their families -- and I thank them for their service and continued sacrifice.

Thank you very much.

END 1:19 P.M. CST

---

Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2006/11/20061105-1.html>

## Pronunciamento 15



 [CLICK HERE TO PRINT](#)

For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
December 29, 2006

### President Bush's Statement on Execution of Saddam Hussein

 [In Focus: Renewal in Iraq](#)

#### STATEMENT BY THE PRESIDENT

**Today, Saddam Hussein was executed after receiving a fair trial -- the kind of justice he denied the victims of his brutal regime.**

Fair trials were unimaginable under Saddam Hussein's tyrannical rule. It is a testament to the Iraqi people's resolve to move forward after decades of oppression that, despite his terrible crimes against his own people, Saddam Hussein received a fair trial. This would not have been possible without the Iraqi people's determination to create a society governed by the rule of law.

**Saddam Hussein's execution comes at the end of a difficult year for the Iraqi people and for our troops. Bringing Saddam Hussein to justice will not end the violence in Iraq, but it is an important milestone on Iraq's course to becoming a democracy that can govern, sustain, and defend itself, and be an ally in the War on Terror.**

We are reminded today of how far the Iraqi people have come since the end of Saddam Hussein's rule - and that the progress they have made would not have been possible without the continued service and sacrifice of our men and women in uniform.

Many difficult choices and further sacrifices lie ahead. Yet the safety and security of the American people require that we not relent in ensuring that Iraq's young democracy continues to progress.

###

---

Return to this article at:

<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2006/12/20061229-15.html>